

**Contemporânea**  
REVISTA

n9 | 2007.2

# Sumário

**1** **APRESENTAÇÃO**  
*Ano Novo para a Revista Contemporânea*

## **ARTIGOS**

**2** **A terceira margem da televisão**  
*Regina Mota*

**9** **As potencialidades contraditórias das tecnologias da informação**  
*Renato Veloso*

## **PÓS-GRADUAÇÃO**

**22** **A crítica musical e a construção de um cânone: uma análise das estratégias de produção de sentido sobre o álbum “Que belo estranho dia pra se ter alegria”, de Roberta Sá**  
*Janaina Faustino Ribeiro*

**32** **O Lúdico no Ativismo Global**  
*Letícia Perani*

**46** **Do egoísmo à juventude eterna: olhares sobre os discursos de amor e desejo na revista Nova**  
*Pedro Calabrez Furtado*

**59** **Tensão na publicidade! Representações sociais reveladas pela antipublicidade**  
*Vanessa Rodrigues de Lacerda e Silva*  
*Simone Maria Rocha*

**74** **Corpo-arma e corpo-alvo: apontamentos sobre a corporeidade e o Holocausto**  
*Bibiana Gutierrez Fernandes de Sá*

**92** **Sociabilidade e colaboração em um coletivo artístico: estudo de caso do projeto “Queer Fiction”**  
*Alex Cabistani*

**107** **Midiatização, identidades e cultura na contemporaneidade**  
*Daiana Stasiak*  
*Eugenia M.R.Barichello*

## INICIAÇÃO CIENTÍFICA

118

**Pressupostos para uma televisão efetivamente pública: desafios de uma comunicação para além do Estado e do mercado**

*Luiz Felipe Ferreira Stevanim*

## ENSAIO

132

**“Tropa de Elite é osso duro de roer, pega um, pega geral, também vai pegar você”: os corpos da Tropa.** *Liliany Samarão*

# Apresentação

## Ano Novo para a Revista Contemporânea

A Revista Contemporânea chega ao sexto ano em circulação de “cara” nova. O novo layout da Revista fez tanto sucesso que deixou de ser experimental e passou a ser definitivo. Nossa meta é incrementá-lo a cada edição, usando uma proposta participativa em que todos podem contribuir. Dentre as novidades, destacamos o incentivo do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e o apoio do Escritório de Relações Públicas e dos Professores Editores, ao convidar para editoria executiva, duas alunas do mestrado em Comunicação: Liliany Samarão e Ana Amélia Erthal.

Como um dos principais objetivos da Revista Contemporânea é ser um veículo de difusão científica que preza pela interdisciplinaridade, contamos com a contribuição de pesquisadores de todo Brasil. Na área de Pós-Graduação, temos artigos que abrangem desde os temas de Cultura de Massa até os de Novas Tecnologias, numa proposta da editoria de estar sempre animando as discussões em vários temas. Nesta edição contribuiram pesquisadores das universidades UERJ, UFF, UFRJ, ESPM/SP, UFJE, UFMG e UFSM.

A terceira margem da televisão é o artigo da professora Regina Mota, do departamento de Comunicação Social da UFMG. Mantendo nossa proposta de interdisciplinaridade, temos o artigo de Renato Veloso, professor do departamento de Política Social da UERJ, abordando as Potencialidades contraditórias das tecnologias de informação. Em seguida, os trabalhos de alunos de pós-graduação e iniciação científica com questões sobre o corpo, a publicidade, as identidades na cultura contemporânea e muito mais.

A Revista Contemporânea é também espaço para críticas e pensamentos, por isso oferecemos o ensaio sobre o filme Tropa de Elite da pesquisadora e aluna do mestrado do PPGCom/UERJ, Liliany Samarão.

Convidamos você a continuar pensando e contribuindo para o estudo da Comunicação e o futuro da pesquisa no nosso país.

*Liliany Samarão*  
*Ana Amélia Erthal*  
Editoras Executivas

# A terceira margem da televisão

**Regina Mota**

Professora e pesquisadora de cinema e televisão do Programa de Pós-graduação e do Departamento de Comunicação Social da UFMG. Sua tese de doutorado foi publicada no livro *A Épica eletrônica de Glauber – um estudo sobre cinema e televisão*, UFMG, 2001. Tem publicado artigos e participado de debates sobre a televisão pública no Brasil e foi pesquisadora do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, de 2004 à 2006.

## **Resumo**

Esse artigo<sup>1</sup> analisa algumas características culturais brasileiras e sua representação na televisão e a contribuição da participação do cineasta Glauber Rocha no Programa Abertura, para refletir o processo de mudança na programação da televisão pública no Brasil. Do Manifesto Antropófago de Oswald de Andrade (1928) à participação tropicalista de Glauber Rocha na televisão brasileira, existe um repertório de idéias e procedimentos criativos que constituem um acervo estético e político que podem inspirar a criação de uma cultura heterolôga na televisão pública do Brasil.

## **Abstract**

*That article analyzes some of the Brazilian cultural characteristics and its representation in television, as the contribution of film director Glauber Rocha's participation in the Abertura show, to reflect the change process in the programming of public television in Brazil. Since Oswald of Andrade's Manifesto Antropófago (1928) to Glauber Rocha's tropicalista participation in Brazilian television, it has a repertoire of ideas and creative procedures that constitute an aesthetic and political collection that can inspire the creation of a different culture in public television of Brazil.*

## 3

O tema da alteridade é o fundamento da teoria antropofágica de interpretação cultural, pensada e materializada pelos artistas modernistas no início do século XX, retomada pelos movimentos culturais nos anos 1960, culminando no fenômeno artístico da *Tropicália*, que assume de maneira mais explícita os seus princípios, no final dessa mesma década.

Inspirada no ritual tupinambá de captura e devoração do inimigo, criava uma perspectiva analítica que atacava o inimigo para constituir a si mesmo – pelo conflito legitimava o outro como margem da existência do próprio. Operação que só é possível pela valorização de toda e qualquer diferença – “*Só me interessa o que não é meu. Lei do homem, lei do antropófago.*” (ANDRADE, 1995)

Oswald de Andrade não retira essa noção, a exemplo das vanguardas europeias, como mera inovação de idéias. Ele captura conceitualmente a maneira de ser, de ver, de criar, de atuar presente desde os primórdios na sociedade brasileira. *Só a antropofagia nos une. Filosoficamente, socialmente, economicamente*, diria o pensador. A novidade diz respeito ao modo de se colocar diante do problema bárbaro X civilizado. Ao valorizar o primitivo, Oswald não copia o surrealismo, nem o decadentismo europeu dada, mas faz uma introspecção profunda na alma recalcada do selvagem americano, positivando e valorizando a sua condição bárbara – o valor cardinal da vida como devoração.

Esses três princípios – o conflito, apologia à diferença e anti-hierarquização continuam ainda válidos para se pensar a diversidade na produção cultural brasileira, sobretudo na televisão porque, a meu ver, é tudo que falta a ela. Se observarmos a televisão brasileira na sua fase heróica, anos 1950 até 1964, sobra invenção, criatividade e talento. Nesse período, a televisão mantinha uma proximidade com as formas da oralidade, característica marcante da cultura popular brasileira, sobre a qual ela ainda mantém o seu sucesso. Não havia ainda cânones a serem seguidos, apesar das inúmeras influências tanto de outras mídias (rádio, teatro, literatura, cinema e circo) como das televisões já constituídas sobretudo nos Estados Unidos, e de outros gêneros como a novela radiofônica latino-americana, superada pela teledramaturgia brasileira, que se tornou para o mundo inteiro um produto genuinamente nacional.

Três são, a meu ver, os problemas a serem enfrentados pela televisão pública no que diz respeito a sua programação: a construção do outro, como pressuposto do próprio; a garantia do lugar (topos) para a expressão da diferença; e a invenção do mundo.

No seu processo civilizatório, a televisão brasileira foi domesticando todos os seus procedimentos para a produção do mesmo – controle da técnica apuradíssima, regras telejornalísticas, regras gramaticais, regras de iluminação e de enquadramento, regras de estrutura, no lugar do investimento na produção

de linguagem, de uma estética e de uma noética, que significaria apostar na potência reflexiva dos seus sons e imagens. Essa “evolução” culminou com a construção de um padrão de qualidade fundamentado em pesquisas de audiência, certificadoras da adesão massiva à programação.

Aí se configura o primeiro problema para a pluralidade – a concentração de audiência é nociva à diversidade, e por isso é controlada publicamente nas sociedades democráticas, como a Alemanha, Suécia, Noruega entre outros países, incluindo os Estados Unidos.

A construção do outro na televisão é algo que se materializa em todos os seus procedimentos: administrativos, na organização da programação, e principalmente na linguagem, na interface com o telespectador. Para que isso ocorra, dentro dos princípios teóricos da antropofagia, da qual estou fazendo uso nesse texto, há uma condição primordial, que eu chamo de *opacidade*. Esse procedimento gera uma espécie de resistência, ao se interpor, fazendo com que o telespectador acorde para a existência da televisão e ao fazer isso, desperte para sua própria condição de telespectador (brasileiro, jovem, cidadão, mulher, adulto, negro ou criança). Essa é uma operação crítica e analítica, mesmo que ocorra dentro um de processo de fruição. Portanto não se trata de produzir a representação do popular nacional na televisão, de forma messiânica e paternalista.

4

O conflito como uma categoria estética se manifesta pela construção de um olhar penetrante, que procure o invisível do visível, num diálogo reflexivo que possa libertar e não dominar a sensibilidade do telespectador. No lugar de tudo mostrar obscenamente, permitir a operação metafísica: “máscaras, máscaras, os cineastas, os produtores do audiovisual deviam retirar as máscaras e vir aqui fazer um teste de cinema” – quando o cineasta Glauber Rocha enuncia sua provocação, encena a possibilidade da mudança, da transformação, que só pode ocorrer na encenação do enfrentamento do inimigo.

O conteúdo da televisão brasileira alterna entre a cordialidade civilizada e o baixo canibalismo, sem intervalo comercial. A primeira pretende controlar as marcas da violência cotidiana, institucionalizando todos os aspectos da vida social. Um exemplo é a tipificação dos personagens, como são chamados os atores do telejornal. Não há construção épica (a singularidade generalizável) possível no tratamento categórico: o empresário, a vítima, o menino de rua, menino de creche, o traficante, o político, a autoridade, o flagelado, o corrupto, a velhinha feliz. Fatos pré-moldados em formatos narrativos tão arbitrários como os de uma ficção qualquer. A objetividade como técnica da garantia de isenção editorial permite apenas corroborar um discurso que deve garantir a lógica dos acontecimentos. Do outro lado, a barbárie apenas inverte esse espelho cordial explorando espetacularmente o estado real da selvageria em

programas sensacionalistas.

Por isso, ao fato talvez seja preferível o mito - uma maneira possível de se aceder ao real brasileiro como tem sido comprovado no melhor de nossa produção cultural (*Os Sertões*, *Macunaíma*, *Grande Sertão: veredas*; *Deus e o Diabo na terra do sol* e *Terra em transe*, por exemplo). Glauber dizia que as vias audiovisuais eram as mais adequadas à expressão da realidade brasileira caracterizada pelas formas épicas, onipresentes nas narrativas do nosso folclore. A primazia da construção mítica se daria por ser ele o nosso ideograma primário que poderia atingir o “inconsciente coletivo” – desconstruir o mito de dentro do mito. “Agora nós não temos mais medo de afrontar a realidade brasileira, a nossa realidade, em todos os sentidos e a todas as profundidades.” afirmava Glauber, na sua compreensão da dimensão libertadora e por conseqüência, curativa da antropofagia tropicalista (ROCHA, 2004:151).

5

Nessa mirada se poderia aventar o topos canibal, como lugar para expressão da diferença de uma *ninguendade*<sup>2</sup> constituída nem tanto pela posição sócio-cultural, mas pela introjeção generalizada da menos valia diante de um padrão estético a ser conquistado. Por isso, contrariamente à idéia da criação de uma televisão salvadora, messiânica – que já temos - se pode ensejar uma televisão capaz de se reinventar, e de reinventar o mundo na linguagem – potência daquilo que ainda não há: a terceira margem da televisão. Lugar para a coexistência dos opostos e para o sonho.

Guimarães Rosa dizia que “Somente renovando a língua se pode renovar o mundo”. Essa sua arte pode ser examinada em qualquer um dos seus romances ou contos, mas particularmente na pequena novela *Meu Tio o Iauaretê* (ROSA, 2001: 191), o escritor produz pela voz do narrador, que se multiplica, uma nova experiência para o leitor. Esse percebe diante dos seus olhos incrédulos a transformação de um homem que vira onça, que fala e pensa como onça – “eu oncei”, diz ele, e enuncia como possibilidade, a devoração do seu interlocutor/leitor. Rosa leva ao paroxismo a opacidade do texto, dificultando primeiro o reconhecimento do significante até revelar a *jaguanhenhém*, a língua de onça. Então nos é dada a visão que onça tem do humano, do mundo humano, numa profunda e radical forma de alteridade proposta pelo texto. O narrador toma o lugar do ponto de vista, unido a ele se transforma nele.

Processo semelhante pode ser identificado na atuação do cineasta Glauber Rocha no programa *Abertura*<sup>3</sup>, no qual deixou inscrito novos procedimentos estéticos na realização dos seus quadros para o programa.

A mesma estranheza foi a marca da atuação que pretendia provocar o telespectador amortecido depois de 15 anos de censura prévia na televisão. O

que Glauber ensaia no documentário *Di* (1977), na televisão será sistematizado: a estética da provocação como forma tropicalista de diálogo.

Dessas, a mais importante era a forma como propunha a interação entre a obra e o espectador, dimensão fundamental que para o diretor constituía todo o sentido da obra audiovisual. A existência do espectador não é apenas considerada. Ele é convocado a participar numa queda de braço: “Olha aqui, ô fulano; eu convoco todos os cineastas a fazerem um teste de cinema; eu coloco no ar se alguém quiser dizer que Glauber Rocha é um canalha; aqui fulana, sua crítica contra o programa das Aberturas é burra e teleguiada”; e mais um sem número de falas diretas, pouco comuns quando ditas com alguma conseqüência, já que nos dias seguintes, repercutiam na imprensa escrita, nas colunas ou matérias jornalísticas nos principais jornais brasileiros.

Poderíamos enunciar as principais características dessa ruidosa passagem de Glauber pela televisão brasileira, colocando de um lado a radical inovação dos procedimentos da linguagem, da câmera e da fala; da colocação de personagens da vida real ficcionalizados para construir uma narrativa épica; e de outro, duas evidências – a revelação da potência do meio televisão por meio de sua permeabilidade a novas formas de discurso, portanto, uma dimensão e função estética, e o uso político da mídia eletrônica que se dá pela construção alegórica e apropriação das formas tradicionais populares.

6

Ou seja, uma evidente retomada do projeto modernista, agora na televisão brasileira, domesticada por padrões norte-americanos da linguagem jornalística e pelas sagas ligeiras e digestivas de sua já criativa teledramaturgia. Nesse cenário ainda marcado pela censura, Glauber devora tudo e todos, sem poupar nem a si mesmo. Come Severino, o retirante nordestino e ao fazê-lo devora Getúlio, os caudilhos, e todos os autoritarismos. Come Brizola, o traficante favelado, e assim devora o exilado, invocando a anistia e a liberdade política. Come a classe cultural, os intelectuais e os políticos fazendo a crítica aos modelos culturais colonizados e a necessidade da redescoberta da *Floresta*, cantada pelo antropófago Oswald de Andrade, sempre presente nos manifestos erigidos entre o moderno e o barroco, unindo à palavra, os gestos que funcionam para quebrar e multiplicar qualquer sentido prévio.

O Programa *Abertura* é a meu ver, uma espécie de testamento de Glauber Rocha, porque foi sua última obra. Nele apontava para o que poderia ser um desdobramento da sua ação política. Sua crítica se dirige às categorias clássicas do pensamento dominante no Brasil – “eu não sei falar a linguagem do Cebrap e do ISEB<sup>4</sup>, isso é tudo mistificação.” Criticava a ação dos líderes burgueses que só disputavam o poder e não se preocupavam com as reformas necessárias ao país. “Nada de autoritarismo. Ninguém pode falar em nome do povo e a Revolução Soviética já era, a Revolução Francesa, Giscard D’Estaing,

eurocomunismo. Adeus Europa!..EXISTE O BRASIL!

A tarefa didático-pedagógica a que Glauber se propõe é: resgatar a memória política e cultural do país e pautar as questões mais prementes como a reforma agrária e as reformas sociais, com as quais todos os brasileiros se beneficiariam. Não é pelo esclarecimento, pela iluminação ou pelo convencimento que o telespectador deve aderir aos seus reclames, mas pela sedução de entrar na dança das palavras, das crenças, que pode levar mais a uma perda da consciência do que à clarividência. Ou, como afirma Bentes (2003:118), “transformando provocações políticas, incidentes na captação, ruídos de rua e dos ambientes, ‘desacontecimentos’ numa exteriorização visual de um pensamento em ato”.

Ao proporcionar essa visão do invisível (o pensamento atuando) também na televisão, o programa *Abertura* sugeria um novo tempo para a mídia eletrônica no país, voltada para suas próprias questões e capaz de criar uma estética que fosse o reflexo da sua multiplicidade cultural. Isso nos remete ao que eu chamei de propedêutica, ou método a que Glauber se manteve fiel em todos os seus trabalhos fossem audiovisuais ou impressos. A pergunta como motor para questionar a realidade, questionar a pessoa e a personalidade até fazer surgir o emblema, o signo generalizável, aquilo que vai se constituir numa épica. A câmera como instrumento de reflexão, lição aprendida com Rossellini, no programa tem a função de produzir estranhamento e inquietude. E é do transe, dos massacres construídos na fala e na imagem que os limites do meio televisão são esgarçados, numa demonstração da sua potência ética e estética.

Como algumas obras clássicas, o Programa *Abertura* continua válido tanto para se compreender o Brasil, como para se compreender as possibilidades da televisão, no final década de 1970 e ainda hoje, pela sua evidente atualidade.

#### 4. Referências bibliográficas

ANDRADE, Oswald. *Obras Completas. Estética e política*. São Paulo, Globo, 1992.

ANDRADE, Oswald. *Obras Completas. A Utopia Antropofágica*. São Paulo, Globo, 1995.

BENTES, Ivana. *Vídeo e cinema: rupturas, reações e hibridismo*. In MACHADO, Arlindo (org.). *Made in Brasil*. São Paulo, Itaú Cultural, 2003. P.118

MOTA, Regina. *A Épica Eletrônica de Glauber. Um estudo sobre cinema e televisão*. Belo Horizonte, UFMG, 2001.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

ROCHA, Glauber. *Revolução do Cinema Novo*. São Paulo, Cosac e Naif, 2004.

ROSA, João Guimarães. *Estas Estórias*. São Paulo, Nova Fronteira, 2001.

#### Notas:

1 Esse artigo foi apresentado aos dirigentes, diretores e produtores das televisões públicas e representantes governamentais, no Workshop de programação para TV Pública, em Salvador, Bahia, em agosto de 2007.

2 Darcy Ribeiro desenvolve, na sua Teoria do Brasil (1995), a narrativa do fazimento do brasileiro. Segundo o antropólogo, o ser aqui foi sempre o não ser – não ser índio, não ser negro, não ser branco ou europeu. Dessa negação ontológica, surge o brasileiro, alcunha dada aos ninguéns. Ribeiro usa o termo ninguendade para definir essa nova condição, resultado da desetnização dos povos aqui reunidos e misturados à força. É ela que habita a recalcada alma dos brasileiros, animando-os a buscar alhures a saída para a sua superação.

3 O Programa Abertura foi ao ar de fevereiro de 1979 a julho de 1980, dirigido pelo produtor e jornalista Fernando Barbosa Lima, na rede Tupi de televisão. O programa se propunha a criar no ar , a metalinguagem do processo de abertura política que ocorria na passagem do governo do General Geisel para o General Figueiredo, no final da década de 1970. (MOTA, 2001)

4 O ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, criado em 1955 pelo presidente Café Filho, foi responsável pela construção de uma “ideologia do desenvolvimento” para a superação dos atrasos do subdesenvolvimento através do processo de industrialização, realizando assim o ciclo desenvolvimentista iniciado no Estado Novo. Segundo Toledo (1977), o conceito de alienação utilizado pelo ISEB não era marxista, mas existencialista, pretendia esclarecer os brasileiros e demonstrar que o desenvolvimento representaria a superação da incapacidade da nação de determinar seu próprio destino histórico. O CEBRAP é uma espécie de anti-ISEB, no que diz respeito a noção de uma ciência nacional e nasce pela mão de pesquisadores da USP, em plena ditadura, em 1969, com a ajuda financeira da Fundação Ford. Contra o pensamento ideológico do ISEB o Cebrap vai se debruçar sobre a teoria da dependência, que segundo Pereira (2003) marca definitivamente a baixa estima e o caráter dualista da intelectualidade brasileira, incapaz de reconhecer a potência libertadora das características tropicais e culturais do país.

# As potencialidades contraditórias das tecnologias da informação

**Renato Veloso**

Professor Adjunto do Departamento de Política Social da UERJ  
e Doutor em Serviço Social pela UFRJ

## **Resumo**

Este artigo busca realizar um tratamento das potencialidades contraditórias das tecnologias da informação (TI). Apresenta-se uma breve definição de TI, sua importância para a dinâmica social e as dificuldades presentes no acesso às inovações tecnológicas atuais.

## **Abstract**

*This article intends to make a reflection about the information technologies (IT) contradictory potentialities. It presents a brief definition of IT, its importance for the social dynamics and the difficulties for the access to the technological innovations.*

## 1. Sobre a definição de tecnologias da informação (TI)

Apesar da larga aplicação da tecnologia em inúmeros espaços da vida social, é possível constatar a existência de algumas polêmicas no debate sobre o tema. Numa perspectiva mais superficial, Silva *et alli* (2004), apontam que o conceito de tecnologia pode ser aplicado a tudo aquilo que, não existindo na natureza, o ser humano inventa para expandir seus poderes, superar suas limitações físicas, tornar seu trabalho mais fácil e a sua vida mais agradável. Tecnologia, para os autores, não é apenas instrumento, ferramenta ou equipamento tangível. Tecnologia é, também, coisa intangível, como procedimentos, métodos, técnicas etc. Assim, ao falarmos em tecnologia, isso não significa, necessariamente, que estamos falando sobre informática ou sobre tecnologia da informação, embora a tendência, nos dias atuais, seja a de confundir tais termos, ou ainda, tomá-los como sinônimos.

Numa abordagem mais aprofundada do assunto, Vieira Pinto (2005) afirma que o seu adequado tratamento tem como ponto de partida a compreensão do avanço tecnológico como expressão do processo de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade (sendo a principal delas o trabalho), destacando que, em termos gerais, a tecnologia pode ser entendida como o estado de desenvolvimento do trabalho social, explicada pelo conjunto da sociedade.

A contribuição de Vieira Pinto é de grande importância para a compreensão do caráter histórico e social da tecnologia. O debate realizado por autores que vêm tratando do tema (dentre os quais se poderia destacar Lévy, 1993, 1999; Castells, 1999; Schaff, 1993; Tauille, 2001; Silveira, 2001; Lojkin, 2002, dentre outros) na maioria das vezes tende a deslizar para uma postura mistificadora das inovações tecnológicas (Velo, 2006), evidenciando sua utilidade para concepções que tendem a reforçar o caráter profundamente ideológico que o termo carrega. Como observa o autor, o termo «tecnologia» tem sido usado de formas variadas e, apesar de não existir um conteúdo inequívoco para defini-la, pode-se distinguir pelo menos quatro significados principais:

- 1) tecnologia entendida como a teoria, a ciência, o estudo, a discussão da técnica; nas palavras do autor, “a ‘tecnologia’ aparece aqui com o valor fundamental exato de ‘logos da técnica’» (p.219);
- 2) tecnologia equivalendo pura e simplesmente a técnica; consiste no sentido mais freqüente, popular do termo, onde as duas palavras mostram-se intercambiáveis no discurso habitual, coloquial e sem rigor;
- 3) tecnologia entendida como o conjunto das técnicas de que dispõe uma sociedade, em qualquer fase histórica de seu desenvolvimento; é a esta acepção que se costuma fazer menção quando se procura referir ou medir o grau de avanço do processo das forças produtivas de uma sociedade;
- 4) tecnologia como a ideologização da técnica, onde, para o autor, “pode-se dizer que a palavra tecnologia menciona a ideologia da técnica” (p.220).

A abordagem mais consistente da tecnologia leva em conta a diversidade de noções

e significados escondidos sob este termo, principalmente seu aspecto ideológico, tendo em vista que “as presentes condições sociais possibilitam a utilização das discussões sobre a técnica, suas relações com a ciência e o papel desempenhado na vida dos homens, para fins nitidamente ideológicos” (Vieira Pinto, 2005, p.228). É neste sentido que conceitos como “explosão tecnológica” e “era tecnológica” precisam ser objeto de rigorosa apreciação crítica.

Em contraposição a análises simplistas que tendem a considerar apenas a época atual como detentora de um caráter “tecnológico”, o autor observa que a expressão “era tecnológica” refere-se a toda e qualquer época da história, desde que homens e mulheres se constituíram em seres capazes de elaborar projetos e de realizar os objetos ou as ações que os concretizam. Para o autor, a “consciência ingênua”, marcada pela ausência de sensibilidade histórica e pela influência de um essencial impressionismo, tem-se mostrado incapaz de efetuar uma abordagem adequada do processo social, deslizando para uma absolutização do presente e dele fazendo termo final do processo da realidade. Criticando tal forma de abordagem dos fenômenos, o autor afirma a importância da compreensão dialética e a necessidade de se perceber os condicionamentos históricos que explicam o presente momento, como forma de demonstrar que a propalada «explosão tecnológica», a qual, segundo seus propagandistas, engloba a vida da humanidade, a ponto de modificá-la em todas as suas manifestações, nada mais é do que expressão do desenvolvimento do processo histórico.

É neste terreno que surgem as diversas abordagens do fenômeno que vem sendo conhecido como tecnologias da informação (TI). Percebe-se que sua conceituação oscila entre limitá-la às atividades desenvolvidas pelos recursos da informática (priorizando a automatização de tarefas) ou, ainda, compreendê-la como a aplicação de seus diferentes ramos na geração, processamento e difusão de informações (ênfatisando a transformação e organização de dados para posterior utilização). No debate sobre o tema, pode-se vislumbrar tendências que reforçam posições diferenciadas: por um lado, a aplicação da TI é vista em termos de operacionalização em sentido genérico, priorizando a habilidade de utilizar e interagir com a máquina; por outro, valoriza-se, também, a atividade de reapropriação e reelaboração da linguagem informacional voltada para novos usos e finalidades. Percebe-se, portanto, a coexistência de “uma lógica instrumental e uma atividade de criação que mobiliza os recursos para abertura de novas fronteiras do trabalho e do conhecimento” (Cocco, 2003, p.10), o que denota que, em relação à TI, o foco de ação não se reduz ao desenvolvimento do domínio operacional, mas “se estende à criação de um espaço de formação e transformação do indivíduo, mobilizado na apropriação do recurso tecnológico e na compreensão da linguagem computacional” (Kachar, 2003, p.17).

Se por um lado a definição de TI remete ao conjunto de dispositivos, serviços e conhecimentos relacionados a uma determinada infra-estrutura, composta

por computadores, *softwares*, sistemas de redes, etc. (que teriam a capacidade de processar e distribuir informações para as organizações e os sujeitos sociais que compõem a nossa sociedade), por outro, há que se considerar também, que a convergência tecnológica entre os equipamentos de informática e de telecomunicações representa um salto qualitativo em termos de possibilidades tecnológicas e de criação de novas práticas sociais, fomentando novos espaços, seja para a acumulação, seja para a emancipação dos indivíduos. Assim, pensar sobre a TI implica deslocar a ênfase do objeto - o computador, o programa, o módulo técnico - para o projeto - a rede de relações humanas ou o projeto de sociedade que se quer instituir (Lévy, 1993).

## 2. O acesso à TI

Se por um lado, a tecnologia vem avançando e produzindo inovações cada vez mais notáveis, por outro elas não estão plenamente disponíveis ao conjunto da população, que se vê, em sua maioria, cerceada do acesso aos frutos da riqueza socialmente produzida. Na maior parte das vezes, a utilização da tecnologia encontra-se vinculada à satisfação dos interesses de grupos e elites dominantes, contribuindo, em grande medida, para intensificar processos relativos ao aumento da acumulação.

12

Alguns dados permitem verificar uma distribuição bastante desigual dos recursos tecnológicos, reproduzindo os principais traços de nossa organização social. Carneiro (2002), ao questionar a quem se dirige e a quem está disponível todo o avanço tecnológico produzido nos últimos tempos, destaca que, se por um lado os números oficiais de um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento mostram um aumento da quantidade de usuários e usuárias da Internet (que passou de 150 milhões para 700 milhões em um ano), por outro, cerca de 91% desses(as) usuários(as) equivalem a apenas 19% da população mundial e estão concentrados(as), em sua maioria, nos países que fazem parte da OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (p.37). Para Silveira (2001), os dados referentes às condições necessárias ao acesso à Internet ilustram uma organização social ainda marcada por extremos. Como ele apontou, os países que integram a OCDE, mesmo com apenas 15% da população da Terra, concentram 71% de todas as linhas telefônicas existentes no mundo. Em 1998, os países altamente industrializados concentravam mais de 88% dos usuários e usuárias da Internet mundial, enquanto representavam apenas 15% da população global. Em 2001, 41% de todo o acesso mundial concentrava-se nos Estados Unidos e no Canadá. A Ásia, região mais populosa do planeta, detinha apenas 20% dos acessos, enquanto a América Latina, apenas 4%.

Mattelart (2002) também apresenta observações sobre o acesso à TI, como se constata no trecho a seguir:

Em seu relatório, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento confirmava, em 1999, a marginalização informacional crescente de uma maioria de países, e no interior de cada país, e isso nos quatro pontos cardeais, a existência da linha divisória entre os info-ricos e os infopobres, a fratura digital ou digital divide (PNUD, 1999). “O internauta típico, podia-se ler, é homem, com menos de 35 anos, nível superior, classe alta, habitante urbano, falante de inglês”. De 13 mil aldeias da área rural do Senegal, só 300 dispõem de linhas telefônicas, e o analfabetismo ainda atinge 65% da população. A África do Sul, entretanto, está bem dotada, em relação ao resto do continente, de numerosos hospitais, e três quartos dos estabelecimentos escolares não dispõem de linhas telefônicas. De modo mais simples, pode-se acrescentar o fato de que no momento em que cintilam as promessas de infovias, uma multidão de países ou regiões do planeta não têm sequer uma rede rodoviária nacional digna desse nome e de que mais de 600 mil cidades não têm eletricidade! Com 19% da população mundial, os países da OCDE tinham 91% dos usuários da Internet. Mais da metade deles estavam nos Estados Unidos, que representam apenas 5% da população do planeta. (Mattelart, 2002, p.159)

Tratando da situação brasileira, Silveira (2001), com base em dados do IBGE de 1996, observa que a cidade de São Paulo possuía 26,5 telefones fixos por 100 habitantes, representando 41% de todo o tráfego telefônico do país. Já o censo de 2000 mostra a existência de apenas entre 10 e 20 usuários de informática por 100 mil habitantes, um número que, de acordo com o autor, é considerado bem abaixo dos atuais padrões mundiais. Em relação ao acesso à Internet, a região sudeste concentra 58% dos provedores de acesso brasileiros, sendo que somente a capital paulista detém 12% dos provedores, seguida pelo Rio de Janeiro, com 8%. Afonso (2000) ilustra bem a situação brasileira:

Dos mais de cinco mil municípios brasileiros, menos de 300 (ou menos de 6%) contam com infra-estrutura mínima necessária para que possam ser instalados serviços locais de acesso à Internet. Os cerca de cinco milhões de usuários da Internet no Brasil são menos de 3% da população. O Brasil é de longe o pior colocado em números per capita de usuários, computadores pessoais, linhas telefônicas e servidores Internet (hosts) entre as nove maiores economias do mundo. Os circuitos que conectam os provedores de serviços à Internet estão entre os mais caros do mundo, inviabilizando o pequeno provedor de serviços em áreas menos ricas. (Afonso, 2000, p.19)

Apesar de dados mais recentes destacarem um crescimento no acesso à TI (a PNAD de 2002, por exemplo, informa que o número de residências com microcomputador cresceu 15,1%, de 2001 para 2002, e o de domicílios com computador ligado à Internet teve um crescimento mais acentuado, de 23,5%), de uma forma geral, concorda-se com Moraes (2001), para quem, no Brasil, a tradição da concentração das riquezas se repete nas tecnologias digitais, havendo, ainda, muito a fazer para aumentar as conexões e os usos sociais de tais tecnologias. A maior parte das pessoas que se conectam à Internet pertence às classes A e B e se aglomera nas regiões Sudeste e Sul. Apesar de o Brasil estar entre os 15 países com

maior parque de computadores instalados, mantém cerca de 94% das cidades fora da Rede. Dispor da maior infra-estrutura de telecomunicações da América Latina não fez com que o país deixasse de situar-se em penúltimo lugar, em número de usuários individuais, computadores pessoais, linhas telefônicas e servidores da Internet, entre as dez maiores economias do mundo (p.141). Há, portanto, como sinalizou Mallini (2003), um elemento profundamente contraditório neste quadro, que se refere à necessidade de socializar conhecimentos formais e tecnológicos a amplas camadas populacionais que ainda se encontram completamente marginais ao circuito informacional das tecnologias de comunicação, tais como a imprensa, o livro, a Internet, softwares etc. (p.153). Como resumiu Gleiser (2002):

O alto custo e a constante renovação das tecnologias promove a existência de uma ‘subclasse tecnológica’, os deixados às margens do turbilhão digital. E, como o motor fundamental da sociedade moderna são a geração e a troca de informação, esses novos marginalizados digitais sofrem uma grande desvantagem no mercado de trabalho. Essa estratificação social é ainda maior em países onde a distribuição da renda é muito polarizada, como é o caso brasileiro. (Gleiser, 2002, p.23)

Além de expressar a dificuldade de acesso ao recurso tecnológico, esta realidade demonstra também os obstáculos cada vez maiores que se colocam às possibilidades de incorporação e apropriação das tecnologias por parte de uma parcela crescente da população. Apesar de tais dificuldades, considera-se que a TI pode ter importantes contribuições para as práticas dos sujeitos sociais, desde que apropriada de forma crítica e livre de fetichismos e mistificações. Seu uso detém um caráter contraditório, em disputa no âmbito das práticas sociais em andamento num determinado contexto histórico.

### 3. Algumas notas sobre as potencialidades contraditórias no uso da TI

Considera-se que, além da contribuição das inovações tecnológicas para a redução do trabalho vivo e para a desqualificação do trabalhador, dando origem a um agravamento da “questão social” expresso pelo aumento da pobreza, da violência e da exploração, sua utilização pode contribuir, também, para o enfraquecimento e a erosão de vínculos sociais solidários e igualitários. Santos (1999), por exemplo, aborda uma questão que denomina de “perda do humano”, decorrente de um determinado tipo de uso social da tecnologia. Para o autor, o desenvolvimento da “racionalidade econômica” peculiar à sociedade capitalista confundiu-se com o desenvolvimento da “racionalidade tecnocientífica”, como se a evolução e o sentido dessas duas racionalidades fossem um único movimento que recusaria qualquer limite, seja ao capital, seja ao progresso tecnocientífico.

O autor observa que a relação entre os indivíduos e natureza vem sendo cada vez mais mediada pela ciência e pela tecnologia, e os seres humanos, apesar de aumentarem seu controle sobre a natureza, vêm, contraditoriamente, sendo cada vez mais controlados. Assim, o autor identifica uma tendência à “intensificação da

mecanização do indivíduo” e ao aprofundamento de uma relação perversa entre este e a natureza, conduzindo ao que chamou de “perda do humano”. A tendência, sugere, é de que o humano se manifeste num comportamento selvagem, num comportamento em que o sujeito, de forma egoísta e individualista, persegue apenas a satisfação de seus desejos e de suas vontades.

Prossegue, afirmando que, da forma como vem sendo utilizado, o progresso da ciência e da tecnologia não segue o mesmo caminho do progresso da moralidade da conduta humana e que, ironicamente, a satisfação do desejo daquele sujeito que tenta escapar das conseqüências da “mecanização” se faz, de acordo com o autor, cada vez mais “intensificando o próprio processo de mecanização”. Para ilustrar esta situação, o autor utiliza como exemplo o campo da reprodução humana, marcado pela existência de diversos recursos derivados dos avanços científicos e tecnológicos. Vejamos a seguir um longo trecho que torna compreensível a complexidade apontada pelo autor:

O desejo de ter um filho por parte de indivíduos que não podem ou não querem tê-lo pelas vias biológicas ‘normais’ pode ser satisfeito atualmente graças aos avanços tecnocientíficos da chamada reprodução assistida. O leque de opções para a satisfação desse desejo amplia-se ininterruptamente: das inseminações artificiais à possibilidade de clonagem humana, passando pelos bebês de proveta, os bancos de esperma, as barrigas de aluguel, a comercialização de óvulos e embriões e as promessas da engenharia genética para a geração da ‘criança perfeita’. Ora, a abertura desse campo está criando situações inéditas. Na Inglaterra, uma jovem deseja conhecer a experiência da imaculada concepção porque identifica-se com a Virgem Maria, enquanto um casal de gays e um casal de lésbicas desejam constituir um novo tipo de família. Na Itália, senhoras de idade desejam ser mães. Clientes japoneses viajam para contratar barrigas de aluguel no exterior porque a atividade é ilegal em seu país. Nos Estados Unidos, diversos bebês gerados por mães substitutas vêm sendo abandonados porque nasceram com o sexo errado; ao mesmo tempo, disputas judiciais colocam aos juízes a responsabilidade de ter de decidir quem é a mãe: a mulher que forneceu o óvulo ou aquela que portou e pariu a criança? Em todo o mundo as concepções tradicionais de vida, de morte, de procriação, de filiação, de parentesco estão sendo implodidas e é grande a controvérsia em torno do momento em que o material humano passa a ser pessoa. (Santos, 1999, pp.300-1)

Destaca ainda que os efeitos da combinação perversa entre a “mecanização do humano” e a constituição de um “sujeito não racional” perseguindo seus desejos irão incidir diretamente no campo do Direito, que, como observa, “vem sendo atropelado pelo desenvolvimento tecnocientífico”, já que este cria situações novas para as quais parâmetros de análise e interpretação ainda não foram produzidos. Em termos gerais, Santos afirma que o profundo desenvolvimento de inovações tecnológicas e científicas faz com que o reconhecimento jurídico do direito das pessoas seja posto em xeque.

Se por um lado situações como as levantadas por Santos justificam a preocupação com as inovações tecnológicas, por outro, há autores que tentam realçar efeitos mais positivos dessas inovações. Carneiro (2002), por exemplo, sinaliza que o tema informática, associado à educação, envolve, além da discussão sobre sua utilização como ferramenta auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, uma análise consistente dos avanços tecnológicos. A autora destaca a importância de um questionamento dos objetivos e aplicações da informática, chamando a atenção para as oportunidades positivas decorrentes de novas possibilidades de práticas educativas suscitadas pelo seu uso.

Kachar (2003) segue por um caminho parecido, ao relatar um trabalho realizado com idosos em uma experiência de aprendizagem sobre e pelo computador. Afirma a autora que este recurso potencializou algumas capacidades do indivíduo, atendendo necessidades oriundas do contexto etário e cultural, e possibilitando maior autonomia e uma reapropriação da linguagem tecnológica e dos recursos computacionais básicos. A intenção, diz a autora, não foi apenas desenvolver a habilidade de operar os recursos tecnológicos, mas tornar o computador um “instrumento para a construção de outros conhecimentos pelo aluno, descobrir-se e desvelar-se com uma nova possibilidade de ser” (Kachar, 2003, p.18).

## 16

Outras considerações são feitas a partir da experiência de implementação de programas sociais pela prefeitura de São Paulo, a partir de 2001, no âmbito da “estratégia paulistana de inclusão social” (Pochmann, 2002, p.19). Guerra et alli (2002) demonstraram que a TI foi importante fator na criação de um sistema de informações que auxiliou o gerenciamento de dados e informações referentes aos projetos sociais implantados junto a 110 mil famílias. Dentre os pontos positivos, os autores destacam que foi possível lidar com um complexo processo de cadastramento, evitando problemas como baixo aproveitamento das informações levantadas e alta tendência a erros no preenchimento de informações cruciais para a incorporação dos indivíduos e famílias nos programas sociais. Os autores afirmam que a TI foi uma ferramenta fundamental para o gerenciamento das informações necessárias ao planejamento, à implementação e ao acompanhamento desta política pública, oferecendo: maior agilidade, flexibilidade e mobilidade no uso da informação; maior economia e segurança no seu gerenciamento; melhor aproveitamento da informação coletada; e maior visibilidade e integração na utilização das informações. Trata-se de fatores de grande importância para a instituição de políticas públicas democráticas, que têm na TI um importante potencializador, já que esta permite, com um uso adequado, a abertura de novas perspectivas.

No âmbito das lutas sociais, Moraes (2001) destaca a importância da Internet, que com seu ambiente tendencialmente interativo, cooperativo e descentralizado, pode ser útil para o fortalecimento da sociedade civil, difundindo valores e fomentando o acesso a direitos. Tal recurso pode facilitar a intercomunicação de indivíduos e agrupamentos heterogêneos, permitindo, em tese, a defesa de identi-

dades culturais, a promoção de valores éticos e a democratização da esfera pública. Trata-se de uma abordagem que toma a Internet como um possível potencializador de práticas democráticas, propiciando, dentre outras possibilidades, “a organização de grupos de conversação, plebiscitos indicativos e consultas sobre distintos temas, disseminando informações na sociedade” (Moraes, 2001, p.140), realçando-a e fortalecendo-a como espaço político.

No entanto, lembra o autor, não se trata de transformar a Internet em apanágio de todas as virtudes. De acordo com suas idéias, não seria adequado subestimar o predomínio dos megagrupos no atual cenário de transnacionalização e oligopolização das indústrias de informação e entretenimento. Como observou Mallini (2003), alguns grupos e movimentos que vêm operando na Internet, vêm sofrendo tentativas de contenção ou esvaziamento de seus fluxos, capazes de organizar a luta contra as desigualdades. Uma estratégia desse tipo, segundo o autor, é a compra, pelo capital, de tais ambientes que, ao acelerar a socialização das novas tecnologias, podem tornar-se, também, fatores de valorização do capital. Isso comprometeria o caráter contestatório desses ambientes, afetando, conseqüentemente, sua capacidade de produzir “contra-informação”.

17

Para Silva (2002), o computador é um recurso pedagógico que favorece a aprendizagem dos estudantes, e ao ser conectado à Internet abre maiores perspectivas, incrementando e enriquecendo o processo de ensino e aprendizagem, ao colocar diante das crianças um imenso universo de informações e um repertório ilimitado de textos e de fontes de informação a serem trabalhados na produção do conhecimento. No entanto, alguns cuidados devem ser tomados em relação a essa “disponibilidade ilimitada” destacada pelo autor, pois, como observou Almeida (2002), constata-se hoje a existência de uma “sobrecarga de informação”, uma condição em que a informação é recebida em taxas extremamente altas, que impedem a sua adequada assimilação.

Problematizando um pouco essa questão, Wainer (2003) destaca a existência de idéias e opiniões de que com a Internet os alunos podem coletar mais dados, desenvolver melhor suas opiniões sobre um determinado assunto, formar uma opinião mais “correta” e, por fim, elaborar trabalhos melhores. Essas idéias, de acordo com o autor, partem de pressuposições questionáveis. Em primeiro lugar, porque uma maior quantidade de informação não leva necessariamente a um trabalho melhor. Segundo, porque a Internet provavelmente apresentaria muito mais dados que o necessário para o aluno, sendo necessário filtrar e selecionar as informações, uma habilidade cada vez mais importante nos dias de hoje, em que há o que autor tratou como *Information overload* (p.52), que tem na Internet uma das suas principais causas.

As possibilidades de uso da TI são numerosas e diferenciadas, encontrando-se marcadas pelo caráter contraditório que preside o processo social. Acredita-se

que se uma sociedade é fortemente caracterizada pela incidência de desigualdades sociais, a tendência é que os efeitos sociais decorrentes do uso social da TI caminhem para a mesma direção, embora haja espaço para novas alternativas historicamente construídas e conduzidas pelos agentes sociais presentes nesta sociedade. Trata-se de um processo de luta composto por diversas modalidades, sobretudo democráticas, novas e diferenciadas, que tem em vista um uso social da tecnologia mais adequado aos interesses da população. Como observou Santos (1998):

um dos paradoxos da sociedade da informação é que, quanto mais vasta é a informação potencialmente disponível, mais seletiva é a informação efetivamente posta à disposição dos cidadãos. E, como nesse tipo de sociedade o exercício ativo da cidadania depende mais do que nunca da informação que o sustenta, a luta democrática mais importante é a luta pela democratização dos critérios da seleção da informação. (Santos, 1998, p.8)

Se por um lado, as novas tecnologias vêm sendo largamente utilizadas pelo grande capital como poupadoras de mão-de-obra, ocasionando, por conta do tipo de uso social posto em prática, fortes impactos para os trabalhadores, por outro, tais tecnologias, ao trazerem consigo a contraditoriedade do processo social, podem ser apropriadas e utilizadas para atender ou reforçar interesses mais próximos desses mesmos trabalhadores.

18

Evidencia-se, assim, uma luta pela apropriação e uso da tecnologia, entendendo-a como importante questão política e social. Cabe aos sujeitos comprometidos com práticas democratizantes e emancipadoras buscar caminhos que possam engendrar sua apreensão e aplicação em favor dos interesses da classe trabalhadora. Assim, o que se levanta é justamente a possibilidade do recurso tecnológico mediar o fortalecimento de princípios e valores favoráveis aos trabalhadores. A influência que a TI pode exercer no campo econômico, político e social depende da sua concretização como instrumento que pode vir a reforçar ou não a lógica da acumulação capitalista. Não se trata de bradar contra o avanço tecnológico. No entanto, não se pode deixar de constatar que sua utilização se dá, mais detidamente, para atender os interesses hegemônicos.

Caracterizar as inovações tecnológicas como espaço de disputa social não significa desconsiderar suas conexões com as finalidades e projetos dos segmentos hegemônicos que as elaboram e constroem. Como observou Martin-Barbero (1997), “as tecnologias não são meras ferramentas transparentes; elas não se deixam usar de qualquer modo: são, em última análise a materialização da racionalidade de uma certa cultura e de um ‘modelo global de organização do poder’” (p.256). Desta forma, chama-se a atenção para a tensão existente entre as finalidades inerentes às inovações tecnológicas e os valores e pressupostos que constituem os projetos alternativos àquelas finalidades.

De forma geral, essas inovações têm sido reduzidas a ferramentas cada vez mais rigorosas de racionalização e controle do trabalho. Considera-se que a partir

da análise concreta das relações e processos sociais, é possível perceber a tecnologia como expressão do desenvolvimento das forças produtivas, marcada pelo caráter contraditório constituinte do padrão específico de relações sociais capitalistas. Se ela vem sendo usada pelo capital para potencializar a produtividade e o lucro, isso não significa que não possam ser engendradas possibilidades históricas de apropriação do recurso numa perspectiva voltada ao fortalecimento das lutas sociais. Trata-se, no entanto, de uma apropriação que continua a demandar a análise concreta do processo social e das efetivas possibilidades de incorporação da tecnologia, numa perspectiva contrária aos valores capitalistas e favorável aos projetos sintonizados com sua superação. Constitui-se, assim, uma possibilidade histórica de apropriação crítica da tecnologia, cuja efetivação depende da capacidade que os atores envolvidos demonstrarem de superar as posturas mistificadoras, simplificadoras e reducionistas largamente presentes no debate sobre este tema.

A tarefa que se coloca, então, é a de analisar as possibilidades de construção de usos sociais das inovações tecnológicas de modo articulado a posturas que possam fortalecer o enfrentamento das expressões do processo de acumulação capitalista. Trata-se de engendrar uma apropriação crítica dos recursos tecnológicos, adicionando-os às experiências de resistência e luta social como forma de ampliar o potencial já existente em tais experiências.

#### 4. Referências

AFONSO, Carlos. *A Internet no Brasil: o acesso para todos é possível?* São Paulo, Friedrich Ebert Stiftung, Policy Paper, n. 26, setembro de 2000.

ALMEIDA, Rubens Queiroz de. "O leitor navegador (III)". In SILVA, Ezequiel Theodoro da (coord.). *A leitura nos oceanos da Internet*. São Paulo: Cortez, 2002.

CARNEIRO, Raquel. *Informática na educação: representações sociais do cotidiano*. São Paulo: Cortez, 2002.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. *A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1)*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COCCO, Giuseppe et. alli. (orgs.) *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GLEISER, Marcelo. *Turbilhão digital*, Suplemento Mais, Folha de São Paulo, 11 de agosto de 2002, p.23.

GUERRA, Alexandre Lalau et. alli. “*Sistema de gerenciamento de informações dos programas sociais*”. In POCHMANN, Marcio (org.) *Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade*. Novos caminhos para a inclusão social. São Paulo: Cortez; Fundação Perseu Abramo, 2002, pp.51-8.

KACHAR, Vitória. *Terceira idade e informática: aprender revelando potencialidades*. São Paulo: Cortez, 2003.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

\_\_\_\_\_. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOJKINE, J. *A Revolução Informacional*. 3a ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MALLINI, Fábio. “*A informação com arma política: do confinamento ao descontrole*”. In COCCO, Giuseppe et. alli. (orgs.) *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

MATTELART, Armand. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2002.

MORAES, Denis de. *O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

POCHMANN, Marcio (org.) *Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade. Novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo: Cortez; Fundação Perseu Abramo, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. “*Economia de cassino*”. Folha de São Paulo. São Paulo, 15 de março de 1998, Folha Dinheiro, p.8.

S

ANTOS, Laymert Garcia dos. “*Tecnologia, perda do humano e crise do sujeito do direito*”. In OLIVEIRA, F e PAOLI, M. C. (orgs.) *Os sentidos da democracia – políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília, NEDIC, 1999.

SCHAFF, Adam. *A sociedade informática*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SILVA, Arídio et. alli. *Sistemas de Informação na administração pública*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. “*Formação do leitor virtual pela escola brasileira: uma navegação por mares bravios*”. In SILVA, Ezequiel Theodoro da (coord.). *A leitura*

nos oceanos da Internet. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. *Exclusão digital: a miséria na era da informação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

TAUILLE, José Ricardo. *Para reconstruir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

VELOSO, Renato. *Tecnologia da informação: contribuição importante para o exercício profissional?* Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *O conceito de tecnologia*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WAINER, Jacques. “O paradoxo da produtividade”. In RUBEN, G., WAINER, J., DWYER, T. (Orgs.) *Informática, organizações e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

# A crítica musical e a construção de um cânone: uma análise das estratégias de produção de sentido sobre o álbum “Que belo estranho dia pra se ter alegria”, de Roberta Sá

**Janaina Faustino Ribeiro**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, onde desenvolve pesquisa sobre crítica musical, jornalismo cultural e música popular. Membro do GRECOS, coordenado pela professora-doutora Ana Lucia Silva Enne do PPGCOM. Bacharel em Ciências Sociais também pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: janinafaustino@gmail.com. Pesquisadora financiada pela Faperj.

## RESUMO

Este artigo busca realizar uma discussão sobre a importância e as características da crítica cultural na atualidade, destacando a relevância de seus juízos de valor para a legitimação de determinados artistas no campo musical brasileiro e para as práticas de consumo musical. Para isso, discorre sobre a crítica pensando-a como um mediador no processo de produção de sentido e, ainda, como um dos agentes que, em disputa com outros atores sociais, norteiam e auxiliam nas práticas de consumo e na delimitação daquilo que será consagrado e apreciado em termos musicais. Como objeto empírico de análise, selecionamos o texto publicado no jornal “O Globo” sobre o último CD da cantora Roberta Sá.

**Palavras-chave:** Crítica; música popular; consumo; valores.

## ABSTRACT

*This paper aims at discussing the importance and characteristics of critical cultural in the present time, thinking about the relevance of its judgments of value for the success of some artists in the Brazilian musical field and for the practical ones of musical consumption. For so much it studies the critical one considering it as a mediator and as one of the agents who, in dispute with other social actors, guide and assist in the practical ones of consumption and in the definition of that it will be appreciated in musical terms. As empirical object of analysis, we select the text published in the periodical “O Globo” on the last CD of the singer Roberta Sá.*

**Keywords:** Critical; popular music; consumption; value.

## Introdução

“ – *Ele parece inofensivo.*

– *Mas ele é ‘O inimigo’. Ele escreve aquilo que vê”.*

“O inimigo” é a maneira como os integrantes de um grupo de rock em ascensão se referem a um jovem jornalista, William Miller, da revista *Rolling Stone*, em uma das cenas do filme “*Quase famosos*”<sup>2</sup>. Para os músicos da fictícia banda Stillwater, aquele jornalista cultural que atua também como crítico musical, tem o poder de determinar parte significativa de sua carreira no mundo do showbizz norte-americano dos anos 1970, período em que se passa a ação do filme.

A mensagem elaborada e transmitida durante o filme sobre a crítica, os chamados jornalistas culturais e suas relações com os artistas, parece bastante pertinente por elucidar alguns aspectos relevantes sobre o campo artístico e a atividade crítica. Atuando como um especialista, o crítico musical é percebido, em diversos momentos, como um agente autorizado pleno de poder, pois detentor de um capital específico suficiente para deliberar a respeito das possibilidades de êxito ou fracasso na trajetória de artistas.

23

Este ensaio reflete sobre a crítica contemporânea inserida em uma espécie de rede que envolve múltiplos agentes sociais, dentre eles, os próprios músicos, os produtores musicais, a indústria fonográfica, os publicitários e o público (fãs, ouvintes e apreciadores de modo geral). Todos estes atores, em disputa, são decisivos: na produção de sentido e formulação de parâmetros de qualidade; na formação do gosto; no estímulo a determinadas práticas de consumo musical; na criação de estilos e no enquadramento dos artistas naquilo que se convencionou chamar de gêneros musicais. A investigação acerca das relações entre música, indústria da cultura e mídia impressa (crítica musical), deste modo, é salutar, pois tais meios se configuram como instituições dotadas de autoridade para agir como “filtros” que selecionam e valoram a informação que chega ao público.

A proposta deste artigo, assim, é analisar uma crítica impressa de música popular, salientando a relevância de seus juízos de valor para a canonização de determinados artistas no meio musical brasileiro e para as práticas de consumo musical. Para tanto, recuperaremos algumas abordagens teóricas relacionadas ao debate sobre consumo e autoridade cultural bem como à noção de gênero musical que se conforma como uma ferramenta constantemente utilizada, tanto pela crítica quanto pelos consumidores, no movimento de atribuição de sentido, valorização e formação do gosto musical. Por fim, almejando avaliar de que maneira um agente social específico produz sentido, emite seus juízos de valor, se relaciona com as práticas de consumo musical e com as configurações de uma categoria genérica especial – no caso aqui, a MPB –, elegemos como objeto em-

pírico para análise a matéria publicada no jornal “O Globo” por Antonio Carlos Miguel, a respeito do CD “*Que belo estranho dia pra se ter alegria*”, da cantora Roberta Sá.

### 1) Consumo e gênero musical: algumas relações

É necessário sublinhar, primeiramente, que consideramos o ato de ouvir música uma ação simbólica que envolve processos de identificação com visões de mundo, valores e representações inscritos na referida sonoridade. Como uma maneira de estabelecer comunicação e contato com o outro, sua circulação em meio específico demarca as condições através das quais esta comunicação irá ocorrer, influenciando na construção de sentido e laços sociais acerca das práticas culturais.

Este ensaio trabalha com a concepção de consumo entendido como “um conjunto de processos sócio-culturais em que se realizam a apropriação e o uso dos produtos” (CANCLINI, 1999: 77). De acordo com esta definição, sua realização está vinculada aos movimentos de construção de sentido, identidade e de busca por prestígio social através de trocas simbólicas. Tal explicação sugere uma dupla perspectiva: ao mesmo tempo em que satisfaz as necessidades materiais, o ato em si carrega estruturas e símbolos sócio-culturais. Aproximando-se da teoria marxista, mas, ao mesmo tempo, intentando captar o significado das práticas que envolvem a vida social – o que o aproxima também de Max Weber – Pierre Bourdieu elucida que os indivíduos, através de suas ações e estilos de vida, retraduzem simbolicamente as diferenças materiais inscrevendo e reproduzindo em seus corpos as marcas de suas condições de existência. O autor recupera a noção de *habitus* para defini-lo como

Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim (BOURDIEU, in: ORTIZ, 1994: 15).

Dentre algumas características do *habitus*<sup>3</sup>, podemos mencionar que: 1) não se trata de uma aptidão natural, mas sim social e variável através do tempo, do lugar e, ainda, das distribuições dos postos de poder; 2) como fruto de uma estrutura social elevada ao nível da consciência, o *habitus se transfere para vários outros domínios da prática social*, podendo ser verificável a coerência existente entre as diversas formas de consumo entre indivíduos pertencentes ao mesmo grupo ou classe social, fundamentando os diversos estilos de vida; 3) como destacado anteriormente, o *habitus* é durável, mas não eterno ou imutável, pois as disposições, socialmente construídas, podem ser desmanteladas pela exposição a novas forças externas. Para o autor, os indivíduos tendem a carregar “toda a verdade objetiva de uma condição”, refletindo adequadamente uma “objetividade

interiorizada” (BOURDIEU, 2004: 188). Desta maneira, aplicando as análises ao nosso objeto, no momento em que os sinais das disposições estéticas e esquemas de nomeação, manifestados e materializados nas práticas de consumo, revelam a origem e a trajetória de vida do indivíduo, o gosto se torna classificador e classificatório, classificando aquele que nomeia e hierarquiza.

Simon Frith (1998) sustenta que para percebermos o universo no qual a música pop se insere é primordial que examinemos a maneira como os julgamentos de valor são realizados, negociados e formulados, uma vez que as valorações se relacionam ao significado dos produtos musicais. A identificação com determinados artistas ou gêneros se dá a partir de processos de distinção e as obras musicais são consumidas por grupos (ou comunidades de gosto) porque carregam códigos de leitura compartilhados. Visando aplicar as análises de Bourdieu ao campo de estudo da música pop, o autor endossa que a estratificação existente no passado entre a ‘cultura de elite’ e a ‘cultura popular’ deslocou-se para a cultura midiática, na medida em que esta cultura gera produtos diferenciados onde as noções de distinção e exclusividade estão presentes. Por isso, para ele, os juízos de valor sobre a música necessitam ser compreendidos também a partir do lugar de quem os emite e de suas preferências estéticas.

25

A noção de gênero musical se configura como um importante mediador neste auxílio às práticas de consumo e na atribuição de sentido. Estabelecidos sob a forma de um conjunto de convenções que os atualizam, mas, ao mesmo tempo, constantemente os colocam em uma situação de instabilidade, os gêneros musicais constituem instrumentos que cooperaram para a ordenação do “sistema simbólico” em categorias classificatórias. Para Frith, os gêneros são ferramentas de nomeação voltadas para o mercado. Jeder Janotti Jr (2006), por outro lado, ao formular a idéia de ‘gênero midiático’, considera que, para além de sua função mercadológica, há, ainda, uma espécie de endereçamento de poéticas que ambiciona causar um efeito estético no apreciador, pois a música possui materialidade e plasticidade, que envolvem processos criativos construídos historicamente dentro e a partir de condições pré-determinadas.

Neste sentido, os sistemas de valoração e enquadramento das expressões musicais e dos artistas em determinados gêneros resultam de um embate onde critérios e julgamentos de valor estão constantemente sendo negociados em uma disputa pelo poder de atribuir sentido e nomear. Entretanto, concordamos com Jeder Janotti Jr quando o autor ressalta a relevância do texto musical na realização das práticas de consumo e nos processos de apreciação. Segundo ele, “esse fenômeno está inscrito antes nas expressões musicais. A canção torna-se então, ponto de partida para a abordagem dos aspectos sociais e culturais do consumo da música” (JANOTTI, 2006: 2). Felipe Trotta também destaca que “a partir de semelhanças encontradas entre eles [os elementos musicais], as unidades do conjunto são agrupadas e nomeadas, passando a valer como uma categoria do

sistema classificatório” (TROTТА, 2005: 186).

O caso específico do rótulo MPB evidencia aquilo que se tem buscado debater neste ensaio: além da importância do aspecto propriamente formal – que, neste caso pode ser ilustrado pela predominância do formato canção cuja voz sempre se coloca acima dos instrumentos –, é importante pontuarmos que outros fatores também necessitam ser considerados neste processo de valoração, classificação e consumo. Surgida em meio a uma luta ideológica entre três vertentes estéticas e políticas distintas nos anos 60 – a bossa nova, a música de protesto e a tropicalia –, a MPB foi alçada ao nível de “alta cultura”. Ouvir MPB passou a ser símbolo de status e bom gosto reservado às classes mais “cultivadas” e abastadas da população. Todavia, de que maneira se pode refletir sobre a MPB como uma categoria genérica homogeneamente coesa em termos musicais, já que rótulo não possui exatamente uma *forma* como, por exemplo, o samba, o jazz e o rock? Imaginamos que estas dificuldades decorrem tanto das especificidades do processo de conformação de todos os gêneros quanto da operação que pressupõe uma ação seletiva. No entanto, a partir de quais critérios determinado artista passa a ser classificado como sendo de MPB? A crítica desempenha um papel bastante significativo neste processo.

## 26

### 2) Nomeação e hierarquização: o papel da crítica

Para que compreendamos as diversas nuances que envolvem os mecanismos de valoração e hierarquização, é necessário fazer referência ao caráter conflituoso do processo, sublinhando que alguns juízos de valor são mais validados e legitimados do que outros também em função do poder simbólico e da posição de fala ocupada por determinado grupo social. Isto porque este movimento de atribuição de sentido, fundado em uma correlação de forças, tem como consequência uma eleição de critérios bastante desigual e, neste sentido, a crítica termina agindo como uma espécie de instrumento de dominação, representante do poder intelectual estabelecido a partir de cânones previamente delimitados. Contudo, este exercício não inviabiliza completamente seu papel de tradução, interpretação e legitimação dos artefatos culturais mesmo que se reconheça seu atual momento de crise e transformação. Por outro lado, a crítica não pode se configurar como a única e principal instância de consagração cultural neste processo, devendo estar em diálogo – ainda que desigual – com outras modalidades de classificação que nomeiem diferentes categorias valorativas. Consideramos enriquecedora a revisão e a discussão acerca de tais critérios, pois esta atualização poderá causar um certo movimento nas hierarquias.

Porém, refletindo sobre a legitimidade de determinados julgamentos de valor em detrimento de outros, recuperemos, neste momento, a abordagem de Pierre Bourdieu. Entendendo a linguagem como práxis e reforçando a importância das condições sociais de produção e de aceitação do discurso – e, portanto,

do poder simbólico capaz de legitimá-lo, de torná-lo consensual –, o autor investiga os mecanismos de produção do sentido de autoridade. A crítica do autor destina-se aos que acreditam descobrir no discurso, isto é, na substância propriamente lingüística da palavra, o princípio de sua eficácia (BOURDIEU, 1996: 87). Segundo ele, a ação do porta-voz autorizado se dá sobre os outros agentes no momento em que sua fala reúne o capital simbólico acumulado pelo grupo que o posiciona como tal (BOURDIEU, 1996: 89). A partir disso, é possível inferir que alguns grupos, como o dos críticos, estão em melhor condição do que outros para realizar juízos de valor.

Podemos afirmar, ainda, que há uma grande ligação entre habitus e campo – caracterizado como um espaço onde se trava esta luta concorrencial entre os atores sociais em torno de interesses específicos que configuram a área em questão – ou o que poderíamos chamar de ação subjetiva e objetividade social: todo ator social age no interior de um campo que é socialmente pré-determinado.

As chamadas condições litúrgicas, ou seja, o conjunto de prescrições que regem a forma da manifestação pública de autoridade, (...) constituem apenas o elemento mais visível de um sistema de condições, as mais importantes e insubstituíveis as quais são as que produzem a disposição ao reconhecimento como crença e desconhecimento, vale dizer, a delegação de autoridade que confere sua autoridade ao discurso autorizado (BOURDIEU, 1996: 91).

27

Pensando a crítica a partir desta lógica, no momento em que o novo trabalho de determinado artista atinge um grau de consagração, este passa a ser reconhecido e valorizado como legítimo não somente pelos agentes que ocupam posição de destaque no campo para atribuir valor, ou seja, não apenas por aqueles que detêm o poder de nomeação, como também pelos ouvintes e consumidores que reconhecem e tendem a realizar suas práticas de consumo levando em consideração estas vozes autorizadas. Por isso, tomamos o campo da crítica como uma estrutura de poder que, dotada de um poder simbólico, utiliza determinadas estratégias valorativas de sedução e persuasão para produzir sentido e para ter seu discurso performativo sobre a música legitimado como “fala autorizada”. A crítica seria uma instância que deseja exercer sua autoridade cultural sobre os artistas e o grande público, delimitando aquilo que deve ou não ser consagrado, conservado e transmitido.

Tendo em vista a produção de sentido em torno do gênero musical, destacamos que a valorização dos artistas da MPB e de suas obras terminou fazendo com a categoria se revestisse de uma conotação quase mitológica, tamanha é, ainda, a sua força no campo das representações. Daí a relevância de se analisar o papel da crítica neste movimento de construção e consolidação de determinados mitos – aqui entendidos como fenômenos observáveis que expressam realidades inobserváveis, como forças culturais e formas narrativas percebidas no contexto cultural onde “vivem” – da música popular<sup>4</sup>.

### 3) Um estudo de caso: a leitura de ‘O Globo’ sobre o CD “Que belo estranho dia pra se ter alegria”, de Roberta Sá

Antes de discorrermos sobre as táticas discursivas de legitimação e valorização inscritas no texto do crítico musical Antonio Carlos Miguel, no Segundo Caderno do jornal “O Globo” de 13 de agosto de 2007, faz-se necessária uma breve contextualização acerca das estratégias de inserção e do surgimento da cantora no campo musical brasileiro. Logo que lançado, o CD “Que belo estranho dia pra se ter alegria”<sup>5</sup>, de Roberta Sá, fora apontado por veículos de grande circulação no país como um dos melhores discos de MPB do ano<sup>6</sup>. Apesar de sua carreira ter se iniciado na primeira edição do reality show “Fama”, da TV Globo, a cantora alcançou destaque entre críticos e consumidores não pelo aparato midiático oferecido pelo programa em consonância com o apoio de grandes gravadoras, mas por sua inclusão em espaços de circulação restrito – como em casas de shows na Lapa, no Rio de Janeiro – com tiragens de CD, imagino, limitadas. Isto sugere uma tentativa de construir uma imagem vinculada ao ideal de autonomia, em diálogo com a MPB e com o que conceituam como “samba tradicional”. Esta vivência no ambiente boêmio do bairro, aliada ao contato com artistas e fãs que parecem buscar a preservação desta suposta aura artística “purista” e ‘alternativa’ desconectada da grande mídia, teria sido mais relevante nos rumos de sua trajetória e em seu processo de legitimação em nosso campo musical.

Agora podemos abordar o conteúdo do texto escrito por Antonio Carlos Miguel, principal crítico de música brasileira do jornal. Logo em seu início, lê-se: “Revelação da MPB, Roberta Sá lança segundo CD”. Endereçado ao público das classes média e alta, leitor d’O Globo e do Segundo Caderno – o que evidencia os contratos de leitura existentes entre o veículo e os leitores – o título da matéria é ainda mais sugestivo: “Grande cantora que foge do rótulo de diva”. O subtítulo demarca a filiação artística da cantora, o lugar de fala que ela opta por ocupar e, ao mesmo tempo, o espaço prestigioso que o caderno cultural concede a Roberta: “Lançando seu segundo CD, Roberta Sá diz que deve à cena da Lapa o seu estilo e até a opção pela música”. Recorrendo a considerações relacionadas aos aspectos formais da musicalidade e do canto de Roberta, “uma jovem cantora de belo timbre, emissão perfeita, divisões inteligentes e repertório que vai deliciosamente além do óbvio”, o crítico afirma que seu segundo disco simboliza a ratificação “dessa cantora e de sua opção por sambas brejeiros, canções populares brasileiras e atemporais”.

Em outro momento, o crítico dá destaque ao fato de que, questionada sobre a influência de Clara Nunes em sua obra, tendo em vista que, segundo ele, Marisa Monte, Mariana Aydar e Vanessa da Mata admitem a importância da cantora mineira em suas carreiras, Roberta rejeitou tal associação afirmando que, apesar de apreciar, se identifica muito mais com “Linda Batista, Carmen Miranda e Elza Soares”. Neste ponto Roberta Sá parece reivindicar um lugar de fala e

autonomia tanto para estas intérpretes quanto para si própria, uma vez que busca se distinguir das demais cantoras contemporâneas no que se refere às influências musicais. É como se a cantora evocasse uma “tradição” e a voz de outros artistas legitimados dentro do campo musical, utilizando a estratégia da vinculação a nomes do passado já consagrados e avaliados como parte de um mesmo cânone: o das cantoras de rádio da década de 30 e não das divas da MPB. Trata-se de uma estratégia de apadrinhamento usual que visa à formação de genealogias e se configura a partir da doação de capital simbólico para que se obtenha status no campo cultural. Ou, como coloca Bourdieu, a auto-referência é um recurso essencial utilizado por gêneros artísticos a fim de aumentar seu prestígio social e legitimidade estética (BOURDIEU, 2004: 141).

Classificando a cantora e requerendo para ela um lugar de fala privilegiado no espectro da MPB, Antonio Carlos Miguel enfatiza que “até Dorival Caymmi foi seduzido” pela maneira como Roberta interpretou sua canção “A vizinha do lado”. No mesmo texto, a cantora reforça sua ‘filiação’ artística e lista nomes de músicos que, segundo ela, deveriam ser canonizados no campo da música brasileira popular: “Sou cantora por um acaso. E se sou cantora, ou sou essa cantora, é pelo fato de existir a Lapa, e os músicos e os compositores da Lapa. Não sei por quê insistem nessa coisa das novas cantoras e não falam dos novos músicos e compositores, gente da mesma geração como Yamandú Costa, Hamilton de Hollanda, Marcelo Gonçalves, Zé Paulo Becker?”. Entre outros, Roberta Sá faz alusão, ainda, a Rodrigo Campelo para dizer que o produtor “era fã de Hendrix, até pirar com um show de Clementina de Jesus”.

Ao longo da matéria, é perceptível que a cantora constantemente recorre ao manancial do samba. Além de compositores novos como Edu Krieger, Rodrigo Maranhão, Pedro Luís e Moreno Veloso, filho de Caetano, Roberta Sá gravou sambas pouco conhecidos de Sidney Miller, Carvalhinho, Dona Ivone Lara e Délcio Carvalho. Entre algumas motivações, podemos ressaltar que o ritmo, como gênero que fundou uma “tradição” no interior da música brasileira, compõe uma das bases do que se convencionou chamar de MPB. Não é à toa que cantoras já consagradas como Marisa Monte (associada ao universo da MPB) e as novatas Dorina, Mariana Aydar, Teresa Cristina e Nilze Carvalho (as duas últimas também surgidas na cena da Lapa), entre outras, elejam o samba como sua expressão artística por excelência<sup>7</sup>. Não se pode deixar de mencionar, ainda, que recentemente Maria Rita, filha de Elis Regina e também rotulada como cantora de MPB, lançou um CD inteiramente dedicado ao gênero, com composições de Arlindo Cruz, visto como um dos mais respeitados sambistas da atualidade tanto pelos “tradicionais” e “puristas” do gênero, quanto por heterodoxos como Marcelo D2.

Imaginamos que o mesmo fenômeno ocorre com Roberta Sá, pois a cantora é admirada entre os jovens de classe média da zona sul carioca – que

freqüentam seus shows – como uma intérprete de “bom gosto” e fiel às “autênticas raízes” da música brasileira. Desta forma, uma maneira de ser classificado e enquadrado no âmbito da MPB talvez seja, além do apadrinhamento por vozes já autorizadas e canonizadas no meio musical, através da legitimação via crítica musical e, ainda, pela recorrência a canções e repertórios já consagrados e ajustados à tradição que forjou a MPB desde os anos 1960.

### Considerações finais

Pretendemos demonstrar, neste ensaio, que as práticas de consumo musical ocorrem a partir de determinados parâmetros que envolvem múltiplos agentes no jogo valorativo e classificatório. A crítica publicada no jornal “O Globo” sintetizou nossa abordagem, pois através de sua análise pudemos comprovar que, mesmo desempenhando um papel diferenciado atualmente, voltando-se mais para o estímulo às práticas de consumo cultural, a elaboração de seu discurso revestido de autoridade é bastante aos processos de canonização e consolidação de alguns artistas no espectro da MPB. Suas estratégias discursivas e juízos de valor reforçam, ainda, alguns mitos e tradições no interior da música popular.

## 30

### Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 2005.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CANCLINI, Nestor García. *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro, Ed.UFRJ, 2005.

FRITH, Simon. *Performing rites – On the value of popular music*. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, Cambridge, 1998.

JANOTTI JR, Jeder. “*Mídia, música popular massiva e gêneros musicais: a produção de sentido no formato canção a partir de suas condições de produção e reconhecimento*”. Trabalho apresentado na XV Encontro da Compós, na Unesp, Bauru, SP. Junho/2006.

NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu: sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994.

SANDRONI, Carlos. “Adeus à MPB”. In: CAVALCANTE, Berenice; EISENBERG, José; STARLING, Heloisa. (org.). *Decantando a República*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. Vol. 1.

TATIT, Luiz. *O século da canção*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

TROTTA, Felipe. *Música e mercado: a força das classificações*. Salvador: Contemporânea, vol. 3, n. 2, p. 181-196, julho/dezembro 2005.

### Notas

2 Almost famous, EUA, 2001. Direção de Cameron Crowe. Com Phillip Seymour Hoffman, Billy Crudup, Frances McDormand, Kate Hudson e Jason Lee, entre outros. DreamWorks/Columbia Pictures.

3 In WACQUANT, Loic. Esclarecer o habitus. Disponível em: [http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant\\_pdf/ESCLARECEROHABITUS.pdf](http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant_pdf/ESCLARECEROHABITUS.pdf).

4 É necessário ressaltar que algumas sonoridades alcançam sucesso e visibilidade entre o grande público mesmo sem o aval da crítica. Como exemplos, podemos citar o que se convencionou chamar de “música cafona” dos anos 60 e 70 e o funk carioca contemporâneo. Entretanto, principalmente em se tratando do rótulo MPB aqui abordado, a importância do papel desempenhado pela crítica musical nos 60 não pode ser esquecida. Isto porque o que investigamos são os processos de canonização e cristalização de uma memória oficializada sobre música popular no país a partir de determinados critérios valorativos. Sabe-se que a MPB e seus artistas ocupam um lugar de prestígio em nossa hierarquia sócio-cultural e na historiografia de música popular que as musicalidades acima citadas não possuem, independentemente do sucesso por elas atingido. A crítica dos anos 60 constitui o tema de minha pesquisa de mestrado em Comunicação na Universidade Federal Fluminense. Neste trabalho, realizo uma análise da coluna “Música Popular” escrita por Torquato Neto entre março e outubro de 1967, no *Jornal dos Sports*. Analiso, ainda, as lutas travadas entre o crítico e as demais ‘vozes autorizadas’ do período.

5 Pelo selo ‘MPB’, da gravadora Universal.

6 Além da crítica do jornal “O Globo” aqui analisada, outros veículos posicionam a cantora como um das mais importantes e criativas da atualidade. Citamos, ainda, o texto do “Estado de São Paulo” intitulado “Roberta Sá decola feliz no segundo álbum”, disponível em: [http://www.estadao.com.br/arteelazer/not\\_art31501,0.htm](http://www.estadao.com.br/arteelazer/not_art31501,0.htm). Não será possível discorrer, neste artigo, sobre a repercussão causada pelo lançamento deste CD em algumas comunidades de gosto. Parte desta polêmica pode ser encontrada na página “Agenda do samba e choro – o boteco virtual do samba e do choro”, disponível em: <http://www.samba-choro.com.br/s-c/tribuna/samba-choro.0708/index.html>. Localizado em uma seção voltada para discussões entre os consumidores e apreciadores de samba, o debate sobre a cantora girou em torno de questões como a ‘autenticidade’ e a ‘autoridade’.

7 Citamos uma matéria publicada na revista *Veja* pelo crítico Sérgio Martins e intitulada “O samba voltou. Nada de novo no samba”, em que o jornalista destaca, entre outros temas, a influência do gênero sobre os jovens de classe média e as gravadoras, criticando o que chama de “tradicionalismo” que, segundo ele, impede que o samba produza algo de novo. Disponível em: [http://veja.abril.com.br/220807/p\\_122.shtml](http://veja.abril.com.br/220807/p_122.shtml).

# O Lúdico no Ativismo Global

**Letícia Perani**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCom/UERJ). Bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

## Resumo

O uso de elementos lúdicos em protestos de cunho político é uma característica marcante dos movimentos sociais contemporâneos. Neste contexto, o presente artigo pretende ser um estudo sobre os possíveis contatos entre a epistemologia dos jogos e as manifestações políticas, procurando responder as questões: o que é o lúdico, e como ele pode ser empregado para o ativismo? Para tanto, exploramos os conceitos que definem o lúdico, fazendo ligações com as bases teóricas destes movimentos sociais que o utilizam, além de uma tentativa de exposição da sua utilização em diferentes ações em todo o mundo.

**Palavras-chave:** Lúdico, Ativismo político, Movimentos sociais.

## *Abstract*

*The use of ludic elements in political protests is an outstanding characteristic of the contemporary social movements. In this context, the present article intends to be a study about the possible contacts between game studies and the political manifestations, trying to answer the questions: what is the ludic, and how it can be used for activism? So, one explored the concepts that defines the ludic, making connections with the theoretical bases of social movements that employs it, besides an attempt of demonstration of its use in different actions all over the world.*

**Keywords:** *Ludic, Political activism, Social movements.*

Desde a metade da década de 1990, as ruas de todo o mundo foram o palco de manifestações políticas de diversos grupos, com diferentes interesses, que de uma forma aparentemente súbita se uniram por temas comuns, mais marcadamente para lutar contra as reformas econômicas neoliberais e a ampliação dos processos de abertura global dos mercados. Precarização das condições de trabalho, apoio aos países em desenvolvimento, ambientalismo, feminismo e as ações pelos direitos homoafetivos entram em pauta conjuntamente, como demonstra Pablo Ortellado, ao falar dos protestos contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorridos na cidade de Seattle, em 1999:

O agressivo processo de liberalização econômico, iniciado nos anos Thatcher-Reagan, já tinha mostrado seus piores resultados com as crises asiática, russa e brasileira. Além disso, havia a ameaça eminente de privatização generalizada de serviços sociais e da completa desregulamentação das legislações ambiental, trabalhista e sanitária. Tudo isso oferecia como que o pretexto para que cada uma das lutas locais se unisse concretamente perante o inimigo comum. (RYOKI e ORTELLADO, 2004)

Entretanto, a maior diferença destes “novos” movimentos sociais não está apenas relacionada com as pautas de reivindicação, ou mesmo com a configuração da organização destes grupos, que se utilizam das possibilidades oferecidas pelos meios de comunicação em rede para o agrupamento de pessoas interessadas, bem como para a divulgação e até mesmo a realização de ações ativistas na Internet, como foi o caso da *Euromayday Netparade*, uma parada virtual que discutiu a precarização do trabalho na Europa (PIMENTA e SOARES, 2004), ou o jogo eletrônico *McDonald's Videogame*, uma paródia à multinacional do ramo alimentício (WENZEL e LORENA FILHO, 2006). As manifestações do chamado “povo de Seattle” começaram a despertar a atenção de milhões de pessoas em todo o mundo, muito por conta dos métodos e atividades utilizadas por estes ativistas: utilização massiva de música e outros elementos artísticos; realização de grandes teatros de rua; usos midiáticos diversos, como o *culture jamming*<sup>1</sup> e a mídia tática<sup>2</sup> - ações prontamente denominadas como *lúdicas*.

No Brasil, a pesquisa sobre o ativismo lúdico, utilizando de diversos conceitos e metodologias, concentra-se, ainda, em poucos autores. A maior parte deste tipo de bibliografia produzida invoca essa terminologia ao tratar de projetos de Mídia Tática, como é o caso de “Que venha a mídia tática”, de Ricardo Rosas e Tatiana Wells (2003), manifesto produzido para o festival Mídia Tática Brasil, que procura explicar o que seria este uso dos meios de comunicação e demonstrar as possibilidades contidas em sua prática, já que, para os autores, “Desafiante, brincalhona, iconoclasta e consciente, a mídia tática não tem papas na língua para por em questão os padrões do bom gosto, da apatia social, da prática artística ou da assepsia ideológica das novas mídias [grifo nosso]” (ROSAS e WELLS, 2003). Já Érico Gonçalves de Assis, em “Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo” (2006), dissertação apresentada para o

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), cunha o termo “manifestações lúdico-midiáticas” para explicar as táticas utilizadas pelos “novos” movimentos sociais em suas atividades, mas não se detém em um aprofundamento do estudo do lúdico, preferindo descrever e explicar as manifestações de diversos grupos, desde a revolta dos Zapatistas mexicanos<sup>3</sup> até o *culture jamming* dos canadenses do *Adbusters*<sup>4</sup>.

Os autores brasileiros que mais se aproximaram em promover estudos teóricos sobre o lúdico no ativismo político talvez sejam os participantes dos projetos de pesquisa “Possibilidades da Hipermissão no Ativismo Global”<sup>5</sup> e “Ciberativismo na Iberoamérica: do despertar em Chiapas aos movimentos urbanos em Barcelona e Madrid”<sup>6</sup>, coordenados por Francisco J. Paoliello Pimenta, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Tendo como objeto de pesquisa manifestações e táticas midiáticas presentes na Internet, estes projetos tratam a presença de uma “ludicidade” com fins políticos com maior proximidade, tratando de temas como a não-transposição do ambiente festivo das manifestações de rua para a web, fazendo uma crítica a esta falta de utilização das possibilidades multicódigos da rede (WENZEL, 2005), a utilização dos jogos eletrônicos para a conscientização e posterior mobilização de internautas (PIMENTA, REIS e WENZEL, 2005; WENZEL e LORENA FILHO, 2006), ou a elaboração de vínculos entre a Semiótica Pragmática de Charles S. Peirce e a (des)construção de hábitos proporcionada pelos jogos (PIMENTA, 2005; PIMENTA e VARGES, 2006; PIMENTA e LORENA FILHO, 2007), quase sempre fazendo uma maior ou menor ligação com as teorias do lúdico.

Em nossos trabalhos anteriores (PIMENTA e SOARES, 2006; SOARES, 2006), nos dedicamos em tentar esboçar possíveis contatos entre a epistemologia dos jogos e manifestações políticas, através da exploração de autores de diferentes áreas do conhecimento, como a Pedagogia, Psicologia e a Comunicação Social; procuraremos responder questões que não encontramos, de acordo com as nossas explorações sobre o tema no Brasil, uma abordagem específica: o que é o lúdico, e como ele pode ser empregado para o ativismo? Com esta metodologia, que também seguiremos neste trabalho, acreditamos poder encontrar razões presumidas da utilização das atividades lúdicas nos ditos “novos” movimentos sociais, bem como do interesse acadêmico sobre este tópico de estudo.

### 1. Atividades lúdicas: definições e breve histórico

Para começarmos a nossa argumentação, gostaríamos de fazer uma breve explicação sobre o jogo, suas características e importância cultural, o que não é uma tarefa fácil, já que nenhum campo do conhecimento humano conseguiu, até então, construir uma definição categórica sobre o ato de jogar e suas manifestações sócio-culturais, o que pode

tornar este tipo de análise superficial e incompleto (SOARES, 2006).

Johan Huizinga, autor do clássico *Homo Ludens*, um estudo sobre a importância do lúdico na cultura, nos fornece uma definição generalizada, que, embora não aborde toda a complexidade do tema, oferece-nos um bom ponto de partida:

O jogo é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da “vida quotidiana”. (HUIZINGA, 2004: 33)

O psicopedagogo francês Jean Chateau, que trabalha com a importância dos jogos para a educação, aprofunda as idéias de Huizinga que as atividades lúdicas podem criar uma esfera a parte da vida real, ao afirmar:

Tudo se passa como o jogo operasse um corte no mundo, destacando no ambiente o objeto lúdico para apagar todo o resto (...) O jogo constitui, assim, um mundo a parte que não tem mais lugar no mundo dos adultos; é um outro universo. (CHATEAU, 1987: 21)

35

Para Chateau, ao penetrar no sistema do jogo, constituído por regras temporárias de utilização deste universo incomum, o indivíduo deve abandonar seus pré-conceitos, todas as suas experiências prévias que são utilizadas por ele em sua vivência no real; o ambiente lúdico se torna, portanto,

(...) uma realidade autônoma que gera um ‘esquecimento’ consentido das regras e crenças do indivíduo, e uma conseqüente assimilação de um conjunto de hábitos próprios ao seu momento de execução. (...) Assim, estar no jogo é deixar-se cercar por aquele mundo de possibilidades virtuais (SOARES, 2006: 52)

Marshall McLuhan também destaca esta característica dos jogos, de construção de um universo próprio ao seu momento de execução, com regras e características próprias, que precisam ser devidamente adquiridas para a penetração neste ambiente. Segundo McLuhan, os jogos, assim como as artes, nos permitiriam permanecer à margem das pressões e das rotinas cotidianas para a sua observação e interrogação. Assim, o pesquisador canadense considera que tanto as atividades artísticas quanto as lúdicas possuem o potencial de serem tradutores de experiências, pois “o que já sentimos ou vimos em uma certa situação nos é oferecido, como que de repente, numa nova espécie de material. Da mesma maneira, os jogos deslocam a experiência conhecida para novas formas, iluminando o lado turvo e desolado das coisas” (MCLUHAN, 2003: 272).

Desta forma, consideramos que o lúdico possui como uma de suas principais características esta capacidade de reajuste de hábitos, ao nos fornecer a

possibilidade para a elaboração de resignificações de elementos presentes em nosso dia-a-dia, já que o jogo estaria sempre ligado aos formatos culturais de um determinado povo (MCLUHAN, 2003), ou até mesmo a criação de maneiras originais para a fruição destas experiências - atributo que consideramos essencial para o entendimento da função das atividades lúdicas para qualquer manifestação sócio-cultural. Jean Chateau deixa bem explícita essa particularidade:

Esse quadro amplo do universo no qual nossas percepções estão estabelecidas e orientadas, e por isso tomam um significado, esse pano de fundo desaparece. (...) O jogador secciona o universo: e é porque o secciona que pode dar um novo sentido aos objetos: o que é vara no mundo inteiro pode ser espada no domínio do jogo (CHATEAU, 1987: 25)

Ampliando essa percepção sobre a construção/desconstrução de hábitos através das atividades lúdicas, podemos citar uma outra característica importante sobre os jogos, apresentada por Gilles Brougère, em seu livro *Jogo e Educação*. Para Brougère, o lúdico é também ambiente de explorações e descobertas, que permitem buscar informações sobre o meio, contribuindo para inúmeras aprendizagens. Porém, o pedagogo francês faz questão de ressaltar as diferenças entre o comportamento exploratório e o lúdico: “(...) na exploração fazemos a pergunta ‘o que este objeto pode fazer?’ e, no jogo, ‘o que eu posso fazer com este objeto?’” (BROUGÈRE, 1998: 190), demonstrando que os jogos podem servir como forma de compreensão e domínio de uma dada conjuntura, habilidades que posteriormente são aproveitadas para a produção de situações distintas, diferentes da inicial (BROUGÈRE, 1998).

Os elementos lúdicos possuem outras características marcantes, como a ordem, a tensão, o movimento, a mudança, a solenidade, o ritmo e o entusiasmo; para Huizinga, o jogo pode ser ou uma luta por alguma coisa, ou a representação de algo, funções que acabam por se confundir, já que ele é capaz de ser a representação de uma luta, ou uma luta para a representação de algo (cf. PIMENTA e SOARES, 2006). Conforme já explicitamos, o ato de jogar se forma em “(...) uma evasão da vida ‘real’ para uma esfera temporária de atividade com orientação própria” (HUIZINGA, 2004: 11), abarcando uma variedade enorme de atividades de caráter cultural que podem entrar na esfera do jogo, como a ciência, a religião e as artes (CHATEAU, 1987). Observando este caráter cultural inerente ao jogo, Huizinga formula até mesmo especulações a respeito da estética das atividades lúdicas; apesar de não afirmar que a beleza esta presente no jogo de forma intrínseca, o historiador destaca que o lúdico assume características estéticas acentuadas:

Em suas formas mais complexas o jogo está saturado de ritmo e harmonia, que são os mais nobres dons de percepção estética que o homem dispõe. São muitos, e bem íntimos, os laços que unem o jogo e a beleza. (HUIZINGA, 2004: 9,10)

Ao realizarmos estas investigações teóricas nos trabalhos de Johan Huizinga, Jean Chateau, Marshall McLuhan e Gilles Brougère, podemos estabelecer as bases para entendermos o processo fundamental do lúdico: a construção de uma experiência estética, vivenciada de forma diferente do dia-a-dia, a partir de uma “separação” espaço-temporal que nos traz a necessidade de assimilação das regras de funcionamento desse verdadeiro universo paralelo constituído nos domínios do jogo. Esta vivência pró-ativa proporcionada pelo lúdico pode implicar na exploração, apropriação e/ou resignificação de hábitos, habilidades e informações, o que pode ser útil para a apreensão de novas idéias pelos indivíduos que participam destas atividades, não só como realizadores da ação, mas também como seus espectadores, abrindo enormes possibilidades para o ativismo político, como veremos posteriormente.

### 1.1. O lúdico nos períodos históricos – da Grécia Antiga ao Romantismo

Apesar dos autores com os quais trabalhamos anteriormente terem desenvolvido seus estudos no século XX, sabemos que o interesse acadêmico pelo lúdico não é algo recente; desde a Grécia Antiga já encontramos tentativas de explicações da importância dos jogos para a vida e o desenvolvimento humano. Um dos primeiros autores a abordar este tema foi Aristóteles, nos livros *Política e Ética para Nicômaco*, como parte dos seus trabalhos sobre a natureza, os princípios morais e a finalidade dos seres. Para o filósofo grego, todos os seres humanos almejam a busca pela felicidade, obtida a partir da construção da virtude, que só poderia ser alcançada através do trabalho e do esforço (ARISTÓTELES, 2006). Assim, o jogo se apresenta como um contraponto necessário às obrigações do trabalho:

Quem trabalha necessita de descanso: o jogo não foi imaginado senão para isto. O trabalho é acompanhado de fadiga e de esforços. É preciso entreteá-lo convenientemente de recreações como um remédio. (ARISTÓTELES, s/d)

Com isso, Aristóteles inaugura uma visão recorrente sobre o lúdico nas ciências humanas e sociais, afirmando a “não-seriedade” do jogo, que apenas deve servir como um meio para a busca da felicidade através dos afazeres sérios. Apesar da utilização dos jogos para práticas religiosas, de ligação com o sobrenatural - costume grego que perdurou na Europa até a Idade Média - a concepção aristotélica do lúdico, compartilhada por filósofos como São Tomás de Aquino, é dicotômica e negativa, transformando o jogo em oposição ao trabalho, às atividades socialmente produtivas (BROUGÈRE, 1998).

Apesar da visão de Aristóteles sobre a não-seriedade do jogo, elementos lúdicos puderam ser encontrados de forma recorrente nas manifestações culturais do Ocidente, desde o *panis et circenses* romano até os exageros e a exuberância dos estilos Barroco e Rococó (HUIZINGA, 2004). Johan Huizinga considera

natural essa presença do lúdico, e afirma que o jogo é parte constituinte da cultura, desde o início da sua evolução, e até mais antigo, já que os animais também executam o ato de jogar. Para o historiador holandês, “É-nos possível afirmar com segurança que a civilização humana não acrescentou característica essencial nenhuma à idéia geral de jogo” (HUIZINGA, 2004: 3).

O Romantismo, que surge na Europa a partir da metade do século XVIII, se mostra particularmente como um período interessante para a observação da abrangência do lúdico na cultura ocidental. Em uma época de valorização do sentimentalismo e da criatividade, e de oposição ao projeto de racionalização do Iluminismo, o jogo aparece de forma muito evidente nas atividades culturais românticas, em especial nas artes e na educação, onde o lúdico é valorizado como metodologia de ensino infantil, pelas elaborações de analogias entre a criança e o poeta<sup>7</sup>. A partir daí, a idéia de não-seriedade do jogo vai se esvaindo, abrindo espaço para outras análises sobre o tema no século XX, conforme apresentamos anteriormente. Como exemplo disso, partindo de sua exploração epistemológica sobre as atividades lúdicas, Johan Huizinga vai explicar o romantismo como:

(...) uma tendência para remeter toda a vida emocional e estética para um passado idealizado onde tudo aparece como que através de uma névoa, carregado de mistério e terror. Ora, o próprio recortar desse espaço ideal para o pensamento consistiu por si só um processo lúdico. (HUIZINGA, 2004: 210)

## 2. O lúdico, a arte e o ativismo político contemporâneo: uma busca por aproximações

É muito interessante entender como se deu essa ligação entre o jogo e o período histórico romântico, assim como explicitamos acima, para os nossos esforços de encontrar as raízes da utilização do lúdico nos movimentos sociais contemporâneos. Sabemos que as ações e ideologias do chamado “povo de Seattle” são diretamente inspiradas nos movimentos contraculturais dos anos 1960 (PIMENTA, REIS e WENZEL, 2005; WENZEL, 2005; ASSIS, 2006), que, para Colin Campbell, podem ser considerados como a última manifestação do Romantismo na cultura contemporânea, pois exprimiam uma busca por práticas hedonistas, uma preocupação com os prazeres, que seriam idealizados como uma qualidade potencial de qualquer experiência (CAMPBELL, 2001). Esta era romântica, marcada por uma reação contra o Iluminismo através da política e da estética, realizou uma verdadeira “(...) rebelião estética, contra a arte real e o classicista principio de autoridade, revalorizando o sentimento e a experiência do espontâneo como espaço de emergência da subjetividade” (MARTÍN-BARBERO, 2003: 38), o que consideramos ser uma ligação direta com a construção de uma experiência estética de assimilação de novos hábitos e informações, que o espírito lúdico realiza, e que foi buscado tanto pelas atividades contraculturais da

segunda metade do século XX quanto pelas atividades ativistas recentes.

O anarquismo, ideologia moldada no período romântico<sup>8</sup>, é uma outra influência clara para os movimentos contemporâneos, sejam eles artísticos ou ativistas, mas não somente através da organização de grupos que seguem modelos de constituição não-hierárquicos, ou da recusa a dogmas e modos de pensamento estritos, mas também através da estética. Segundo Jesús Martín-Barbero, a criação artística anarquista luta contra a separação da arte com a vida, pois a experiência é a verdadeira arte; pensamento este que tem laços estreitos com o conceito político de ação direta (MARTÍN-BARBERO, 2003).

Romântica, essa estética proclama uma arte antiautoritária, baseada na espontaneidade e na imaginação. Mas anti-romântica, essa mesma estética não crê numa arte que se limite a expressar a subjetividade individual: o que faz autêntica uma arte é sua capacidade de expressar a voz coletiva (MARTÍN-BARBERO, 2003: 47)

E essa vivência de uma estética inspirada no Anarquismo, desenvolvida através do paradoxo entre a expressão do sentimento individual e a demonstração da vontade de um coletivo<sup>9</sup>, é claramente percebida nos movimentos artístico-ativistas dos anos 1950/1960, como o Fluxus, os Provos de Amsterdã e a Internacional Situacionista (IS)<sup>10</sup>, surgidos a partir da tradição das vanguardas européias do começo do século XX. Baseando-se nos conceitos vanguardistas de questionamento da separação modernista das esferas que constituem a existência humana, em especial entre arte e vida (HOME, 2005), os movimentos artístico-ativistas colocaram em questão a importância da experiência estética no ativismo político.

Os *happenings* talvez sejam os melhores exemplos para a demonstração destas aproximações, pois, como nos mostra Matteo Guarnaccia, essa modalidade artística surgiu através da criação de ambientes com atividades para “entreter” os espectadores, e também a partir da reação destes (cf. LORENA FILHO, 2007). Os *happenings* foram importantes para o desenvolvimento de um conhecido conceito de ação ativista: as Zonas Autônomas Temporárias (*Temporary Autonomous Zone – TAZ*), elaborado por Hakim Bey, que defende a constituição de levantes com duração espaço-temporal efêmera, permitindo experimentos limitados, de ordem político e estético (BEY, s.d.). Estes eventos temporários conseguem ressaltar possíveis conexões entre o lúdico e o ativismo, já que tanto o *happening* quanto a TAZ trabalham com a construção de uma experiência de caráter estético, de participação e transformação de idéias e hábitos. Deste modo, “é através da comoção causada por esse fator [o entretenimento] que os espectadores – ou participantes, como parece mais adequado – se interessam pelo acontecimento e com ele se envolvem, se tornando parte dele” (LORENA FILHO, 2007: 2).

A partir deste desenvolvimento da idéia da experiência estética na política, podemos retomar os conceitos sobre o lúdico apresentados anteriormente, e explicitar sua ligação com as formas de ativismo contemporâneas. Sabemos que o jogo, assim como a arte, “(...) tem o poder de impor seus próprios pressupostos, reordenando a comunidade humana por meio de novas relações e atitudes” (MCLUHAN, 2003: 272), já que envolve a preparação de um espaço-tempo diferente do cotidiano (assim como os *happenings* e as TAZs), com determinados estatutos e possibilidades que apenas funcionam/existem dentro destes experimentos. Para estarmos na atividade lúdica, precisamos nos apropriar destas idéias concebidas para a sua realização, metodologia esta que se torna muito interessante para o ativismo, que nada mais é do que uma ação intencional que busca transformações sociais e/ou políticas (cf. ASSIS, 2006); utilizando-se das propriedades inerentes aos jogos, torna-se possível para os ativistas exporem seu ponto de vista em relação à causa defendida, visando sua adoção posterior por parte dos seus participantes, tanto realizadores quanto espectadores.

### 3. Exemplos de utilização do lúdico no ativismo global

40

A partir das elaborações epistemológicas realizadas acima, procuramos demonstrar as ligações existentes entre o ativismo político contemporâneo e seus elementos lúdicos, ao buscarmos suas definições e raízes históricas. Com isso, poderemos observar melhor estas características nas ações ativistas, mostrando similaridades entre atuações políticas que, em um primeiro momento, não teriam relações entre si. Para tanto, nos dedicaremos agora a uma descrição sucinta de algumas possibilidades de utilização de elementos lúdicos em diferentes manifestações ativistas, que envolvem práticas como o *culture jamming*, mídia tática e os protestos de rua.

A tensão entre a seriedade/não-seriedade que marcam o emprego de uma “ludicidade” nas atuações políticas, ainda reflexo das idéias aristotélicas sobre as funções do jogo, é vista com muita frequência nas práticas de *culture jamming*. Conforme explicamos de forma breve, anteriormente, o *culture jamming* envolve a subversão de elementos culturais da contemporaneidade para uma crítica ideológica contumaz. Influenciados pela lógica situacionista da “Sociedade do Espetáculo”, os grupos que se dedicam a este método buscam objetivos parecidos com a publicidade – influenciar nas ações de obtenção de produtos e idéias – mas criticando o mercado capitalista, ao tornar “estranhos” determinados símbolos culturais de consumo já familiares para causar questionamentos sobre o valor destes (MAZETTI, 2005). Neste sentido, podemos compreender as atividades do grupo canadense *Adbusters*, as mais conhecidas neste espectro do *culture jamming*; com suas paródias de propagandas de cigarros, bebidas e outros bens de consumo não-essenciais, o *Adbusters* procura fazer uma pesada crítica aos hábitos das sociedades desenvolvidas através de ironias. Outro exemplo

conhecido é o do site *Deportation Class*<sup>11</sup>, que parodiava a página oficial da companhia aérea Lufthansa para censurar a participação da empresa alemã na deportação de imigrantes ilegais em vôos comerciais. O humor, artifício lúdico por natureza, é utilizado nestes casos como um elemento de suspensão temporária da realidade, que possibilita o possível contato com novos conceitos e a transformação de crenças pré-estabelecidas.

Menos óbvia, a primeira vista, é a presença do lúdico nas ações de mídia táctica. O uso de ferramentas de comunicação para a divulgação de mensagens de cunho ativista, apesar de não ser uma novidade contemporânea, encontrou um catalisador nos meios digitais, devido à maior velocidade de distribuição da informação, as não-limitações de espaço físico e custos relativamente baixos. Normalmente, encontramos dois modos de manifestação da mídia táctica nestas atividades: a adoção de um modelo de propagação de informação padronizado, bem próximo aos padrões disseminados pelas empresas de comunicação, ou a experimentação de formas alternativas de difusão de informações ativistas. O Centro de Mídia Independente (CMI)<sup>12</sup>, site que surgiu para documentar as manifestações de Seattle, em 1999, e que possui atualmente cerca de 166 “afiliados” em todo o mundo, encaixa-se na primeira classificação: o CMI tem a proposta de ser um espaço para a publicação de notícias e arquivos audiovisuais que não encontrariam guarida na imprensa comercial, em um formato “sisudo”, sem tanta ligação com as formas festivas adotadas pelos movimentos sociais contemporâneos (WENZEL, 2005). Já o *Euromayday Netparade*, uma parada contra a precarização dos direitos trabalhistas na Europa, realizada na Internet em 2004 e 2005, foi um objeto de mídia táctica que se valeu da interatividade com o usuário (através da construção de avatares que marcham em uma rua virtual) para divulgar a necessidade de mobilização dos cidadãos europeus sobre esse tema (PIMENTA e SOARES, 2004). Com isso, percebemos que o lúdico torna-se mais evidente no *Euromayday Netparade*, que exige a participação do público para compartilhamento desta experiência, e nem tanto no CMI, um exemplo de mídia táctica que talvez possa divulgar informações construídas a partir de um comportamento festivo, mas não faz um uso direto desse modelo para as suas atividades.

Nos protestos de rua, o lúdico está presente de forma marcante, tanto por meio da adoção de uma postura festiva, inspirada nas *raves* e nos carnavais de rua europeus, quanto em um padrão teatralizado, que envolve até a encenação de papéis pré-estabelecidos e outros tipos de performances artísticas. Muitas dessas atividades são formadas por grupos temporários, uma convergência de diversos movimentos sociais para determinadas ações; nas manifestações de rua de São Paulo, em 2000 e 2001, punks, gays, ecologistas e estudantes realizaram *city tours* irônicos por pontos da cidade, distribuição de comida vegetariana, batucadas e até um enorme partida de futebol, fazendo a Avenida Paulista, coração dos serviços financeiros da América Latina, de campo de jogo

para os ativistas (RYOKI e ORTELLADO, 2004). Em outros casos, grupos são formados exclusivamente com a missão de organizar este tipo de protestos, como o *Reclaim the Streets*<sup>13</sup>, movimento ecologista surgido na Inglaterra no começo dos anos 1990, que faz convites para a ocupação das ruas através de raves e festas em geral. Já os ingleses do Clandestine Insurgent Rebel Clown Army, um exército de palhaços que promovem manifestações divertidas, valem-se de táticas circenses para atrair a atenção das pessoas, e inspirar novos movimentos (ASSIS, 2006).

Conforme vimos através destes exemplos, as ações ativistas contemporâneas se distinguem dos métodos políticos tradicionais ao inspirarem-se no processo anarquista da ação direta e na sua localização dentro de uma evidente lógica lúdica, e destacam-se por tentar promover modificações nos hábitos e pensamentos ideológicos dos indivíduos, através da concessão de uma experiência prazerosa, de uma vivência estética dentro de limites próprios de tempo e espaço. O ativismo lúdico demonstra ser, então, uma importante tática para os movimentos sociais na busca de seus objetivos: atentar para a necessidade de transformações sociais, políticas e culturais em todo o mundo, mas com uma participação alegre, festiva, e também construtiva, propositora de novos caminhos.

#### 4. Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. Política [online]. Brasil, s/d. [citado em 07/06/2006]. Disponível pela World Wide Web: <<http://www.ateus.net/ebooks/index.php>>

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Martin Claret, 2006.

ASSIS, Érico Gonçalves de. Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo. São Leopoldo: Unisinos, 1º sem. 2006. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação.

BEY, Hakim. TAZ: Zona Autônoma Temporária [online]. Brasil, s/d. [citado em 20/06/2007]. Disponível pela World Wide Web: <<http://www.sabotagem.cjb.net>>.

BROUGÈRE, Gilles. Jogo e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

CAMPBELL, Colin. A ética romântica e o espírito do consumismo moderno. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CHATEAU, Jean. O jogo e a criança. São Paulo: Summus, 1987.

GARCIA, David; LOVINIK, Geert. O ABC da Mídia Tática [online]. Brasil: Rizoma.net, s.d. [citado em 27/06/2007]. Disponível pela World Wide Web: <<http://www.rizoma.net/interna.php?id=131&secao=intervencao>>

HOME, Stewart. Assalto à cultura. São Paulo: Conrad, 2ª ed., 2005.

HUIZINGA, Johan. Homo ludens. São Paulo: Perspectiva, 5ª ed., 2004.

LORENA FILHO, Dimas Tadeu. World Jump Day, ativismo lúdico e pragmatismo. Anais do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Intercom Sudeste. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2ª ed., 2003.

MAZETTI, Henrique Moreira. Intervenção: o aspecto tático na guerrilha cultural. Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom/Eventos especiais III – Intercom Júnior. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, 13ª ed., 2003.

PIMENTA, Francisco José Paoliello; SOARES, Letícia Perani. Euromayday 2004: Ativismo político pela rede. In: Líbero, Ano VI, no. 12, pp. 30-5. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2004.

PIMENTA, Francisco José Paoliello; REIS, Vanessa Alkimin; WENZEL, Camila. Jogos Eletrônicos: uma plataforma para o ativismo global?. Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

PIMENTA, Francisco José Paoliello. Imersão como representação e Ciberativismo. Anais do III Encontro Regional de Comunicação. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

PIMENTA, Francisco José Paoliello; SOARES, Letícia Perani. Imersão digital e campanhas políticas: uma estratégia semiótica. Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom. Brasília: UnB, 2006.

PIMENTA, Francisco José Paoliello; VARGES, Júlia Pessoa. Second Life: vida e cidadania além da realidade virtual?. Anais do X Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação – Celacom. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

PIMENTA, Francisco José Paoliello; LORENA FILHO, Dimas Tadeu de. Summum Bonum na Rede: a conectividade é algo admirável?. Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom. Santos: Unisanta, 2007.

ROSAS, Ricardo; WELLS, Tatiana. Que venha a mídia tática. Brasil: Rizoma.net, 2003. [citado em 20/06/2007]. Disponível pela World Wide Web: <<http://www.rizoma.net/interna.php?id=174&secao=intervencao>>.

RYOKI, André; ORTELLADO, Pablo. Estamos vencendo!: resistência global no Brasil. São Paulo: Conrad, 2004.

SOARES, Letícia Perani. Organização política de movimentos sociais através da Internet: o caso dos jogos eletrônicos. Juiz de Fora: UFJF, 1º sem. 2006. Projeto Experimental do Curso de Comunicação Social.

WENZEL, Camila. Jogo, Festa e o Lúdico no Ativismo Global. Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom/Eventos especiais III – Intercom Júnior. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

WENZEL, Camila; LORENA FILHO, Dimas Tadeu de. Os jogos eletrônicos como plataforma para o ciberativismo: Estudo de caso do McDonald's Videogame. Araraquara, Brasil: Revista CASA – Cadernos de Semiótica Aplicada, 2006. [citado em 09/05/2007]. Disponível pela World Wide Web: <<http://www.fclar.unesp.br/grupos/casa/artigos/V4n2/CASA2006-v4n2-Art-Wenzel-Lorena.pdf>>

Notas:

- 1 Subversão de elementos culturais do capitalismo para a crítica, deboche e discussão (ASSIS, 2006).
- 2 Para David Garcia e Geert Lovinik (s.d), “Mídias Táticas são o que acontece quando mídias baratas tipo ‘faça você mesmo’, tornadas possíveis pela revolução na eletrônica de consumo e formas expandidas de distribuição (do cabo de acesso público à internet), são utilizadas por grupos e indivíduos que se sentem oprimidos ou excluídos da cultura geral”.
- 3 <http://www.ezln.org>
- 4 <http://www.adbusters.org>
- 5 Projeto desenvolvido entre 2003 e 2005.
- 6 Projeto desenvolvido a partir de 2006.
- 7 Gilles Brougère (1998) demonstra que as características da infância, como os aspectos instintivos e de inocência, eram evocados no Romantismo como modo de ligação do poeta com as instâncias poéticas, a totalidade e a verdade.
- 8 Mesmo existindo autores que anteriormente já construíam idéias anarquistas,

a ideologia libertária foi fundada em definitivo com o ensaio seminal de Pierre-Joseph Proudhon, *O que é a propriedade? (Qu'est-ce que la propriété?)*, de 1840.

9 Destacamos que, no Anarquismo, as questões paradoxais não permeiam apenas a construção de uma vivência estética, já que a justaposição de paradoxos é uma metodologia bastante utilizada pelos teóricos libertários, a partir das idéias de Pierre-Joseph Proudhon.

10 Através de Guy Debord, seu principal teórico, a IS introduziu no plano artístico-ativista o conceito de “Sociedade do Espetáculo”, fonte de inspiração para muitas das ações ativistas contemporâneas (LORENA FILHO, 2007).

11 <http://www.deportation-class.com>

12 <http://www.midiaindependente.org> (versão brasileira)

13 <http://www.reclaimthestreets.net>

# Do egoísmo à juventude eterna: olhares sobre os discursos de amor e desejo na revista Nova

**Pedro Calabrez Furtado**

Mestrando em Comunicação e Práticas de Consumo pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), professor assistente e monitor da disciplina de Filosofia na graduação e pesquisador para o Instituto Cultural da ESPM. pedro.calabrez@acad.espm.br .

## **Resumo**

O propósito do autor, neste trabalho, é identificar perspectivas acerca de amor e desejo – permeadas sempre pela presença do corpo como elemento central – presentes nos discursos da revista Nova. Para tal, situaremos a revista em sua realidade social, para então, à luz dos diferentes discursos sobre amor e desejo presentes na obra O Banquete, de Platão, propor um diálogo entre os discursos das personagens platônicas com elementos específicos dos discursos presentes na revista.

**Palavras-chave:** amor; desejo; corpo; mídia impressa.

## **Abstract**

*The author intends to identify perspectives regarding love and desire within the discourses contained in the Nova magazine. First, the magazine will be considered within its social reality. Then, an attempt will be made to set a dialogue between the love and desire discourses found in Plato's Symposium and the discourses contained in the magazine.*

**Keywords:** love; desire; body; press media.

O Banquete, de Platão, compreende seis discursos sobre Eros, deus do amor e desejo, cada um com uma visão diferente. Na filosofia grega, os deuses representam a divindade, mas também o objeto da divindade. Aqui, portanto, discute-se sobre amor e desejo como gêneros morais – em outras palavras, discute-se como se deve abordar uma reflexão do próprio agir em relação ao amor e ao desejo<sup>1</sup>. O intuito deste trabalho é trazer as visões propostas por Platão à abordagem discursiva oferecida pela Revista Nova, no que tange a questão de amor, desejo e corpo, tendo por objetivo último uma compreensão mais clara de como o discurso de Nova propõe condutas e reflexões sobre condutas – discursos, portanto, morais – acerca da questão de amar e desejar.

Para tal, apresentaremos a revista e, na seqüência, a situaremos em sua realidade social, para então trazer aos seus discursos as idéias de Platão, em tentativa de diálogo.

### 1. Nova: recepção e discurso

Versão brasileira da americana Cosmopolitan, revista feminina mais vendida no mundo, Nova possui cerca de 1,1 milhão de leitores, dos quais 84% são mulheres<sup>2</sup>. É a segunda revista feminina mais lida do país, atrás de Claudia, com 1,9 milhão de leitores. A realidade da publicação, portanto, é uma realidade mercadológica. Nova é um produto, antes de tudo – para que exista é preciso que seja vendida nas bancas. Vivemos em uma “sociedade de consumo” (Baudrillard), e isso nos faz ver com maior clareza o que Barros Filho<sup>3</sup> aponta como a grande descoberta do campo da comunicação, na segunda metade do século XX: o receptor não é passivo.

O processo de recepção é ativo; seletivo. A condição básica (mas não necessariamente suficiente) para que haja um processo comunicativo é o contato entre o indivíduo e a mensagem – o primeiro passo do processo de recepção: exposição seletiva.

A exposição seletiva é a tendência que tem o receptor de se expor a produtos midiáticos que estejam de acordo com as estruturas de classificação do mundo social (geradoras de convicções e comportamentos) interiorizadas durante sua trajetória social<sup>4</sup>.

Nova, assim, não simplesmente embute ideologias em seus leitores. Primeiramente, o consumidor de Nova deve, ativamente, buscar o produto nas bancas para que haja exposição. Esse primeiro contato não garante, entretanto, efeitos. A atenção, percepção e retenção da mensagem dependem de um diálogo entre o receptor e aquilo a que ele se expõe. Não é uma mão de via única.

Não trataremos, aqui, de um estudo de recepção. Desejamos apenas caracterizar aquilo que a revista oferece como produto de consumo e, princi-

palmente, como conteúdos que dialogam e convivem com as representações de mundo que o leitor adquiriu durante sua vida em sociedade. Esse diálogo, a fim de que a condição de existência da publicação – suas vendas, e por consequência a exposição primária – permaneça ilesa, deve, normalmente, evitar mensagens que fujam à trajetória e realidade social do leitor, evitando, assim, a dissonância cognitiva<sup>5</sup>, que tenderia a encerrar a exposição. Os discursos de amor e desejo presentes em Nova, portanto, não estão inseminados de ideologias produzidas visando uma espécie de lavagem cerebral do leitor. Eles estão inseridos em contextos e situações históricos e sociais que, por sua vez, dialogam com a memória – história e trajetória social – daquilo que é dito e de quem os lê: “(...) na perspectiva discursiva, a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história”<sup>6</sup>. O discurso é a palavra em curso; a mensagem enquanto dita pelo e significante para o homem.

Trataremos, portanto, brevemente, de situar a revista Nova – e a questão de amor e desejo – em sua realidade social (A), para então expormos o que – e como – dentro dessa realidade, a revista oferece ao leitor (B).

## 48

### A) Mídia e consumo na liquidez contemporânea

Uma das características atuais de nossa sociedade é a forte individualização a que todos nos submetemos. Jean Baudrillard apontou que, na sociedade de consumo, os indivíduos se abrigam da realidade em um mundo de signos, individual e solitário, onde a liberdade do privado é a forma pela qual se vive<sup>7</sup>. Os indivíduos vivem com pouco interesse no mundo real – política, cultura e história –, abrigados em signos. Para o sociólogo francês, tais signos – representações de um mundo ideal – chegam à sociedade através da mídia. Situam-se entre o indivíduo e o mundo real.

Mas haveria uma realidade objetiva a ser capturada? O que seria o mundo real? Para Hobbes, toda manifestação que ocorre na mente humana tem origem na sensação<sup>8</sup>. A fenomenologia da percepção nos diz algo semelhante: não se pode capturar o mundo em sua integralidade. O que percebemos, então, são fenômenos; recortes de mundo através de nossos sentidos<sup>9</sup>. A realidade, portanto, é fenomenológica. O mundo real é, na verdade, um mundo de infinitos fenômenos. Espelho fugaz da sensação.

Os signos da sociedade de consumo, através dos meios de comunicação, nessa perspectiva, se situam entre a percepção do indivíduo e o mundo. A mídia é a janela através da qual o recorte de mundo, fruto da sensação, é realizado. Ela significa o mundo. Dela partem os signos. Assim, deita bases para a condição social em que esse indivíduo define sua própria identidade. A sociedade, “lógica e cronologicamente anterior ao indivíduo” (Durkheim),

é de consumo. Para Habermas, a mídia é a condição fundamental para que sejam discutidos assuntos que interessem a toda a sociedade<sup>10</sup>. O indivíduo, portanto, é sujeito do consumo; de um mundo midiático. Esquece-se<sup>11</sup>; esconde-se a historicidade e a realidade social por trás do discurso midiático.

A mídia, dentro dessa perspectiva, promove uma liberdade que seu discurso faz parecer quase que “natural”, a que todos têm direito. Individualização que torna fluida a sociedade: instituições e indivíduos menos “sólidos”, ou seja, menos fincados em preceitos e micro-esferas institucionalizantes (empresa, a família e a escola etc.). O homem se movimenta mais. Hoje está aqui. Amanhã, quem sabe? Possivelmente não. A dissolução da solidez social gera dinâmica. Blocos sólidos não conseguem se mover com facilidade. O líquido, entretanto, adequa-se a diversas superfícies, e perpassa obstáculos dos mais difíceis. Divide-se. Multiplica-se. Nasce a modernidade líquida<sup>12</sup>. Modernidade onde as condições sob as quais agem seus membros mudam em um tempo menor do que o necessário para que suas formas de agir se consolidem em hábitos e rotinas.

49

Instâncias sociais em constante movimento, dissolvendo-se e novamente se unindo de maneiras distintas. A liberdade privada do indivíduo é levada às últimas conseqüências: está em suas mãos, você pode tudo, basta desejar e se esforçar. Na forma de metas – seja no emprego, na vida pessoal ou em qualquer outra instância – a sociedade coloca nas mãos do indivíduo o papel de gerenciar sua vida. Liberdade, sempre à luz do consumo. O consumo é o acesso: a liberdade da esfera individual tem saída e entrada bem claras. A sociedade líquido-moderna é capaz de satisfazer os meus desejos. Para tal, entretanto, é necessário que eu nunca esteja completo. Para sempre desejar – consumir – tenho de sempre ter novas metas. As metas, quando ultrapassadas, não trazem o regozijo de um objetivo finalmente alcançado. Em vez disso, trazem novas metas, substituindo as anteriores<sup>13</sup>.

Amor e desejo se encontram dentro dessa sociedade. Permeiam-na; perpassam-na. Os laços afetivos se realizam e desfazem com facilidade e fugacidade. O indivíduo, em sua solidão fluida, ama e deseja com fluidez. O próprio amor é líquido, frágil<sup>14</sup>. A revista Nova oferece um arranjo de conteúdos discursivos dentro dessa realidade.

## B) Revista Nova

Os conteúdos de Nova podem ser divididos em três grandes grupos: moda, saúde e comportamento. Moda abrange vestimentas, cortes de cabelo, maquiagem e uso de produtos cosméticos gerais, ou seja, moda ligada ao corpo. As seções de saúde tratam de cuidados com o corpo a fim de mantê-lo saudável – dentro do discurso de saúde que será abordado mais adiante – que

vão desde exercícios físicos e nutrição até orientações psicológicas. Tratando de comportamento, a revista foca majoritariamente na questão sexual e afetiva: relacionamentos interpessoais entre as leitoras e os homens, indicando quais comportamentos são dotados de maior sucesso e felicidade potenciais. A questão comportamental também aborda, em menor grau, orientações de comportamento profissional.

Como se observa, esses três grupos dialogam entre si: uma orientação de vestuário pode ser indicada a pessoas magras, havendo, em seguida, uma matéria que oferece uma série de exercícios físicos e dieta para emagrecer com saúde, tudo isso para ostentar uma aparência sexy e conquistar um homem. Observa-se, também, que o corpo é elemento sempre presente: por atuar como aquilo em que, sobre o quê e a quê se destinam a moda, a saúde e o comportamento de que fala a revista. Moda diz como vestir o corpo, saúde diz como cuidar do corpo e comportamento diz como usar o – ou amar, desejar um – corpo.

Os comportamentos propostos pela revista – os usos do corpo, portanto – fundados em maneiras de se vestir, maquiar e, enfim, decorar o corpo, e também em cuidados estéticos com o corpo em si – no que dividimos como o grupo que trata de saúde – propondo modelos de corpo saudáveis e belos como ideais-tipos, visam sempre o mesmo fim: o sucesso nos relacionamentos interpessoais. O sucesso, portanto, em uma espécie de jogo de amor e desejo. Sucesso, esse, que é caracterizado, a cada edição, por conquistas não necessariamente iguais. O critério de sucesso, portanto, é mutável e fluido. Amor e desejo são relativos, e o critério de relatividade é atualizável segundo uma lógica pouco previsível.

Em uma edição, há matéria que propõe um olhar para dentro, para si; uma paz com o que se é, com sua “aura” (ed. de Abril, 2007, p.136), enquanto em outra se diz que homens prestam grande atenção às gorduras das mulheres, propondo, portanto, nas entrelinhas e, logo depois, em matéria que trata de dietas e exercícios físicos, a eliminação das mesmas (ed. de Março, 2007, p.56). Nas mesmas edições a questão da amizade entre homens e mulheres é abordada de maneira distinta: na primeira supracitada, o excesso de amizade em detrimento da atração sexual pode pôr em risco o relacionamento (p.59); na segunda, aponta-se que a amizade é a grande responsável pelo grau de satisfação conjugal (p.62). É notável, assim, que as propostas são mutantes, e que o desejo, portanto, pode ser proposto sob diferentes condições a cada edição.

As dissonâncias, em um primeiro momento, parecem servir a um discurso tranquilizador, ou seja, que isenta a leitora de quaisquer percalços e transtornos em sua trajetória comportamental em relacionamentos. Discurso situado na condição social já apresentada: uma espécie de onipotência indivi-

dual fundada no desejo sempre atualizável – e nunca plenamente realizável – alicerçado pelo consumo. “Troque seus medos emocionais por 100% de felicidade” (capa da ed. de Outubro, 2007). Mas essa troca tem condições claras: “a nova pílula antibarriga”; “injeção que paralisa as rugas pela metade do preço”; “segredos das modelos dos comerciais de xampu”. É simples. “É ler e arrasar corações!” (capa da ed. de Março, 2007).

Mas se a dissonância costuma desagradar o receptor, como já dito, como tratar essa questão aqui? Como compreender a aceitação de conteúdos dissonantes entre si por parte das leitoras de Nova? Parece se tratar de uma preservação da própria potência de agir, ou seja, de uma preservação da felicidade, da energia que nos faz viver. Aquilo que Hobbes chama de *conatus*, ou seja, a energia que impulsiona o homem a vencer sempre, a agir, a viver. Para Espinosa: “A alma esforça-se, tanto quanto pode, por imaginar as coisas que aumentam ou facilitam a potência de agir no corpo”<sup>15</sup>. Vive-se para ser feliz, e os discursos dissonantes de Nova têm, como dito, o intuito de reduzir as angústias; esconder de suas leitoras possíveis perspectivas problemáticas, entristecedoras. A dissonância tem por intuito a harmonia da felicidade; a preservação da potência de agir.

51

Mas, estando tais discursos frente às leitoras mensalmente, pode-se indagar como elas não percebem tal dissonância através de um olhar racional simples. Por que permanecem leitoras da revista frente a tal obviedade? Nietzsche nos diz:

O intelecto, como um meio para a conservação do indivíduo, desdobra suas forças mestras no disfarce (...). No homem essa arte do disfarce chega a seu ápice; aqui o engano, o lisonjear, mentir e ludibriar, o falar-por-trás-das-costas, o representar, o viver em glória de empréstimo, o mascarar-se, a convenção dissimulante, o jogo teatral diante de outros e diante de si mesmo, em suma, o constante bater de asas em torno dessa única chama que é a vaidade, é a tal ponto a regra e a lei que quase nada é mais inconcebível do que como pôde aparecer entre os homens um honesto e puro impulso à verdade<sup>16</sup>.

A mentira para si próprio se faz presente – e necessária – para a preservação do *conatus*. A dureza de um olhar frio e racional sobre o mundo, segundo Eduardo Giannetti<sup>17</sup>, é insustentável para o ser humano. Engane-te a ti mesmo.

Na revista Nova, apesar de discursos diferirem – com o intuito já proposto – alguns deles encontram consonância ao longo das edições. A questão da importância, para a mulher, de conversar após o ato sexual, aparece nas edições de Março e Outubro de 2007 (p.54 e p.62, respectivamente).

Platão escreveu, quatro séculos antes de Cristo, sobre amor e desejo

como gêneros morais. Analisemos, a partir de agora, os discursos – dissonantes ou não – de Nova à luz das idéias do filósofo heleno.

## 2. O Banquete e Nova – Um diálogo possível?

Dividiremos, aqui, as idéias de acordo com cada uma das personagens da obra platônica, trazendo-as aos discursos encontrados na revista Nova, a fim de propor um diálogo entre ambos, com o objetivo último de tornar mais claras as visões de amor e desejo propostas pela publicação da editora Abril.

### A) Fedro – Amor e desejo: os fundadores

Jovem, ambicioso, dinâmico, freqüentador da ágora ateniense – debatedor, portanto – sedutor e, assim, capaz de levantar teses aceitas pela maioria das pessoas, Fedro propõe, em sua fala, que Eros foi o primeiro dos deuses; que é o mais antigo deles. Amor e desejo, portanto, estão na origem da vida. Fundadores, não há mundo sem eles. São anteriores a tudo; nada pode ser considerado sem considerá-los antes.

Ademais, Eros deve ser associado sempre ao comportamento virtuoso. Isso se dá pelo fato de que, ao amar e desejar, o amante necessita da alegria e admiração do amado – estas são condições fundamentais de sua própria alegria. O amante jamais agirá, para Fedro, de maneira não-virtuosa ou vergonhosa perante o amado. Assim, amar e desejar são fundadores e causa de comportamento virtuoso.

O discurso de Nova é impregnado da questão de amor e desejo. Como dito acima, mesmo as seções de moda e saúde confluem para o comportamento que visa questões ligadas a amor e desejo. Eros, portanto, é fundador, também, aqui. Poucas matérias encontradas na revista se dissociam completamente das questões de uso do corpo com fins amorosos ou sexuais – a saúde é ligada ao sensual, assim como a moda e o comportamento.

A questão da virtuosidade, entretanto, não se encontra presente de maneira uniforme e consonante nas páginas de Nova. A pluralidade entre alguns dos discursos propostos – muitas vezes dissonante e contraditória – aponta para o egoísmo moral já citado: um viver para preservar a si mesmo. A virtuosidade; o agir pensando na felicidade do amado, assim, não aparece como condição para a felicidade. Por vezes é criticado, mas também encontra respaldo e apoio em alguns discursos da revista. É, portanto, relativo.

### B) Pausâneas – Um precursor do relativismo moral

Crítico do imanentismo – ou seja, contrário à idéia de que uma ação tem um valor em si, imanente –, Pausâneas é o mais engajado socialmente dos

falantes do banquete. Ele propõe a existência de dois tipos de amor e desejo: um bom e um ruim. Tais qualidades, entretanto, não estão contidas em atos específicos de amor e desejo. A determinação é relativa, como ele aponta, ao lugar social em que a ação é tomada. A convenção social é responsável por valorar uma ação. Uma mesma ação em sociedades, convenções, situações e momentos distintos pode ser diferentemente valorada.

Thomas Hobbes, mais de mil anos depois, propõe, com o conceito já apresentado de *conatus*, uma perspectiva semelhante, em que a ação é um movimento do corpo determinado por sua energia vital, visando à preservação e elevação da mesma, não tendo, portanto, valor em si mesma. A convenção social acerca de uma ação, sob tais perspectivas, não é definitiva e está em constante mutação. O valor não é somente relativo ao espaço (sociedade), mas também ao tempo (momento).

Aqui o discurso de Nova encontra semelhança. A dissonância já apresentada entre seus discursos acerca de amor e desejo aponta para um relativismo, cujo critério nos pareceu reduzível à questão da preservação e elevação da própria felicidade, ou seja, evitar aquilo que pode trazer angústias e infelicidade de modo que, assim, os discursos, em sua dissonância, sejam agradáveis e harmônicos na proposta de não angustiar a leitora. Freud aponta para o fato de que a obtenção de felicidade, diretriz primária de toda ação humana – dos homens que apenas “querem ser felizes e assim permanecer” – se dá em duas direções: a da experiência de intensos sentimentos de prazer e a de evitar sentimentos de sofrimento e desprazer<sup>18</sup>. Para o pai da psicanálise, ainda, as fontes de infelicidade são tão numerosas que a felicidade na civilização, muitas vezes, é encontrada no simples ato de escapar ao desprazer e sofrimento<sup>19</sup>.

O relativismo moral de Nova nos parece, portanto, egoísta, de modo que visa reduzir, através de uma intenção da preservação da felicidade – esta, por sua vez, através da dissonância acerca dos temas propostos – os desprazeres de uma valoração una, fria e possivelmente desagradável de uma conduta.

### C) Erixímaco – A questão da saúde

Médico, Erixímaco demonstra em sua fala a clara preocupação com o bem-estar do corpo, ou seja, com sua saúde. Para ele, a Medicina deve fazer com que aquilo que, no corpo, carece do amor bom, passe a amar, e com que o que ama do amor ruim deixe de fazê-lo. Tudo isso com vistas à saúde: é belo e bom amar aquilo que favorece a saúde do corpo, e vergonhoso e ruim fazer o mesmo com o que é nocivo e doentio. O critério de relatividade do amor e do desejo é, portanto, baseado na saúde do corpo.

Nova possui, dentre os três grandes grupos de temas que aborda, a saúde como um deles. Como dito, todos os grupos confluem para questões do

comportamento amoroso e desejoso. Nota-se, também aqui, uma semelhança. Para desejar, segundo Nova, deve-se ser saudável – a preservação e melhora da saúde é uma preocupação evidente da revista. Os desejos ruins, ou seja, que prejudicam o corpo, devem ser minimizados ao ponto de não mais prejudicarem, ou então extirpados.

A saúde do corpo, entretanto, em Nova, é ligada, também, a questões estéticas. O discurso de Agatão, do qual trataremos adiante, tratará dessa perspectiva.

#### D) Aristófanes – A perpétua busca pelo desconhecido

Comediante famoso, intelectualizado e competente, de idade mais avançada, Aristófanes propõe uma visão próxima ao ideal romântico que, séculos depois, surgiu em nossa civilização.

Para ele, o homem, antes, era uma esfera: possuía quatro braços e quatro pernas, característica que lhe dava velocidade, força e destreza excelentes. Além disso, possuía, também, duas cabeças, característica que lhe proporcionava altíssima capacidade intelectual, a ponto de cada homem se bastar intelectualmente. Faltava-lhe, apenas, conhecer os deuses. Na ambição humana, esses homens subiram uns em cima dos outros, até chegarem às nuvens e, finalmente, encontrarem os deuses. Estes, entretanto, ficaram furiosos, e como castigo dividiram os homens ao meio: passaram a ter apenas uma cabeça, dois braços e duas pernas. O homem é condenado a desejar. O desejo nasce entre os humanos, que passam a amar e desejar uns aos outros, sem saber, entretanto, o que buscam ao se unirem, por não terem consciência de que desejam o retorno à unidade fundamental. Vivem condenados a desejar e incapazes de saber o quê.

A busca pelo amor; a presença constante do desejo amoroso nos discursos da revista Nova, se questionada dentro de seu contexto discursivo, encontra resposta nela mesma. Deve-se cuidar do corpo, da saúde e da decoração do corpo, pois isso possibilita encontros amorosos e desejosos mais felizes. Por conseguinte, deve-se amar e desejar, pois isso é bom em si. A característica saudável, o valor positivo em um agir que visa o amor e o desejo se bastam, não encontram respostas que vão além de si mesmos – são naturais, quase que dogmáticos. O valor de amar e desejar – de maneiras muitas vezes distintas, relativas a um princípio de preservação da felicidade feminina, como dito no item (B) – surge como verdade absoluta. Ama-se e deseja-se. Mas o porquê, não se diz.

#### E) Agatão – Beleza e juventude

Organizador do banquete, o jovem e belo dramaturgo Agatão diz que Eros é, na verdade o mais jovem dos deuses, porque foge com todas as forças do que é velho, atraindo-se ao seu semelhante, ou seja, àquilo que é jovem. É, também, belo, e por isso foge da deformidade. O conceito de beleza se encontra, aqui, fortemente atrelado ao que é jovem. Ama-se e deseja-se o que é belo, jovem – amar e desejar são ligados ao belo.

Um rápido olhar para as capas da revista Nova nos faz perceber os corpos ali expostos: magros, esguios, de pele lisa, sem pêlos. Jovens, enfim. Analisando os discursos da revista, a saúde já mencionada encontra em atributos estéticos sua fundamentação: ser saudável é manter-se jovem, evitar rugas, permanecer magra e com a pele de aparência jovem. A mudança da aparência – ou seja, a fluidez, a liquidez, a mudança constante, característica da sociedade – não é somente possível, mas é incentivada. Esse incentivo, entretanto, se dá sempre dentro de uma preservação da juventude que perpassa todos os discursos de corpo presentes na revista. A beleza é, também aqui, atrelada à juventude. Para ser amada e desejada, ou seja, para usar o corpo em função do comportamento proposto pela revista – e possibilitado pelas orientações de moda e saúde – deve-se buscar sempre a beleza, elemento fundamental à sedução. Beleza, esta, traduzida na busca pela preservação da juventude.

#### F) Sócrates – o desejo na falta

Último a falar, Sócrates diz que se ama e se deseja sempre algo. Amor e desejo são sempre por alguém ou algo. Esse algo, entretanto, é necessariamente algo que não se possui, pois aquilo que se possui já não se deseja mais. Na vontade de querer se permanecer saudável, por exemplo, está uma vontade de algo que não se tem: o futuro saudável. O presente saudável, que já se possui, não se deseja mais. O desejo, assim, só ocorre na falta. Schopenhauer<sup>20</sup> diz que o ser humano vive como um pêndulo entre o sofrimento da frustração e o enfado. Deseja-se o que não se possui, sofrendo, conseqüentemente, pela frustração de não possuir. Quando se passa a possuir, vive-se o enfado, o tédio enfadonho do possuir. Amor e desejo pelo belo não podem ser, assim, belos, pois só ocorrem na falta de beleza.

Mensalmente, Nova traz novos – e, como visto, muitas vezes distintos – discursos acerca do que e como se deve amar e desejar. De acordo com a dinâmica social em que vivemos, o incentivo do desejo mediante a falta constante se faz presente<sup>21</sup>. Novos ideais-tipos, novas metas, novos objetivos a serem alcançados. Há sempre mais o que se desejar. Alcançadas as metas propostas na edição deste mês, no próximo mês haverá novos e maiores desafios. Este mês, emagreça 5kg com uma dieta. No próximo, outros 12kg com uma série de exercícios, tornando-se, assim, saudável, bela e jovem – máquina de seduzir. A falta é constante, para que permaneça o desejo.

## À guisa de conclusão

Os manuais de redação acadêmica nos dizem que a conclusão não deve repetir o que já foi dito anteriormente, mas sim introduzir novas perspectivas de abordagem do tema. Parece-nos, aqui, que os discursos de amor e desejo encontrados na revista Nova encontram-se de acordo com a dinâmica social em que a sociedade contemporânea se situa. As idéias trazidas de Platão foram, apenas, ilustrativas de como tais discursos possuem relação com essa dinâmica social, e de como, também, significam e valoram – sob pretensão de neutralidade e transparência – aquilo sobre o que discorrem, segundo critérios ora relativos – vimos a questão da preservação da própria felicidade –, ora dogmáticos – vimos, por exemplo, a questão da beleza atrelada à juventude.

Diversos outros autores, de diversos outros campos, podem ser trazidos a fim de aprofundar tais olhares, ou mesmo de deitar novos olhares sobre a questão. A pesquisa científica, em estado constante de atualização e inacabamento<sup>22</sup>, certamente abre portas para tais abordagens.

## 56

### Referências Bibliográficas

- BARROS FILHO, Clóvis. *Ética na comunicação*. São Paulo: Summus, 1995
- BARROS FILHO, Clóvis. *O eu e seus afetos: um ensaio sobre a ilusão identitária*, in Revista FAMECOS. Porto Alegre: PUC-RS, 12/2003, p.90
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 2007
- BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.  
 \_\_\_\_\_. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.  
 \_\_\_\_\_. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ESPINOSA, Benedicto. *Ética – III. In: Espinosa – Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1983
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização, in O futuro de uma ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos*. São Paulo: Imago, 2006
- GIANNETTI, Eduardo. *Auto-engano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOBBS, Thomas. *Leviathan*. New York: Touchstone, 1997

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. *Sócrates e Platão, à procura da luz, in Pensadores, um curso*. São Paulo: Casa do Saber, 2006

MARIN, Elizara Carolina. *A pesquisa como fazer criativo*. In: Metodologias de pesquisa em Comunicação – Olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2006

MERLEAUX-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*. In: *Nietzsche – Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1983

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso*. Campinas: Pontes, 2007

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Unicamp, 1995.

PLATÃO. *O Banquete - Apologia de Sócrates*. Belém: UFPA, 2001.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Mundo como vontade e representação*. São Paulo: UNESP, 2007.

57

### Notas

1 Sobre a busca pela Verdade – uma espécie de busca interna, de parto, razão pela qual Sócrates chamou de Maiêutica (termo grego para designar a atividade de parteira) a atividade do filósofo –, característica marcante e central na filosofia de Sócrates e Platão, Franklin Leopoldo e Silva diz: “Essa desmistificação da ordem estabelecida em cada um supõe a coragem de abandonar crenças e opiniões. Por isso a busca filosófica é sobretudo uma atitude moral (...)”. A filosofia, nesse sentido, não se dissocia de uma reflexão sobre o próprio agir, “(...) sobretudo porque a própria filosofia encontra na disposição moral a sua condição de possibilidade, e na aspiração à verdade seu impulso mais original”. LEOPOLDO E SILVA, Franklin. *Sócrates e Platão, à procura da luz, in Pensadores, um curso*. São Paulo: Casa do Saber, 2006, p.25-26.

2 Fonte: Estudos Marplan – Consolidado 2006.

3 BARROS FILHO, Clóvis. O eu e seus afetos: um ensaio sobre a ilusão identitária, in Revista FAMECOS. Porto Alegre: PUC-RS, 12/2003, p.90.

4 BARROS FILHO, Clóvis. Ética na comunicação. São Paulo: Summus, 1995, p. 129.

5 Evitar a dissonância cognitiva – ou tender à consonância cognitiva –, ou seja, a tendência que o receptor tem de se expor a mensagens que dialoguem com pontos de vista (crenças,

informações, opiniões etc.) tomados anteriormente, evitando mensagens desfavoráveis, é um importante fator que influencia a exposição do receptor à mensagem. “A redução da dissonância cognitiva na recepção da mídia significa evitar as informações dissonantes (desfavoráveis) e selecionar as informações consonantes (favoráveis), denominadas no jargão da psicologia cognitiva de *supportive information*”. BARROS FILHO, Clóvis. *Ética na comunicação*. Op. cit. p.130.

6 ORLANDI, Eni. *Análise de discurso*. Campinas: Pontes, 2007, p.25.

7 BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 2007, p. 25.

8 “(...) for there is no conception in a man's mind which hath not at first, totally, or by parts, been begotten upon the organs of sense. The rest are derived from that original”. HOBBS, Thomas. *Leviathan*. New York: Touchstone, 1997, p.21.

9 MERLEAUX-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

10 HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

11 PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Unicamp, 1995.

12 BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. Vale destacar a seguinte passagem: “A não-satisfação dos desejos e a crença firme e eterna de que cada ato visando satisfazê-los deixa muito a desejar e pode ser aperfeiçoado – são esses os volantes da economia que tem por alvo o consumidor” (p. 106).

Para uma leitura mais aprofundada da questão da fragilidade dos laços humanos, ver: BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

13 ESPINOSA, Benedicto. *Ética – III*. In: *Espinosa – Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, proposição XII.

14 NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*. In: *Nietzsche – Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 45-46.

15 GIANNETTI, Eduardo. *Auto-engano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

16 FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*, in *O futuro de uma ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos*. São Paulo: Imago, 2006, p.84.

17 “Não admira que, sob a pressão de todas essas possibilidades de sofrimento, os homens se tenham acostumado a moderar suas reivindicações de felicidade (...), que um homem pense ser ele próprio feliz, simplesmente porque escapou à infelicidade ou sobreviveu ao sofrimento, e que, em geral, a tarefa de evitar o sofrimento coloque a de obter prazer em segundo plano”.

18 FREUD, Sigmund. Op.cit. p.85.

19 SCHOPENHAUER, Arthur. *Mundo como vontade e representação*. São Paulo: UNESP, 2007.

20 Ver nota 13.

22 Sobre o sentido não se apresentar pronto, acabado e dado para ser apreendido, e a consequente aceitação de inacabamento da pesquisa científica, ver: MARIN, Elizara Carolina. *A pesquisa como fazer criativo*. In: *Metodologias de pesquisa em Comunicação – Olhares, trilhas e processos*. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 66.

# Tensão na publicidade! Representações sociais reveladas pela antipublicidade

**Vanessa Rodrigues de Lacerda e Silva**

Mestranda e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social UFMG. Graduada em Comunicação Integrada – habilitação em Jornalismo pela PUC-MG. Especialista em Comunicação Imagens e Culturas Midiáticas pela UFMG (silvabhz@terra.com.br).

**Simone Maria Rocha**

Professora adjunta e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública do Programa de Pós-Graduação em Comunicação/UFMG no qual coordena o sub-grupo: “Comunicação, cultura e política: dimensões da representação”. (smarocha@ig.com.br).

## **Resumo**

O objetivo deste artigo consiste em evidenciar os vínculos da publicidade com o mundo social. Segundo nossa premissa a publicidade é uma prática que se situa em relação a um contexto sócio-cultural específico a partir do qual dialoga com práticas, valores e ideais que atravessam os fluxos cotidianos e orientam nossas interações e percepções acerca da realidade.

**Palavras-chave:** publicidade; antipublicidade; representações sociais.

## **Abstract**

*To evidence links built by advertisements with social world from the questioning of spoof ads. Our hypothesis is that the advertisement, which main purpose is to create an acceptance of sale products and services, is a social phenomenon that dialogue with values shared socially considering them as important elements in the messages created in the advertisement.*

**Keywords:** *advertisement; spoof ads; social representations.*

## Introdução

60

Cada vez mais estamos imersos no fluxo de imagens, textos e sons que compõem as mensagens publicitárias. Contudo, apesar dessa densa penetração da publicidade no interior das sociedades contemporâneas, ainda são poucos os esforços no sentido de problematizar e refletir acerca desta forma de comunicação. Em geral, nossa compreensão sobre os anúncios diz mais de uma convivência naturalizante que de um olhar reflexivamente constituído. Em relação a isso, entendemos que é importante traçar um percurso investigativo que busque evidenciar e problematizar os elementos que constituem a publicidade, as estruturas de ordenação que a atravessam, seus aparatos e suas lógicas, assim como, as relações que instituem os sentidos que negocia, as bases que a legitimam socialmente, modos de sua implicação em nossas vidas, os rearranjos que produz etc. Dentro dessa perspectiva nosso interesse compreende, de forma mais específica, pensar os modos de articulação da publicidade com o mundo social. Mais especificamente, a questão que nos move circunscreve a relação entre as representações sociais e a comunicação midiática. Nesse sentido, nossa premissa é de que os *media* consistem em uma dimensão privilegiada nas sociedades contemporâneas, na qual e a partir da qual os sujeitos elaboram entendimentos, negociam sentidos, conformam visões de mundo, compartilham valores, moralidades, conhecimentos e percepções; enfim, apreendem e informam aspectos fundadores da discursividade social.

Com base nisso, partimos do entendimento de que a publicidade, mais do que uma ferramenta de marketing, se configura enquanto um fenômeno social (Rocha, 1995; Cadet e Cathelart, 1971), ou seja, enquanto uma prática comunicativa que dialoga estrategicamente com um conjunto de valores socialmente gestados e partilhados, que são considerados relevantes em função do tipo de mensagem que visa conformar acerca dos produtos e serviços ofertados. Desse modo, para além de pensar a propaganda comercial enquanto produtora de discursos completamente inovadores ou, por outro lado, enquanto um espelho que devolve uma imagem duplicada da realidade, nosso pressuposto é de que essa consiste numa esfera que constrói vínculos e produz enraizamentos no tecido social, na medida em que aciona como pano de fundo de suas mensagens aspectos que expressam uma dada cultura e dizem daquilo que é socialmente relevante.

Como forma de avaliar essa premissa e investigar empiricamente a relação entre as representações sociais e os *media*, não partimos, no entanto, de uma análise de um conjunto de peças de publicidade definidas de antemão. Na verdade, buscamos refletir sobre os modos como os anúncios tecem liames que os conectam fortemente no tecido social a partir do olhar tensionador instaurado pela antipublicidade, a qual é tomada aqui como um conjunto de anúncios-paródia. Assim, consideramos que o termo antipublicidade se mos-

tra um conceito pertinente para pensar os *spoof ads* (anúncios-paródia), pois partimos de uma definição de publicidade como prática que objetiva criar uma predisposição a determinados hábitos de consumo, a qual os *spoof ads* visam exatamente se contrapor.

Nossa hipótese é de que esse diálogo entre a publicidade e as representações sociais pode ser revelado através da confrontação entre os anúncios de publicidade e antipublicidade, na medida em que a *anti* – pela forma como se configura e pela maneira como interpela e tensiona a publicidade – evidenciaria marcas do social configuradas pela propaganda no interior de seus discursos. Mais especificamente, nos interessa observar o diálogo instituído entre as campanhas da grife Calvin Klein (CK) e os anti-anúncios da ONG canadense Adbusters Media Foundation. Isso porque entendemos que, por um lado, ao chamar a atenção para as representações do corpo produzidas pela CK, a Adbusters evidencia esses corpos enquanto corpos idealizados que não encontram correspondentes nos corpos reais – o que, num primeiro momento, evoca a idéia não de uma vinculação, mas da produção de uma distância, de uma espécie de descolamento da publicidade com o mundo social. Por outro lado, entendemos que é exatamente nesse gesto da *anti* e na maneira como ela suscita a problemática do corpo que se torna possível entrever marcas da discursividade social que atravessam as figurações do corpo na publicidade da Calvin Klein, como veremos adiante.

Desse modo, este artigo se desdobra em quatro seções. A primeira corresponde ao traçado de nossas bases teóricas. Consiste, portanto, na apresentação do marco teórico das representações sociais a partir do qual buscamos investigar os modos de articulação da publicidade com o mundo social. A segunda seção, por sua vez, tem como objetivo expor a metodologia empregada para análise do material empírico. Já a terceira seção é voltada para a análise propriamente dita dos diálogos entre a publicidade e *anti* que são constituídos acerca da problemática do corpo. Por fim, a quarta seção apresenta alguns apontamentos e reflexões acerca dos resultados obtidos e do trajeto teórico-metodológico que esboçamos aqui.

### Representações Sociais: uma abordagem comunicacional

Ao discutirmos o tema das representações sociais como ponto central para pensar a problemática aqui exposta, levamos em conta diferentes contribuições já feitas nos campos da Psicologia Social, Estudos Culturais, além de uma rápida incursão sobre os estudos de Erving Goffman sobre tal temática<sup>1</sup>. Isso porque entendemos que essas perspectivas contribuem fortemente para nossa pesquisa, tanto pela maneira como conceituam a noção de Representação Social, descrevem suas funções e evidenciam o papel central que as representações ocupam na dimensão social, quanto pela maneira como evidenciam

os modos como elas se realizam e são dadas a ver nas práticas cotidianas.

Uma importante contribuição vem dos trabalhos de S. Moscovici<sup>2</sup>, para quem as representações sociais correspondem a uma atividade psíquica através da qual os sujeitos, por um lado, constroem e compartilham sentidos acerca dos fatos e fenômenos sociais e, por outro, orientam suas condutas em relação aos objetos do mundo e aos outros sujeitos. São, nessa medida, dotadas ao mesmo tempo de uma dimensão explicativa e prática.

A representação social é um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação. (MOSCOVICI, 1978, p.28)

Entretanto, para apesar da dimensão singular do indivíduo, não se trata de um conceito puramente cognitivo, uma vez que as representações sociais abarcam o conjunto de valores, entendimentos, moralidades, sentimentos, percepções e conhecimentos construídos e partilhados intersubjetivamente num determinado contexto. Como afirma Bronislaw Baczko (1999),

Estas representações da realidade social (e não simples reflexos desta), inventadas e elaboradas com materiais tomados da fortuna simbólica, têm uma realidade específica que reside em sua existência mesma, seu impacto variável sobre as mentalidades e os comportamentos coletivos, nas múltiplas funções que exercem na vida social. (BACZKO, 1999, p.8)

62

Disso, tem-se que as representações sociais são formas tacitamente construídas, atualizadas e partilhadas pelos sujeitos no decorrer de suas ações cotidianas e ao longo do tempo. E, na medida em que elas vão deitando raízes, produzindo sedimentações no tecido social, e são conformadas discursivamente por diferentes campos do saber e instituições sociais, atuam na própria conformação do social, ao mesmo tempo em que são por ele conformadas numa relação dinâmica. Em medida alguma, porém, as representações devem ser vistas como uma expressão miniaturizada do social simplesmente, pois não dão conta de apreender completamente o aspecto ou fenômeno da realidade a que elas se referem. Elas são apenas *uma* expressão dessa realidade que nunca pode ser alcançada em sua totalidade e nem de forma pura. Longe de ser uma espécie de duplo, elas correspondem, sobretudo, a um processo pelo qual cada sociedade se elabora e conforma modos de adesão e identificação entre os sujeitos. Dessa maneira, devem ser compreendidas em relação a um contexto histórico, cultural e social específico, pois cada sociedade irá estabelecer uma rede de representações própria, que diz daquilo que é socialmente relevante para o grupo e o que o constitui e distingue enquanto um grupo.

Diante dessas ponderações, podemos concluir que as representações sociais são formas que estão no cotidiano e falam desse cotidiano, dos sujeitos que estão neles, dos aspectos fundadores e organizadores da realidade. Mas, mais que isso, é fundamental compreender o papel das representações enquanto dimensão instituinte do social, a partir da qual os sujeitos configuram seu 'ser' e 'estar' no mundo e orientam seu agir individual e coletivo. Constituem aquilo, portanto, que *diz sobre* e ao mesmo tempo *institui* práticas e comportamentos.

A ênfase dada ao papel desempenhado pelos sujeitos no processo de interpretação, além da forte vinculação com o senso comum que se atualiza e se materializa nas práticas sociais, fez dessa perspectiva uma referência importante de duas abordagens muito adotadas no campo da comunicação. Não estamos a afirmar, contudo, que haja uma trajetória comum que as faça chegar num mesmo ponto. Na verdade, tais perspectivas caminham de modo paralelo, e é nosso o esforço de articulá-las num modelo explicativo e no desvendamento da hipótese e do problema aqui expostos. Tratam-se da perspectiva empreendida pelos estudos culturais britânicos, notadamente das reflexões de S. Hall e dos estudos de Erving Goffman, de modo particular, aqueles realizados em *Frame Analysis*.

63

Erving Goffman oferece contribuição valiosa ao que estamos discutindo aqui. Este autor apresenta um conceito de grande potencial explicativo quando se quer entender os processos de compreensão e interpretação que os sujeitos empreendem no curso de suas interações. Trata-se do conceito de *frame* – uma espécie de esquema interpretativo fundamental, que oferece entendimentos prévios, através do qual os sujeitos conferem sentidos aos acontecimentos numa determinada realidade social e orientam seu agir no mundo. Interessante salientar que, para este autor, os atores interpretam a situação, porém, tal interpretação está relacionada com alguns níveis de existência na própria realidade. De forma consciente ou não, os atores, ao se encontrarem numa determinada situação, guiam sua performance buscando sempre se posicionarem da maneira mais adequada àquela situação. Nessa medida, as representações socialmente compartilhadas – consideradas como constituídas pelos quadros de referência e sistema de crenças disponíveis que compõem determinada cultura e que orientam e ajudam sujeitos a entender a realidade – serão um fator de vital importância nesse processo de interação desses sujeitos com e no mundo. Em suma, a contribuição de Goffman nos parece relevante e bastante proveitosa na reflexão sobre a identificação dos sentidos socialmente compartilhados, uma vez que o autor lança luz sobre os quadros de referência que conformam o pensamento, a interpretação e as ações dos sujeitos.

Indo além dessas considerações acerca da função social das representações, Stuart Hall<sup>3</sup> chama a atenção para a importância de atentarmos tam-

bém para sua dimensão formal, para a maneira como elas adquirem densidade e concretude na realidade. Desse modo, funda a noção de representação no terreno da linguagem e propõe uma abordagem comunicacional<sup>4</sup> das representações. Esta se torna uma perspectiva fundamental para pensarmos a problemática das representações configurada na relação entre as campanhas de publicidade e antipublicidade. Baseado nos pressupostos de F. Saussure, Hall pontua que o conjunto de valores, moralidades, percepções de mundo e conhecimentos que são engendrados pelas representações só nos são acessíveis por meio dos sistemas de linguagem instituídos (escrita, sons, gestos, imagens etc.). Mais que um conjunto de idéias que transitam entre consciências, elas se revelam aos sujeitos encarnadas em diferentes em sistemas de linguagem. Assim,

linguagem é o meio privilegiado no qual nós ‘fazemos sentido’ das coisas, no qual o sentido é produzido e compartilhado. Sentidos só podem ser compartilhados através de nosso comum acesso à linguagem. Então a linguagem é central para a atribuição de sentidos e sempre foi considerada o repositório chave dos valores e significados culturais. (...) Representação através da linguagem é então central para o processo através do qual os entendimentos são produzidos. (HALL, 1997, p.01)

## 64

Ao estabelecer uma compreensão que enfatiza a materialidade simbólica das representações, Hall sinaliza para o papel central dos *media* nas sociedades contemporâneas enquanto fonte inesgotável das mesmas. Isso porque eles correspondem a uma dimensão privilegiada onde circulam intensamente sentidos socialmente configurados e compartilhados, e também a partir da qual os sujeitos significam a realidade e o conjunto de relações constituídas com e no social.

Em relação a isso, é importante observar que esse diálogo entre as representações construídas nos *media* e determinados valores sociais e entendimentos forjados socialmente compreende, dentre outras coisas, uma operação de simplificação, de retalhamento do todo contínuo, na medida em que a condição mesma de materialização das representações implica em produzir enquadramentos e recortes que apreendem determinados aspectos das representações sociais, mas necessariamente deixam outros de fora. Os sistemas de linguagem são formas limitadas que não dão conta de apreender inteiramente a complexidade das representações, ou seja, todas as suas feições, ambigüidades e contradições. Além disso, é preciso considerar também que existem outros fatores de ordem prática que atravessam a relação entre a comunicação midiática e as representações sociais. Estes correspondem, em linhas gerais, aos constrangimentos, pressões, interesses, lógicas e modos de operação que caracterizam as diferentes formas e práticas de comunicação e dizem sobre a maneira como elas lidam com e apreendem as representações sociais.

Nesse sentido, é preciso considerar que a publicidade se apropria estrategica-

mente de determinadas representações sociais consideradas relevantes e que sejam amplamente partilhadas, com as quais deseja vincular os produtos, para criar uma relação de identificação com os consumidores e potenciais consumidores que seja favorável ao consumo, pois ela está necessariamente atrelada às lógicas do sistema capitalista. Mais especificamente em relação à publicidade impressa, que constitui nosso objeto de análise, é preciso considerar que a maneira como ela forma em seus discursos determinadas representações sociais invariavelmente envolve aspectos como: espaço, formato, padrões estilísticos, segmento de mercado, produto anunciado, público-alvo, objetivos da campanha, identidade da marca, dentre outros. São estes aspectos que orientam o processo de conformação das representações sociais no discurso da publicidade – e em alguma medida também da antipublicidade – e justificam as operações de retalhamento e enquadramento.

A partir dessas formulações, propomos investigar mais especificamente de que maneira os anúncios de antipublicidade da Adbusters mobilizam uma dada política de representação que visa evidenciar e tensionar a articulação da publicidade com o mundo social constituído no nível das representações. Antes, no entanto, é preciso esclarecer o percurso metodológico a partir do qual desenvolvemos nossas análises.

### Trajetó metodológico

Diante de nossa problemática de estudo, é preciso construir um trajeto metodológico que dê conta de apreender, de um lado, os sentidos configurados na superfície material dos anúncios, mas que, por outro lado, nos permita ao mesmo tempo fazer dialogar esses sentidos com os diferentes discursos e entendimentos que perpassam o contexto social, no intuito de investigar a natureza desse diálogo e a maneira como ele se constitui. Nesse sentido, nos respaldamos nas proposições de Foucault, pois, segundo este autor, mais do que buscar identificar os significados que emergem de determinadas formas de linguagem, é preciso interpretá-los em função dos regimes discursivos que os enformam e informam. Em sua leitura de Foucault, Hall esclarece que os discursos se caracterizam enquanto

modos de se referir a ou construir conhecimentos sobre um tópico particular de uma prática; um conjunto (ou formação) de idéias, imagens e práticas, que fornece modos de dizer sobre, formas de conhecimento e conduta associados com, um tópico particular, atividade social ou lugar institucional na sociedade” (HALL, 1997, p.06).

Assim, não se trata de olhar para um sistema simbólico qualquer com o intuito apenas de identificar as representações sociais que estão ali conformadas, mas, além disso, pensar como essas representações se realizam ou não dentro de discursos e entendimentos produzidos em diferentes campos sociais, pois partimos da premissa de que é neste terreno que elas se fundam e

se legitimam. Contudo, Foucault, ao esclarecer sobre a natureza dos discursos e apontar para a necessidade de atentar para essa dimensão, se dedica muito mais em tecer um pano de fundo conceitual coerente do que em investigar empiricamente, através de uma análise lingüística e semiótica, a maneira como essas formulações se realizam em textos reais. Por sua vez, Norman Fairclough, no contexto da Análise Crítica do Discurso (ACD), chama a atenção para a importância de proceder a uma análise dos discursos em suas dimensões concretas. Trata-se, portanto, de um modelo que aponta para a necessidade de se operacionalizar a abordagem *foucaultiana* e destaca ainda a importância de situar o texto não só em relação ao contexto social mais amplo, mas também em relação à prática discursiva dentro da qual é conformado (modos de produção, distribuição e consumo). Embora Fairclough se dedique em seus estudos aos discursos lingüisticamente instituídos, é necessário lembrar que o próprio autor vislumbra a possibilidade de aplicação deste modelo a outros modos de produção discursiva, inclusive visual.

Tendo, portanto, como pano de fundo as abordagens acima expostas, julgamos necessário, neste momento, recorrer a um conjunto de autores que nos possibilitem estabelecer em termos mais precisos procedimentos metodológicos para análise propriamente dita das campanhas de publicidade e dos anti-anúncios. Nesse sentido, propomos uma articulação entre os termos da análise semiótica proposta por R. Barthes acerca das mensagens publicitárias e a teoria da enunciação desenvolvida por E. Véron.

De um lado, Barthes argumenta que, ao fazer uma leitura das mensagens publicitárias configuradas nos anúncios, é preciso perceber que, para além do sentido mais imediato e facilmente apreensível que elas denotam, existem outras camadas de sentido menos evidentes nas quais figuram aspectos fundadores que remetem ao terreno mais amplo da cultura. Desse modo, Barthes destaca a necessidade de que o percurso analítico em publicidade vá além de uma identificação e categorização dos elementos em cena e dos sentidos mais imediatos que esses elementos suscitam. É preciso também descortinar significados que se situam num segundo nível (conotativo) e que dialogam com aspectos próprios da cultura, do cotidiano e dos imaginários sociais. Contudo, ao buscar trabalhar com esse modelo, não ordenamos nossa análise da mesma forma que Barthes. Isso porque nossa investigação não diz respeito somente a uma decodificação dos signos em determinados anúncios comerciais, mas é determinada pela relação proposta pelos anúncios de antipublicidade. Sendo assim, não olhamos de um lado para a publicidade e de outro para a anti, mas para o entrelugar que elas fundam a partir da ação tensionadora da Adbusters. Assim, a partir do olhar tensionador da *anti* e da maneira como ela se reporta às campanhas da Calvin Klein, a representação dos *corpos* emerge como uma categoria central em torno da qual iremos trabalhar e investigar os vínculos entre a publicidade e o tecido social.

Por sua vez, Véron chama a atenção para um outro aspecto que deve ser observado na análise desses objetos. Mais do que *o que se diz*, este autor pontua a necessidade de atentarmos também para o *como se diz*, pois segundo ele, esta dimensão é igualmente relevante para compreensão dos sentidos configurados e do tipo de relação proposta com os receptores. Desse modo, atentar para a enunciação diz da própria forma como esses sistemas buscam engajar os sujeitos no discurso e instaurar os processos de significação. Nesse sentido, não propomos uma análise situada no nível da recepção, nas gramáticas de reconhecimentos, mas uma abordagem que incide sobre a estrutura discursiva dos anúncios, no intuito de identificar a maneira como publicidade e *anti* organizam suas falas como forma de pensar o lugar proposto ao sujeito que se depara com essas imagens. Isso se mostra um passo fundamental para compreendermos mais especificamente o gesto da *anti* – que consiste em buscar um deslocamento dos sentidos conformados pela publicidade acerca de determinadas práticas e valores sociais vinculados ao universo mais amplo do consumo, a partir de uma apropriação estratégica das mesmas lógicas e formatos empregados pela publicidade. Desse modo, é necessário atentar para essa dimensão do *como* na antipublicidade, como forma de tecer uma compreensão mais consistente acerca do processo de interlocução que ela estabelece com as campanhas da Calvin Klein.

67

### Figurações do corpo na (anti)publicidade

Diante do que foi exposto até aqui, propomos, neste momento, retomar nosso olhar sobre o *corpus* de análise selecionado. Nosso objetivo, com isso, consiste em verificar de que maneira a antipublicidade, ao evidenciar e tensionar as representações do corpo nas campanhas da CK, permitiria entrever impressões do social nos discursos fabricados pela publicidade. Nesse sentido, nossa premissa é de que as representações do corpo que são conformadas nos anúncios da Calvin Klein, não expressam simplesmente uma materialidade carnal, mas um objeto que é socialmente constituído e que denota traços da discursividade social. Isso se justifica na medida em que entendemos que a maneira como o corpo é significado socialmente não corresponde a uma forma imutável ou natural que assume as mesmas feições e definições em todas as culturas e em todas as épocas. Como afirmam Le Goff e Truong, “o corpo tem uma história. A concepção do corpo, seu lugar na sociedade, sua presença no imaginário e na realidade, na vida cotidiana e nos momentos excepcionais sofreram modificações em todas as sociedades históricas”. (LE GOFF, TRUONG, 2006, p.10). Nesse sentido, é pertinente questionar-nos: quais representações do corpo são produzidas no terreno da publicidade e da antipublicidade? Qual o papel que elas cumprem nesses dois territórios? Que sentidos tangenciam? E em que medida os sentidos negociados pela antipublicidade em torno dessa categoria permitem revelar traços da articulação da publicidade no terreno social? Tendo como orientação esse conjunto de questões, faremos uma

análise comparativa entre a campanha da CK correspondente à figura 1 e do contraponto construído pela Adbusters em relação a essa campanha (FIG. 2).

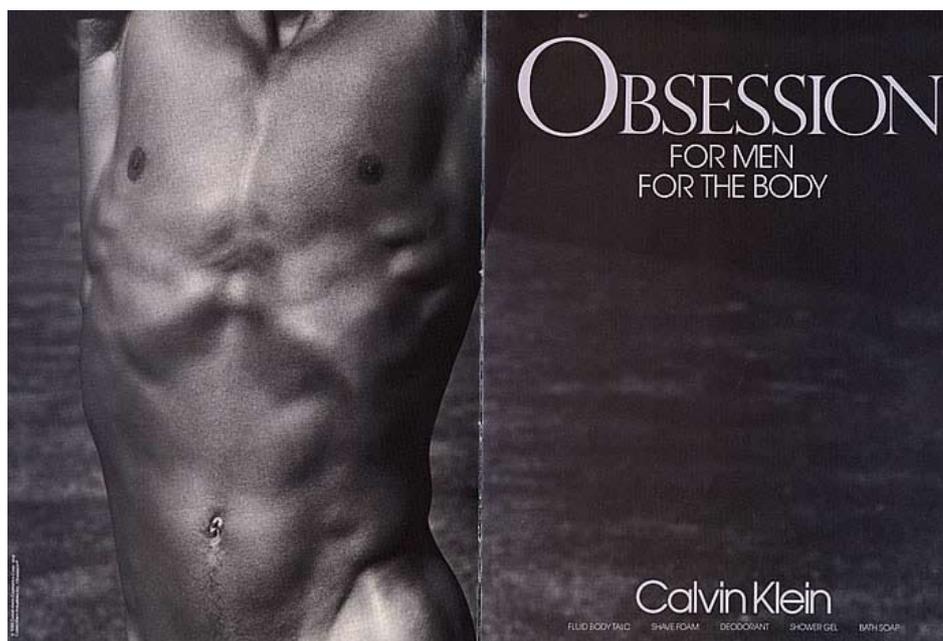


FIG. 01 – Fonte: [www.dolphin.upenn.edu/~davidtoc/calvin.html](http://www.dolphin.upenn.edu/~davidtoc/calvin.html)

68

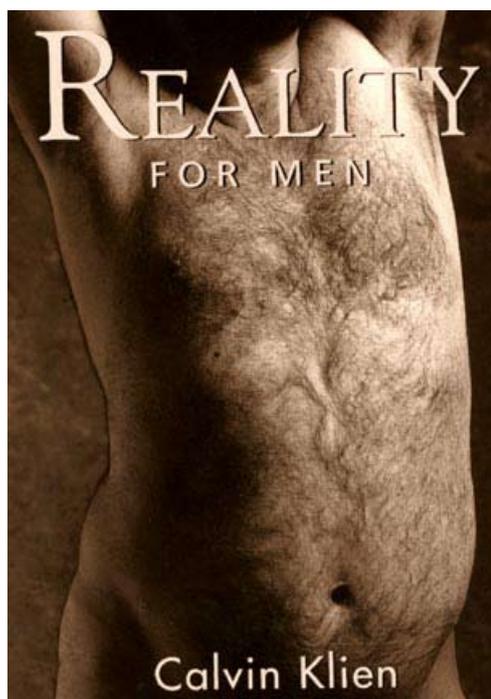


FIG. 02 – Fonte: site Adbusters

De um lado (FIG. 01), tem-se a imagem de um corpo masculino que sobressai e transborda para além dos limites do quadro. Certamente, não se trata de um corpo qualquer, mas de um corpo singular, quase que esculpido, que remete às estátuas de bronze que, no terreno da arte, codificam um ideal de beleza inspirado nas realizações da Grécia Clássica. Um corpo com formas

simétricas, com músculos extremamente bem definidos, sem nenhuma saliência, sem nenhuma imperfeição que venha irromper a harmonia constituída.

Essa imagem, porém, não se encerra nela mesma, no exercício de contemplação da figura masculina, mas remete a um outro lugar que a contextualiza e justifica, qual seja o universo do consumo. Isso se evidencia através da referência à marca Calvin Klein e ao perfume Obsession. Assim, as expressões “Obsession for men” e “Obsession for the body” remetem, respectivamente, ao público-alvo e ao uso do produto. Mas, indo mais além dessa compreensão inicial, é possível perceber uma outra cadeia semântica que ultrapassa o óbvio e revela outros entendimentos. Nesse outro nível, o termo Obsession é tomado não como um nome próprio, mas enquanto um substantivo que diz de uma obsessão masculina com o corpo perfeito identificado no corpo do modelo. O que se observa, portanto, é um processo de valorização do produto que passa pela associação com um ideal de beleza em relação ao corpo masculino. Para além do perfume Obsession, o que se vende é muito mais uma representação de corpo que é apresentada como fonte de desejo e obsessão.

69

Por sua vez, a figura 2 cria uma aproximação com o anúncio da CK descrito acima para, no entanto, falar de um outro lugar no que diz respeito à representação do corpo masculino que é produzida pela publicidade. Por essa razão, ao invés de músculos e formas bem definidas, o que se observa é um corpo coberto por pêlos, repleto de formas arredondadas e uma barriga bastante saliente que mesmo com os braços levantados não é possível disfarçar. Aqui, a *anti* tensiona a relação quase que naturalizada, no contexto da publicidade, entre o consumo de determinados produtos e o consumo simbólico de um ideal de beleza. Neste caso, porém, o objetivo da antipublicidade não consiste em produzir um outro ideal de beleza, inspirado nas formas e proporções do modelo da figura 2. Na verdade, o movimento que ela faz na medida em que inscreve sobre a imagem a frase “Reality for men” consiste em fazer perceber que há uma distância entre a realidade e aquilo que é tomado como ideal. Sendo assim, ainda que a antipublicidade não vise propriamente deslegitimar o padrão de beleza conformado pela publicidade, sua ação pretende condenar a obsessão pela aparência física, já que a realidade se configura muito mais complexa e cheia de nuances – com corpos avultados, de proporções assimétricas e formas imperfeitas – do que as noções de equilíbrio e harmonia expressas no anúncio da marca CK.

Assim, a partir do olhar proposto pela Adbusters, uma primeira leitura consiste em perceber, de um lado, a natureza singular e aparentemente sem correspondentes na realidade sensível desses corpos que habitam a publicidade. A antipublicidade parece o tempo todo chamar a atenção para estes corpos magros, absolutamente simétricos, sem gordura, sem imperfeições, sem cicatrizes e que se apresentam imunes às doenças que nos acometem. Corpos sem

densidade; corpos que não carregam em sua própria materialidade carnal marcas de uma vivência; vestígios que nos dizem do nosso ser e estar no mundo e da própria ação que o tempo exerce sobre o corpo. Corpos plenos no que tange à expressão de um ideal de beleza, mas destituídos de vida. Do mesmo modo Michel Maffesoli afirma que

Com frequência, são postos em cena andróginos, etéreos e ambíguos, dotados de um corpo de juventude eterna, e por isso mesmo servem de emblemas dos desejos mais loucos e dos sonhos que não mais se podem dizer escondidos, tanto são anunciados no mimetismo da moda, nos tratamentos de saúde e outras manifestações de “juvenismo” ambiente. (MAFFESOLI, 1995, p. 136)

Contudo, a publicidade realiza operações que visam encobrir essa ausência de vida, de uma alma e de uma subjetividade, como forma de assegurar a pertinência de seu argumento. Nesse sentido, os anúncios *perfumam* e maquiam esses corpos sem vida, revestindo-os de uma aparência de vitalidade, através da conformação de uma estética agradável (cores, iluminação, enquadramento) e da construção de slogans que busquem um efeito de aproximação entre essas figurações do corpo e a realidade sensível.

70

Diante desses aspectos, os *spoof ads* atuam no sentido de colocar em evidência a natureza inerte e apática dos corpos com os quais a publicidade nos convoca a uma identificação e a um reconhecimento. Assim, a antipublicidade reenvia um olhar à campanha da CK e, mais especificamente, à representações do corpo ali pontuadas que visam restaurar a vitalidade da qual foram destituídas com aquilo que lhes escapa: uma vivência, uma subjetividade, marcas de experiências que dizem de quem somos, de nossa história; impressões da ação do tempo. Isso se realiza na medida em que a antipublicidade traz para o primeiro plano as fragilidades, a superfície estriada, os limites e as imperfeições constituintes do próprio corpo. Dessa maneira, a antipublicidade convoca o observador a se posicionar criticamente frente às produções publicitárias e, mais especificamente, frente às representações do corpo propostas pela publicidade.

Assim, o que se depreende, num primeiro momento, a partir desse olhar proposto pela Adbusters, é a idéia de uma natureza singular e sem correspondentes na realidade sensível desses corpos que habitam a publicidade. Porém, é exatamente nesse gesto que acreditamos ser possível entrever uma aproximação entre os corpos idealizados da publicidade e determinados valores, práticas, ideais, conhecimentos e moralidades que sejam amplamente compartilhados e, portanto, reconhecíveis por indivíduos pertencentes a uma mesma cultura. Isso porque entendemos que os anúncios, por mais que sejam permeados por aspectos e situações próprios do universo lúdico que só são possíveis num mundo imaginado, necessitam ter como pano de fundo de seus discursos um denominador social e cultural comum que lhes possibilite pro-

duzir sentido dentro de um determinado contexto histórico e social.

Isto se torna mais evidente na medida em que constatamos que a antipublicidade não tensiona propriamente os valores conformados no discurso da publicidade, mas, ao contrário, compartilha desses mesmos valores para questionar determinadas práticas sociais com que esses valores são associados. Desse modo, como dissemos, ao apresentar um corpo de formas arredondadas a anti não objetiva romper com a idéia de culto ao corpo fundada na noção de magreza, e postular, a seu turno, um ideal de beleza baseado num corpo de formas avultadas. O que a *anti* tensiona propriamente é a obsessão com o corpo e não o ideal de corpo belo, que tem como pressuposto a magreza. Trata-se da formatação de um olhar crítico sobre o conjunto de práticas que a publicidade tende a naturalizar em seus discursos, como um “é assim” ou como um “deveria ser assim”. Assim, publicidade e antipublicidade partem de um pano de fundo comum, que pressupõe o corpo magro e de formas definidas como um atributo socialmente desejável.

71

Ao fazer isso, portanto, ambas as práticas comunicativas descritas estabelecem uma articulação tênue com diferentes discursos sociais que lidam com a problemática do corpo e que nos permitem desvendar os modos como ele é socialmente apreendido, experimentado e significado num contexto ocidental. Ora, se atentarmos para as diferentes formas como o corpo é trabalhado em diferentes campos sociais e que se manifestam em práticas cotidianas mais corriqueiras, é possível perceber que, salvo raras exceções, seja no discurso da medicina, na fala de outros profissionais da saúde, nos textos de telenovelas, nas publicidades em geral, no campo da moda, no simples gesto de contar piadas, no argumento da indústria farmacêutica, da indústria fabricante de produtos diet/light ou de aparelhos de ginástica, dentre uma série de outros contextos e circunstâncias, é possível vislumbrar um discurso sobre o corpo que soa em uníssono, tendo como pressuposto, dentre outros aspectos, a importância da saúde revelada no corpo magro e a valorização cada vez maior dos atributos físicos, que são caracterizados por formas magras e bem definidas. Assim, o que se observa pelo olhar da antipublicidade é um diálogo intenso da publicidade e da própria antipublicidade com o mundo social, que se realiza no nível mesmo das representações configuradas em seus discursos.

Além disso, se, por um lado, as representações se caracterizam enquanto uma dimensão que é, ao mesmo tempo, instituída pelo e instituinte do social, por outro lado, na medida em que as representações são estrategicamente apropriadas pela publicidade e pela anti como forma de engajar os sujeitos no interior do discurso, no intuito de que este seja socialmente legitimado, evidencia-se também nesse nível modos de fabricação de liames entre a publicidade e o terreno social. Estes dizem do papel dessas representações midiáticas

não só formas que expressam o social, mas também contribuem fortemente no processo de sua conformação.

### Considerações Finais

Com base nessas análises, acreditamos ser possível traçar algumas conclusões que, ainda que parciais e que careçam de maior aprofundamento e investigação, sinalizam para o fato de que, para além de uma estratégia/ferramenta de marketing, a publicidade se configura de fato como um fenômeno de natureza sócio-cultural. Essa compreensão que nos é revelada pela perspectiva da antipublicidade e justificada no interior dos estudos sobre o conceito de representações sociais, diz, portanto, de uma articulação da publicidade com o mundo social que não se constitui apenas no contexto da recepção das peças publicitárias ou no âmbito da representação de determinados grupos sociais, mas antes disso, se verifica na própria produção discursiva, como condição para que se façam compreensíveis e sejam legitimadas socialmente.

### Referências bibliográficas

72

BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales; memórias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1999.

BARTHES, R. *O óbvio e o obtuso*. RJ: Nova Fronteira, 1990.

BAUER, Martin e GASKELL, George. *Towards a paradigm for research on social representations*. In: *Journal for the Theory of Social Behaviour*. (29:2), 1999.

CADET, André; CATHELAT, Bernard. *La Publicidad: del instrumento económico a la institución social*. Barcelona: Gráficas Saturno, 1971

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis; an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press, 1986.

HALL, Stuart. (Ed.). *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage, 1997.

LE GOFF, Jaques; TROUNG, Nicolas. *Uma história do corpo na Idade Média*. RJ: Civilização Brasileira, 2006.

MAFFESOLI, Michel. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ROCHA, Everardo. *Magia e Capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

VERON, E. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

#### Sites Consultados:

<[www.adbusters.org](http://www.adbusters.org)> Acesso em agosto de 2007.

<[www.dolphin.upenn.edu/~davidtoc/calvin.html](http://www.dolphin.upenn.edu/~davidtoc/calvin.html)> Acesso em agosto de 2007.

## 73

#### Notas

1 Embora o autor não trabalhe explicitamente com o referido conceito, procuramos estabelecer relações entre a sua teoria e as discussões sobre representação, pois Goffman procura evidenciar as tensões e os sentidos que os indivíduos configuram para interpretar uma situação (Cf.1986).

2 Estamos cientes das críticas aos trabalhos de Moscovici sobre o fato de que o conceito de representação social por ele adotado teria um forte veio cognitivo e centrado na dimensão psíquica do indivíduo, muito mais do que uma preocupação que concerne uma abordagem sociológica.

3 Convém observar que Hall não menciona os estudos de Moscovici. Suas abordagens partem das formulações propostas por Durkheim. Alguns autores (Bauer e Gaskell,1999) atribuem esse fator à fraca disseminação das abordagens da teoria das representações no mundo anglo-saxão.

4 Moscovici também chama a atenção para as manifestações visíveis das representações através de sistemas de linguagem – processo que ele nomeia objetificação. Contudo, ele o faz pelo viés da Psicologia Social não desenvolvendo uma abordagem propriamente comunicacional.

# Corpo-arma e corpo-alvo: apontamentos sobre a corporeidade e o Holocausto

**Bibiana Gutierrez Fernandes de Sá**

Doutoranda em Comunicação e Cultura – ECO-UFRJ,  
Mestre em Ciência da Arte – UFF. E-mail: bibianadesa@gmail.com

## Resumo

Este trabalho tem como objetivo apontar para algumas das muitas questões pertinentes ao Corpo envolvidas no Holocausto. Inicialmente será feito um apontamento para o biopoder como forma de regulação predominante a partir do século XIX, que, em sua articulação com as teorias eugênicas, foi o sustentáculo do Holocausto. Em seguida, será demonstrado especificamente como o uso das disciplinas corporais que alienam os sujeitos de seus atos, foi aplicado tanto na formação do soldado nazista quanto na subjugação do prisioneiro judeu. Por último, serão apontadas as diversas técnicas utilizadas nos campos de extermínio com o objetivo de retirar do corpo do soldado o gesto da morte e minimizar o cotidiano genocida a partir da desumanização das vítimas.

**Palavras-Chave:** Corpo, Biopoder, Disciplina, Holocausto.

## Abstract

*This work has as objective appears for some of the pertinent subjects involving the Body in the Holocaust. Initially it will demonstrate how biopower was a form of predominant regulation starting in the XIX century, being the support of the Holocaust, in its articulation with the eugenic theories. Afterwards, it will be specifically demonstrated how the use of corporal disciplines that alienate the subject of their actions was applied so much in the Nazi soldier's formation as in the Jewish prisoner's subjugation. Last, will be pointed several techniques used in the extermination fields with the objective of remove the gesture of the death of the soldier's body and to minimize the daily genocide starting from the victims' dehumanization.*

**Keywords:** Body, Biopower, Discipline, Holocaust.

*“É pelo estudo dos mecanismos que penetram nos corpos, nos gestos, nos comportamentos, que é preciso construir a arqueologia das ciências humanas”*  
*Michel Foucault<sup>1</sup>*

No início de seu relato sobre o julgamento de Adolf Eichmann<sup>2</sup> em Jerusalém, Hannah Arendt<sup>3</sup> menciona a insistência do promotor do caso que, ao interrogar testemunhas sobreviventes dos campos de concentração e extermínio, sempre questionava por que milhares de judeus - entre eles alguns jovens e saudáveis - não se rebelaram a tempo e por que se deixaram matar aos milhares. A autora acrescenta a sua descrição de como os judeus marcharam para a morte com uma *“passividade submissa”*: *“chegando pontualmente nos pontos de transporte, andando sobre os próprios pés para os locais de execução, cavando os próprios túmulos, despindo-se e empilhando caprichosamente as próprias roupas, e deitando-se lado a lado para ser fuzilados”*. Esse comportamento não só dos judeus<sup>4</sup>, mas de todos os grupos humanos que foram perseguidos pelo regime nazista parece ser, até hoje uma das questões mais intrigantes acerca do Holocausto.

75

Durante o julgamento, perguntas tais como: *“por que embarcou no trem?”*, *“havia 15 mil pessoas paradas lá, com centenas de guardas à frente – porque vocês não se revoltaram e partiram para o ataque?”*, foram feitas pela promotora do caso, às quais a autora responde preliminarmente com um relato do sobrevivente do campo de Buchenwald, David Rousset<sup>5</sup>, ao afirmar que o Triunfo da SS foi justamente que a vítima se deixasse levar à morte sem protestar, de uma maneira que *“renuncie e se abandone a ponto de deixar de afirmar sua identidade”*, e que isto seria estratégico porque a organização nazista tinha o conhecimento de que: *“o sistema que consegue destruir suas vitimas antes que elas subam ao cadafalso... é incomparavelmente melhor para manter todo um povo em escravidão, em submissão”* pois: *“Nada é mais terrível do que essa procissão de seres humanos marchando como fantoches para a morte”*.

Este trabalho tem como objetivo apontar para algumas das muitas questões pertinentes ao Corpo envolvidas no Holocausto. O Corpo humano - em seu uso, flagelo, docilização, morte, despojos, treinamento e descolamento do sujeito-, parece ser fonte para algumas respostas, não só para as questões que se referem à subjugação dos judeus, como também para as de mesma ordem que apontam na direção contrária: Por que os soldados da SS não se rebelaram? Por que cumpriram as ordens? Por que torturaram e assassinaram maciça e repetidamente milhares de seres humanos? Por que alemães comuns, pais, filhos, maridos e irmãos, se deixaram utilizar como ferramenta de um sistema que fez milhões de vítimas?

O nazismo engloba as questões do Corpo, do sangue às cinzas, da eugenia ao desprezo. O corpo que justifica – eugenicamente e enquanto raça-; o corpo ao qual se subjuga – transformando homens em animais ou coisas-; o corpo

objeto de experiências e suplícios; o corpo que se dociliza, treina, disciplinariza, desumaniza e aliena. O corpo que aparece pleno, forte, vigoroso e idealizado nas cenas de Riefenstahl<sup>6</sup> é o mesmo corpo que submerge sobrevivente dos campos de extermínio, como descreve Tucherman<sup>7</sup>, como *“restos humanos”, ‘corpos sem carne’, cabeças sem cabelo [...] corpos humilhados, torturados, quase ausentes, humanos para alguém do nosso pior pesadelo”*.

Serão discutidas neste trabalho algumas destas muitas questões pertinentes ao corpo. Inicialmente, será feito um apontamento para o biopoder como forma de regulação predominante a partir do século XIX, que, em sua articulação com as teorias eugênicas, foi o sustentáculo do Holocausto. Em seguida, será demonstrado especificamente como o uso das disciplinas corporais que alienam os sujeitos de seus atos foi aplicado tanto na formação do soldado nazista quanto na subjugação do prisioneiro judeu, pois, como diz Nízia Villaça: *“falar do corpo disciplinado é falar do seu avesso, o corpo disciplinador, sendo que as fronteiras entre os dois tornam-se sempre mais confusas”*<sup>8</sup>. Por último, serão apontadas as diversas técnicas utilizadas nos campos de extermínio, com o objetivo de retirar do corpo do soldado o gesto da morte e minimizar o cotidiano genocida a partir da desumanização das vítimas.

## 76

## 1- Eugenia e Biopoder

*“Poder disciplinar, biopoder: tudo isso percorreu, sustentou a muque a sociedade nazista (assunção do biológico, da procriação, da hereditariedade; assunção também da doença, dos acidentes). Não há sociedade a um só tempo mais disciplinar e mais previdenciária do que a que foi implantada, ou em todo o caso projetada, pelos nazistas.”*  
Michel Foucault<sup>9</sup>

Para começarmos a expor as observações do Holocausto sob o olhar da corporeidade, é necessário apontar para o conceito de biopoder descrito por Michel Foucault em algumas de suas obras<sup>10</sup>. Esta abordagem será fundamental porque, segundo o autor, o que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi justamente a emergência deste poder<sup>11</sup>.

Segundo Foucault, a partir do século XVII desenvolveu-se um poder sobre a vida em duas formas principais. A primeira forma estaria centralizada no corpo como máquina, em seu adestramento e na utilização de suas forças. A segunda forma estaria focada no corpo-espécie, *“transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar”*<sup>12</sup>. No século XIX, este poder teria tomado posse da vida e *“conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico”*, um poder que *“se incumbiu tanto do corpo quanto da vida [...] da vida em geral, com o*

*pólo do corpo e o pólo da população*<sup>13</sup>. Parece indubitável que a ideologia nazista utilizou-se das duas faces do biopoder, tanto na prática quanto na teoria, tanto da formação dos soldados e subjugação dos judeus, quanto na justificativa do anti-semitismo em seu projeto eugênico.

Para colocar em prática este projeto - que começou com um programa de “eutanásia” e prosseguiu com um dos maiores genocídios da história - o regime nazista se utilizou do poder sobre a vida e a morte. Foucault relata que, por muito tempo, este poder esteve nas mãos do soberano. Não apenas o direito de “dispor da vida” de seus súditos para defender a soberania, como também o direito de matar a título de castigo. A partir da Época Clássica, o poder teria deixado de ser um direito de apreensão, de confisco “*das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente da vida*”, para então passar a apresentar-se como “*complemento de um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida*”. O autor afirma que: “*se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça, e dos fenômenos maciços de população*”. A preservação da espécie serviria como álibi e justificativa para massacres populacionais porque: “*São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros*”<sup>14</sup>.

77

A origem das políticas eugênicas raciais estaria no “mito do sangue”. Foucault menciona que há muito os historiadores da nobreza já se utilizavam deste mito, ao alegar que o sangue nobre “*trazia em si qualidades físicas de coragem, de virtude, de energia*”, mas que a modificação fundamental que fomentaria o nascimento de políticas eugênicas foi o “*aparecimento de uma biologia de tipo racista, inteiramente centrada em torno da concepção de degenerescência*”, que se deu exatamente no século XIX. O racismo inicialmente não seria uma teoria política, mas científica<sup>15</sup>. O autor reafirma esta passagem histórica em outra de suas obras<sup>16</sup>, apontando para o surgimento desta biologia de tipo racista como o germe da passagem do anti-semitismo religioso para o racial:

“O velho anti-semitismo do tipo religioso foi reutilizado num racismo de Estado somente no século XIX, a partir do momento em que se constituiu um racismo de Estado, no momento em que o Estado teve que aparecer, de funcionar e de se mostrar como o que assegura a integridade e a pureza da raça, contra a raça ou as raças que o infiltram, que introduzem em seu corpo elementos nocivos e que é preciso, conseqüentemente, expulsar por razões que são de ordem política e biológica ao mesmo tempo”.

Neste ponto, as questões da simbólica do sangue se justaporiam com a analítica da sexualidade, e “*a temática do sangue foi chamada a vivificar e a sustentar, com toda uma profundidade histórica, o tipo de poder político que se exerce através dos dispositivos de sexualidade*”, e então: “*toda uma política do povoamento, da família, do casamento, da educação, da hierarquização social, da propriedade, e de uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo,*

*das condutas, da saúde, da vida quotidiana, receberam então a cor e a justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça*". Foucault prossegue apontando para o nazismo como sendo:

“a combinação mais ingênua e mais ardilosa – ardilosa porque ingênua- dos fantasmas do sangue com os paroxismos de um poder disciplinar. Uma ordenação eugênica da sociedade, com o que ela poderia comportar de extensão e intensificação dos micropoderes, a pretexto de uma estatização ilimitada, era acompanhada pela exaltação onírica de um sangue superior; esta implicava, ao mesmo tempo, o genocídio sistemático dos outros e o risco de expor a si mesmo a um sacrifício total. E a história quis que a política hitleriana do sexo tenha-se tornado uma prática irrisória, enquanto o mito do sangue se transformava no maior massacre que os homens, por enquanto, tenham lembrança.”<sup>17</sup>

O mito do sangue, que se transformou em massacre, era pautado na teoria da “degenerescência”<sup>18</sup>, e foi utilizado para justificar as denominadas “eutanasias” que inauguram a ensandecida política genocida de Hitler. O projeto, que oferecia uma morte indolor, limpa, e “digna” aos doentes que o regime considerava degenerados ou incuráveis, consistia em selecioná-los, isolá-los, impedi-los de contatar e reproduzir e finalmente exterminá-los. Cinquenta mil alemães – sobretudo judeus<sup>19</sup>- foram enquadrados nestas categorias e mortos entre dezembro de 1939 e agosto de 1941 com monóxido de carbono em furgões adaptados ou clínicas que tinham câmaras de gás, no mesmo formato das posteriormente construídas nos campos de extermínio.

É importante apontar que foi com seu projeto eugênico que Hitler conseguiu converter seu poder de morte em poder de vida. Como diz Louis Dumont, em sua obra Individualismo, essa conversão se deu porque, apesar do racismo ser uma ideologia pessimista, toda uma propaganda de que a raça judia seria a personificação do mal foi disseminada e Hitler apontava para uma solução, um aspecto positivo: era possível acabar com o mal<sup>20</sup>. Logo, a política nazista teria se utilizado da lógica eugênica apontada por Foucault de que: *“quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar”*, portanto, *“a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura”*<sup>21</sup>.

Eis o alibi perfeito: Michel Foucault conclui que: *“a função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo”*<sup>22</sup> e não era preciso nem procurar um alvo, porque ele já estava escolhido. Segundo o autor: *“Naquele momento, os judeus pareceram ser- e foram descritos como- a um só tempo, a raça presente em meio de todas as raças e aquela cujo caráter biologicamente perigoso reclama, da parte do Estado, certo número de mecanismos de recusa e exclusão.”*<sup>23</sup>

O poder de vida nazista era exercido também em outra esfera. Além do extermínio dos humanos que poderiam degenerar a espécie, o projeto de Hitler previa a fabricação de seres puro-sangue, pura-raça-ariana. Segundo Lenharo<sup>24</sup>, a partir de 1935 o regime nazista criou as *Lebensborn*, que o autor classifica como sendo um misto de maternidade e haras humano. O objetivo era o de incrementar a expansão da raça ariana “*através do controle biológico da concepção e da procriação, além da subsequente educação das chamadas de ‘crianças SS’*”. As instituições aceitavam crianças oferecidas pelos pais desde que atendessem aos “critérios raciais”, mas, ainda segundo o autor, “*há indícios de que, aos poucos, as maternidades/creches se transformaram em verdadeiros haras humanos: as moças se deixavam engravidar pelos SS e se profissionalizavam como prostitutas-reprodutoras*”.

## 2- Fabricando corpos-arma e corpos-alvo

*“Segunda metade do século XVIII: o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, faz-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos”.*<sup>25</sup>

É também na eugenia e no corpo que começa a vida do soldado SS. Segundo Hannah Arendt: “*A introdução de critérios puramente objetivos no sistema de seleção das tropas SS foi a grande invenção organizacional de Himmler; selecionava os candidatos através de fotografias segundo critérios puramente raciais. A própria natureza decidia não apenas quem seria eliminado, mas também quem seria treinado como carrasco*”<sup>26</sup>

Como a tropa SS deveria ser formada pela elite do exército alemão, e para garantir a pureza de seu cristal de massa<sup>27</sup>, os soldados SS eram escolhidos segundo um método muito simples: o de “selecionar os membros da elite segundo o ‘bom sangue’ e prepará-los para ‘realizar uma impiedosa luta racial’ contra todos os que não pudessem remontar sua origem ‘ariana’ até 1750<sup>28</sup>. Em entrevista à Ilana Goldstein, a pesquisadora brasileira Paula Diehl<sup>29</sup> confirma este critério de seleção e descreve ainda que o candidato a soldado SS: “Costumava passar ainda por uma medição de crânio e a simetria na cabeça e na face eram desejáveis – Chamberlain<sup>30</sup> estabeleceu uma proporção ideal exata entre a testa e o nariz. Quanto à altura, os SS deveriam medir mais de 1,70m”. A autora relata que: “no início o limite mínimo de altura para um SS era de 1,80 m, mas, como não havia candidatos suficientes cumprindo esse pré-requisito, apenas os membros da guarda pessoal de Hitler mediam, obrigatoriamente, mais de 1,78m.”

Uma vez selecionado, o soldado SS seria introduzido no universo disciplinar mais rigoroso da Alemanha. Um sistema que visava à formação de sujeitos perfeitamente obedientes, cegamente treinados, para uma máxima eficiência em contraposição à sua nulidade crítica. Sabe-se que uma filosofia de disciplina esco-

lar militarista já estava em andamento no país desde a educação básica. Lorenzo Luzuriaga em seu livro *História da Educação e da Pedagogia*<sup>31</sup> relata que, logo após sua ascensão ao poder, Hitler imprimiu drásticas mudanças educacionais na Alemanha, as quais todos os professores foram obrigados a aderir, em todos os estabelecimentos de ensino. Ao mesmo tempo, associações extra-escolares como a Juventude Hitlerista foram organizadas e houve a criação de escolas especiais, como as “Escolas Adolf Hitler”, e os “Burgos das Ordens” para a formação de líderes, onde os soldados da SS eram formados e nas quais se impunha um regime de vida ascético, parecido com os das antigas ordens militares. Segundo o autor, as mudanças educacionais instituídas por Hitler tinham como objetivos:

- “1) Formação do homem como soldado-político e sua subordinação ao chefe supremo, O Führer.
- 2) Criação de uma consciência racial-nacional como entidade suprema,
- 3) Desenvolvimento da disciplina e da obediência cega às autoridades políticas,
- 4) Cultivo do endurecimento do corpo por modo semelhante ao treinamento militar,
- 5) subordinação da educação intelectual à política, não admitida a existência de uma ciência independente,
- 6) Supressão da liberdade e da iniciativa individual na educação da vontade,
- 7) Subordinação da educação religiosa à política nacional-socialista”.

80

Este “cultivo do endurecimento do corpo por modo semelhante ao treinamento militar” e uso da Educação Física em um adestramento corporal já estava em vigor na educação alemã desde o início do século XIX. Diversos livros de história da Educação Física remetem a obras como o “*Livro de Ginástica para os Filhos da Pátria*”<sup>32</sup>, que inauguraram uma nova perspectiva sobre a utilização da ginástica na educação escolar e inspiraram autores como Friedrich Ludwig Jahn a desenvolver uma “ginástica militar prussiana”. A partir daí, as escolas e academias militares passaram a utilizar a atividade física na preparação cívica do jovem e do soldado, e o adestramento corporal passou a ser ferramenta e reflexo disciplinar. Cabe aqui a magnífica colocação de Canetti, quando afirma que: “*O momento vital na vida de um soldado é aquele da posição de sentido diante de seu superior. Num estado máximo de tensão e receptividade, ele o tem diante de si, e a fórmula que repete – Às ordens! [Zu Befehl!] – exprime com bastante exatidão aquilo de que se trata aí*”<sup>33</sup> Este é o momento em que o corpo do soldado se apresenta na imobilidade sólida de seu gesto e no qual residem toda a disciplina e obediência adquiridas na caserna.

A respeito da educação juvenil durante o domínio nazista, Primo Levi também afirma que:

“tem-se a impressão de que por toda a Alemanha hitleriana o código e o costume da caserna deviam substituir aqueles tradicionais e ‘burgueses’: a violência insípida do Drill havia começado a invadir desde 1934 o campo da educação e se voltava contra o próprio povo alemão [...] há notícias de marchas extenuantes impostas a rapazes e moças, no quadro dos exercícios pré-militares: até cinquenta quilômetros por dia, com mochilas às

costas, e nenhuma piedade pelos retardatários. Os pais e os médicos que ousavam protestar eram ameaçados com punições políticas”<sup>34</sup>

A descoberta do corpo como objeto e alvo de poder está magistralmente descrita por Foucault, no capítulo *Corpos Dóceis* de sua obra *Vigiar e Punir*, no qual o autor relata o desenvolvimento das disciplinas que passariam a incidir sobre os corpos para o adestramento dos sujeitos. A epígrafe que abre este capítulo é descrição das mudanças acarretadas neste momento histórico, na qual o soldado deixa de ser um indivíduo talhado naturalmente para passar a ser “fabricável” a partir da docilização de seu corpo. Para Foucault: “*é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado*”<sup>25</sup>. A fabricação destes corpos teria objetivos não só de aumentar suas habilidades ou aprofundar sua sujeição, mas de criar uma relação na qual o corpo se tornaria “mais obediente quanto é mais útil”<sup>26</sup>.

Sem dúvida, a docilização dos corpos integrou o Holocausto não só nas técnicas de formação do soldado SS, mas também na subjugação dos prisioneiros. Segundo Primo Levi:

“sob muitos de seus aspectos mais penosos e absurdos, o mundo concentracionário era tão somente uma versão, uma adaptação da prática militar alemã. O exército dos prisioneiros dos Lager devia ser uma cópia inglória do exército propriamente dito: ou melhor, uma sua caricatura [...] A farda obrigatoriamente com cinco botões, a marcha ao som da banda, o rito de arrumar a cama que nos campos ‘era uma operação sagrada, a ser executada segundo regras férreas’<sup>27</sup>.

81

Aparentemente, a série de disciplinas corporais impostas aos soldados e aos prisioneiros tinha como objetivo principal eliminar a possibilidade de refletir, questionar e agir modificando a realidade. Uma das respostas para as perguntas feitas no início deste trabalho está na negação do direito de ser e de pensar que produziu tanto máquinas de matar como fantasmas em vida. Corpos-arma de soldados treinados para obedecer sem questionar exerciam poder sobre corpos-alvo de prisioneiros privados de espaço subjetivo. Os objetivos circunstanciais dos condenados não eram mais do que imediatos, e suas preocupações restringiam-se ao minuto seguinte: a sopa, a dor, o frio, a exaustão. Toda a sua energia estava aplicada e utilizada em como escapar das moléstias, como sobreviver à hora porvir. Também lhes foi retirado o direito de fazer perguntas: um sem-fim de não-respostas, acrescidos de pancadas, condicionaram o seu silêncio.

De fato, não houve porquês para a viagem de trem que fizeram amontoados como carga, e nem mesmo importava o destino, o importante era chegar vivo. Na chegada ao campo, mesmo que pensassem: “*aqui estamos todos, trancados, nus, tosquiados [...] por que, então, nos deixam aqui de pé e não nos dão de beber e ninguém nos explica nada; e estamos sem sapatos, sem roupa, com os pés na água, e faz frio, e há cinco dias que viajamos e nem podemos sentar*”<sup>28</sup>, não ousavam perguntar, pois havia o desconhecimento do instante seguinte e a iminência da morte.

Quando amontoados em barracões, onde se podia ver: *“cento e quarenta e oito beliches de três camas cada um, encaixadinhos um no outro como células de colméia, de modo a aproveitar todo o vão, até o teto”*<sup>39</sup>, e nos quais a realidade era corredores *“tão estreitos, que mal dão para duas pessoas se cruzarem; o espaço disponível tão pequeno, que os moradores de um bloco só cabem nele quando a metade está deitada nos beliches”*<sup>40</sup>, nada disso importava porque, afinal, ainda se estava vivo para dormir, e se o desconforto parecia suportável, a privacidade já era absolutamente supérflua. Não havia mais espaço nem necessidade para pensar, uma vez que: *“Destruindo todo o espaço entre os homens e pressionando-os uns contra os outros, destrói-se até mesmo o potencial produtivo do isolamento”*<sup>41</sup>

Os porquês vão sendo esmagados um a um pela rotina diurna do campo, que consiste em: *“Infundáveis e insensatos são os rituais obrigatórios: cada dia, de manhã, deve-se arrumar a cama, perfeitamente, plana e lisa; passar nos tamanhos barrentos a graxa patente para isso destinada; raspar as roupas das manchas de barro”*, a qual segue-se a noturna e dos finais de semana: *“submeter-se ao controle dos piolhos e ao da lavagem dos pés; aos sábados, fazer-se barbear e raspar o cabelo, cerzir ou fazer-se cerzir os farrapos; aos domingos, submeter-se ao controle geral da sarna e ao dos botões do casaco”*<sup>42</sup>

82

Entre o despertar matinal dos banhos gelados e o ritual noturno de limpar as feridas, espremia-se o trabalho, para o qual também não havia porquês. Na maior parte das vezes, o trabalho nos campos de concentração servia para sustentar a própria estrutura concentracionária - consertar os trilhos dos trens que transportam prisioneiros, construir e reconstruir barracões, muros, depósitos. Algumas vezes a crueldade podia residir exatamente no conhecimento da inutilidade do esforço. Primo Levi aponta para os relatos das mulheres de Ravensbrück que narraram jornadas intermináveis: *“a remover areia das dunas; em círculos, sob o sol de julho, cada deportada devia colocar a areia de seu monte para o monte da vizinha da direita, num círculo sem meta nem fim”*<sup>43</sup>. O trabalho nos campos parece ter tido o objetivo principal de preencher as horas, neutralizando qualquer subjetividade e reduzindo o homem a objeto, *“sendo por si mesmo uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento, agitado, irrefletido, em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade”*<sup>44</sup>.

Primo Levi atesta a eficiência do sistema que transformava homens em peças de engrenagem e os levaria à total separação de sua subjetividade. O autor afirma que, na esmagadora maioria dos casos, o comportamento do prisioneiro foi ferreamente condicionado, e que: *“ao cabo de poucas semanas ou meses, as privações a que foram submetidos os conduziram a uma condição de pura sobrevivência, de luta cotidiana contra a fome, o frio, a fadiga, o espancamento, condição na qual o espaço para as escolhas (especialmente para as escolhas morais) estava reduzido a nada”*<sup>45</sup>.

Esta é também a resposta para o último dos porquês deste capítulo: por que os prisioneiros não se mataram a tempo de interromper o suplício? Os inúmeros suicídios logo após a libertação frente aos raríssimos casos durante a prisão tornam esta questão ainda mais intrigante, e Levi propões três explicações<sup>46</sup>. Primeira: o suicídio é próprio dos homens e não dos animais, é resultado de uma escolha, e o Campo não deixava espaço/tempo para as escolhas, “*vivia-se como animais subjugados*”; segunda: havia mais no que pensar; ocupava-se o pensamento em como suplantar a fome, o frio, as dores, o cansaço, e “*justamente pela iminência da morte, faltava o tempo para concentrar-se na idéia da morte*”; terceira, uma das causas do suicídio seria a culpa, e os suplícios nos campos já eram punição suficiente para quaisquer culpas que se pudesse carregar.

### 3- Morte e Invisibilidade

Além das disciplinas aplicadas ao corpo, outras questões essencialmente corpóreas estão implicadas no Holocausto. Novamente, aqui, trata-se tanto do corpo-arma do soldado quanto ao corpo-alvo do judeu. Duas estratégias monstruosas foram colocadas em prática com o objetivo de minimizar o significado das mortes em série: a primeira delas é o que denominaremos “descorporificação do assassinato”, e a segunda é a “desumanização das vítimas”.

#### 3.1- Sobre a descorporificação do assassinato:

Os campos de concentração estavam inicialmente entregues à S.A. - conhecida por sua barbárie e violência. Nesta ocasião, os prisioneiros eram fuzilados sumariamente já diante das valas que encerrariam seus corpos amontoados. O efeito psicológico nos soldados da brutalidade de seu gesto, conjugada ao sangue e gritos das vítimas, começava a causar preocupação no alto comando nazista<sup>47</sup>, que, ao substituir a antiga S.A por sua elite da SS, buscou modificações que visavam a preservar seus soldados da culpa e manter sua integridade psicológica. Segundo Arendt, no momento em que a SS assumiu o controle dos campos, uma nova filosofia da morte se instalou pela industrialização. “*A antiga bestialidade espontânea cedeu lugar à destruição absolutamente fria e sistemática de corpos humanos, calculada para aniquilar a dignidade humana. Os campos já não eram parques de diversões de animais sob a forma humana, isto é, homens que realmente deveriam estar no hospício ou na prisão; agora eram ‘campos de treinamento’, onde homens perfeitamente normais eram treinados para tornarem-se perfeitos membros da SS*”<sup>48</sup>.

O perfeito membro da SS foi poupado do próprio gesto de violência. Na imensa maioria dos casos, não recebeu o coice dos tiros, sequer empunhou a arma, não viu sangue nem cadáveres. Isso foi conseguido através do método da “invisibilidade das vítimas” apontada por Bauman<sup>49</sup>, obtida através da construção das primeiras câmaras de gás nos campos. Estas câmaras consistiam em uma

adaptação imóvel dos já mencionados furgões utilizados no projeto de “eutanasia”: casas hermeticamente fechadas que possuíam um orifício por onde entrava o monóxido de carbono expelido pelos canos dos caminhões estacionados do lado de fora<sup>50</sup>.

Estas câmaras primárias foram utilizadas por pouco tempo, pois não atendiam a demanda de assassinatos planejados com a entrada em vigor da famigerada “Solução Final”. A partir de então, seria necessário matar de maneira mais eficiente, limpa, em maior escala, e era também desejável que a participação de soldados no processo de “fabricação das mortes” decrescesse proporcionalmente. Foi então que se iniciaram as construções de câmaras de gás mais modernas, como as que foram encontradas em Auschwitz: um arrojado projeto arquitetônico no qual salas imensas abrigariam as “peças” a serem “abatidas”, com orifícios no teto pelos quais seriam despejados cristais do pesticida Zyklon B – outra evolução da química germânica. As mortes passariam a acontecer por intoxicação pelo gás desprendido dos cristais, e as câmaras modernas “reduziram o papel de matador ao de ‘funcionário sanitário’ que devia esvaziar um saco de ‘desinfetantes químicos’ por uma abertura no teto de um prédio cujo interior não o estimulava a visitar”<sup>51</sup>. A partir deste momento, o assassinato estaria completamente descorporeizado no soldado. Sabe-se também que os soldados foram poupados até do trabalho subsequente de recolher e cremar os corpos, que, assim como a exumação dos que restaram ao período de fuzilamentos, foram feitos pelos sonderkommandos - prisioneiros judeus. Segundo Arendt: “O novo sistema mecanizado procurava atenuar o sentimento de responsabilidade na medida do humanamente possível”<sup>52</sup>.

Obviamente, nem todas essas medidas foram suficientes para evitar que os soldados SS adquirissem algo de animalesco e nenhum avanço tecnológico impediu que o sistema nazista fabricasse seus monstros. Das muitas referências encontradas nos livros sobre a crueldade dos soldados SS e os suplícios a que suas vítimas eram submetidas, cabe aqui o depoimento de um guarda da SS dado a David Rousset<sup>53</sup>. “geralmente eu continuo a bater até ejacular. Tenho uma esposa e três filhos em Breslau. Antes eu era perfeitamente normal. Foi isso que eles fizeram de mim.”

### 3.2- Sobre a desumanização das vítimas:

O outro mecanismo utilizado pelo sistema nazista para viabilizar o massacre incidiu nos corpos dos prisioneiros antes da chegada à câmara de gás. O avançado sistema industrial de mortes - que retirou do soldado parte da responsabilidade nos crimes - talvez não tivesse sido suficiente se, de alguma maneira, os agentes SS se identificassem com as vítimas. Era importante desfazer qualquer semelhança que pudesse ligar os corpos-alma aos corpos-alvo em sua humanidade. Como diz Levi: antes de morrer, a vítima deveria ser degradada, “a fim de que o assassino sinta menos o peso de seu crime”<sup>54</sup>, mas, como diz Arendt, o problema

implicado nesta desumanização da vítima estaria em “*fabricar algo que não existe, isto é, um tipo de espécie humana que se assemelhe a outras espécies animais*”<sup>55</sup>.

Para que tudo funcionasse a contento, era imprescindível que o prisioneiro já chegasse ao seu cadafalso destituído de sua humanidade, tanto diante de si quanto de seu carrasco. Descreveremos a seguir como se deu esta “desvairada fabricação em massa de cadáveres” que foi “*precedida pela preparação, histórica e politicamente inteligível, de cadáveres vivos*”<sup>56</sup>.

Hannah Arendt, em seu livro “Origens do Totalitarismo”, descreve os três passos para o domínio completo sobre os indivíduos. O primeiro passo seria matar a Pessoa Jurídica do homem – destruindo seus direitos, excluindo-o da proteção da lei, incluindo-o na categoria de acusado, e imputando-lhe uma nova classificação identitária dentro da lógica persecutória; o segundo passo seria a destruição da Pessoa Moral do homem – corrompendo-o em sua humanidade e solidariedade, retirando de seus gestos o significado social, colocando-o na mais absoluta solidão e retirando-lhe, inclusive, a própria “existência”: “*tornando anônima a própria morte e tornando impossível saber se o prisioneiro está vivo ou morto, roubaram da morte o significado de desfecho de uma vida realizada. Em certo modo roubaram própria morte do indivíduo [...] a morte apenas selava o fato de que ele jamais havia existido*”<sup>57</sup>; o terceiro e definitivo passo seria destruir a Pessoa Humana, a individualidade, a identidade única do homem. É neste ponto que aparece o Corpo. Todos os suplícios que os judeus foram submetidos neste terceiro passo tinham como objetivo “*manipular o corpo humano – com suas infinitas possibilidades de dor*”<sup>58</sup>.

Primeiro retiraram-lhes o direito de ir e vir, em seguida as casas, amontoando-os para viver cercados como animais. A destruição da pessoa humana muitas vezes começara bem antes dos prisioneiros chegarem ao campo: ela começara no Gueto. Estima-se que 445 mil pessoas viveram no gueto de Varsóvia. Destas, 83 mil morreram em menos de 20 meses em decorrência da miséria. Em Lodz eram 200 mil judeus, numa densidade média de 5,8 habitantes por cômodo<sup>59</sup>. A sobrevivência nestes locais já era um jogo de azar, e foi ali que desumanização dos judeus começou seu curso. A vida nestes locais é assim descrita por Marek Edelman<sup>60</sup>,

“As pessoas que nada têm caçam a esquiva ‘felicidade’ que há numa batata mofada encontrada numa lata de lixo ou num pedaço de pão jogado na mão mendicante por um transeunte; elas querem esquecer a fome, pelo menos por um breve momento... mas a fome aumenta dia a dia, trasborda de apartamentos entupidos de gente para as ruas, fere os olhos com as imagens das pessoas monstruosamente esqueléticas, pernas cobertas de pústulas e úlceras enroladas em trapos imundos, com chagas e feridas causadas pelo frio e subnutrição”.

Por fim, seleções arbitrárias determinavam quem sairia do Gueto rumo à esta-

ção. Seguia-se então o suplício do trem: “*vagões de carga, trancados por fora, e, dentro, homens, mulheres e crianças socados sem piedade, como mercadoria barata, a caminho do nada, morro abaixo, para o fundo*”<sup>61</sup> Primo Levi prossegue seu relato: “*sofriamos com a sede e o frio; a cada parada, gritávamos pedindo água, ou ao menos um punhado de neve, mas raramente fomos ouvidos*”[...]“*então alguém acendia a chama mortífera de uma vela, revelando no chão um escuro ferver, uma massa humana confusa e contínua, entorpecida e sofrendo, erguendo-se aqui e acolá em convulsões repentinas, logo sufocadas pelo cansaço*”<sup>62</sup>. Ainda ali, outra drástica mudança: “*evacuar em público era angustiante ou impossível: um trauma para o qual nossa civilização não nos prepara, uma ferida profunda infligida à dignidade humana, um atentado obscuro e cheio de presságios*”<sup>63</sup>.

Na chegada ao campo, nova seleção, e aos sobreviventes sucede outro choque, no ritual de iniciação do desnudamento, banho e tosquiamento que ao fim revelava aos prisioneiros a nova verdade: “*Pela primeira vez, então, nos damos conta de que a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem. Num instante, por intuição quase profética, a realidade nos foi revelada: chegamos ao fundo. Mais para baixo não é possível. Condição humana mais miserável não existe, não dá para imaginar*”<sup>64</sup>. O ritual de iniciação terminaria com a marca: “*Meu nome é 174.517; fomos batizados, levaremos até a morte essa marca tatuada no braço esquerdo [...]*”, “*Ao que parece, esta é a verdadeira iniciação: só ‘mostrando o número’ recebe-se o pão e a sopa. Necessitamos de vários dias e de muitos socos e bofetadas, até criarmos o hábito de mostrar prontamente o número, de modo a não atrapalhar as cotidianas operações de distribuição de víveres.*”<sup>65</sup> Segundo Levi: “*a operação era pouco dolorosa e não durava mais que um minuto, mas era traumática. Seu significado simbólico estava claro, para todos: este é um sinal indelével, daqui não sairão mais; esta é a marca que se imprime nos escravos e nos animais destinados ao matadouro, e vocês se tornaram isso*”<sup>66</sup>. Além disso, a marca na carne ainda tinha outro significado cultural violento: a tatuagem é proibida pela lei mosaica.

Nos dias subseqüentes, o prisioneiro teria de se acostumar com diversos “desnudamentos vexatórios”, para os controles sanitários ou para a seleção de trabalho e extermínio. Levi novamente aponta para a perda de referencial humano, dizendo que “*um homem nu e descalço sente os nervos e os tendões truncados: é uma presa inerte. As roupas, mesmo aquelas imundas que eram distribuídas, mesmo os sapatos ordinários com sola de madeira, são uma defesa tênue, mas indispensável. Quem não as tem não se percebe a si mesmo como um ser humano, e sim como um verme: nu, lento, ignóbil, vergado ao chão. Sabe que poderá ser esmagado a todo momento*”<sup>67</sup>.

Das necessidades básicas dos seres humanos, nenhuma era atendida, e a saúde também começava a perder para a morte: “*Quinze dias depois da chegada, já tenho a fome regulamentar, essa fome crônica que os homens livres desconhecem;*

*que nos faz sonhar, à noite; que fica dentro de cada fragmento dos nossos corpos [...] Já apareceram, no peito de meus pés, as torpes chagas que nunca irão sarar. Empurro vagões, trabalho com a pá, desfaleço na chuva, tremo no vento; mesmo meu corpo já não é meu; meu ventre está inchado, meus membros ressequidos, meu rosto úmido de manhã e chupado à noite; alguns de nós tem a pele amarelada, outros cinzenta; quando não nos vemos durante três ou quatro dias, custamos a reconhecer-nos”<sup>68</sup>.*

*“Aprendemos o valor dos alimentos: nós também, agora, raspamos o fundo da gamela, e a seguramos debaixo do queixo quando comemos pão, para não desperdiçar migalhas. Nós também, agora, sabemos que não é a mesma coisa receber uma concha de sopa retirada da superfície, ou do fundo do panelão”<sup>69</sup>.* Também não eram fornecidas as tão civilizadas colheres, e inicialmente, antes de se obter uma no câmbio negro dos campos, o alimento diário - a sopa - devia ser sorvido “como fazem os cães”<sup>70</sup>. Convivia-se também com a sede, que seria “*mais imperiosa que a fome; a fome obedece aos nervos, concede adiamento, pode ser temporariamente coberta por uma emoção, uma dor, um medo... mas não a sede, que não dá trégua. A fome extenua, a sede enfurece*”<sup>71</sup>. Os ciclos humanos tampouco existiam. Além da desnutrição que acarreta a amenorréia, as mulheres ao chegarem ao campo recebiam um remédio conhecido como “Brom”, que era colocado na comida e impedia a menstruação dali em diante<sup>72</sup>.

Enfim, ao chegar à porta da câmara, no momento de seu “abate”, nem os prisioneiros viam mais em si traços de humanidade, nem os carrascos podiam vislumbrar naqueles trapos humanos algo de semelhante. Podemos dizer ainda que as crueldades prosseguiram do Soma ao Ptoma<sup>73</sup>, e mesmo após a morte os corpos subjugados continuaram alvo das inomináveis atrocidades cometidas pelos nazistas, pois também para a destruição dos restos mortais foi elaborado um plano progressivo: “A primeira solução, tão macabra que é difícil de falar dela, foi a de empilhar simplesmente os corpos, centenas de milhares de corpos, em grandes fossas comuns”<sup>74</sup>. Levi prossegue contando que os cabelos cortados das mulheres judias eram encaminhados para fabricantes alemães que se utilizavam destes na confecção de aniagem e outros tecidos. As cinzas humanas, ainda contendo dentes e vértebras, foram utilizadas no aterro de pântanos, no isolamento térmico de construções, como fertilizante, como saibro. Enfim, “*os despojos humanos após a morte; àqueles despojos que toda a civilização, a partir da mais longínqua pré-história, respeitou, honrou e às vezes temeu. O tratamento a que eram submetidos nos Lager queria expressar que não se tratava de restos humanos, mas de matéria bruta, indiferente*”<sup>75</sup>.

#### 4- Apontamentos para outras abordagens

Do ponto no qual este trabalho se encerra pode-se vislumbrar um infinito universo de possibilidades para abordar a corporeidade no Holocausto. Não mencionamos aqui as abomináveis experiências “médicas” as quais os prisioneiros

ros dos campos de concentração foram submetidos. Não mencionamos Josef Mengele e seu cientificismo sádico de submergir humanos vivos em tanques de água gelada e depois em câmaras de descompressão, para estabelecer em que altitude o sangue humano fervia, nem nos órgãos humanos que colecionava, nem os gêmeos idênticos que assassinou de maneiras distintas para autopsiar simultaneamente, nem os úteros petrificados e membros amputados. Não mencionamos que a medicina de Estado nasceu na Alemanha<sup>76</sup>, nem os cursos de “medicina nazista”<sup>77</sup> que entraram em vigor no país durante o domínio do Terceiro Reich. Não foi abordado o uso do corpo na propaganda nazista, nem as heranças físicas do Holocausto nos sobreviventes, nem a prostituição compulsória nos campos, nem muitos outros detalhes dos suplícios impostos, as epidemias ou a tragicidade poética da colocação de Levi de que “a morte começa pelos sapatos”. Conclui-se que cada episódio da história da humanidade poderia ser descrito através da corporeidade, por muitos vieses. Repetindo a epígrafe de abertura deste trabalho: “É pelo estudo dos mecanismos que penetram nos corpos, nos gestos, nos comportamentos, que é preciso construir a arqueologia das ciências humanas<sup>78</sup>”, porque a história, a política, os mecanismos sociais operam originária e essencialmente no Corpo dos homens. Eis a verdade, cuja visão foi obstruída durante séculos: “quando dizem que as ações humanas dependem da vontade, dizem meras palavras das quais não têm nenhuma idéia. Efetivamente, todos ignoram o que seja vontade e como é que ela move o corpo”<sup>79</sup>.

### Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo – anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.
- CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- ESPINOSA, Baruch. *Coleção Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder* – Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade I*. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LENHARO, Alcir. *Nazismo “O triunfo da Vontade”*. São Paulo: Ática, 2003.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1998.  
 \_\_\_\_\_ *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LEVY, Sofia Débora. *Oito relatos Sobre Viver antes, durante e depois do Holocausto por homens e mulheres acolhidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

LUZURIAGA, Lorenzo. *História da educação e da pedagogia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

TUCHERMAN, Ieda. *Breve história do corpo e de seus monstros*. Lisboa: Vega, 1999.

VILLAÇA Nízia e GÓES, Fred. *Em nome do corpo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

### Filmografia

Arquitetura da Destruição (Suécia, 1989/92). Direção: Peter Cohen

O Triunfo da Vontade. (Alemanha, 1934/35) Direção: Leni Riefenstahl

Olympia. (Alemanha, 1938) Direção: Leni Riefenstahl

Auschwitz – a fábrica de morte do império nazista volumes I e II. (Produção original: BBC, 2005. Distribuído no Brasil pela Editora Abril, 2007).

### Notas

1 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder* – Rio de Janeiro: Graal, 1984. (p.150)

2 Adolf Eichmann, membro do alto escalão burocrático da SS, considerado um dos “arquitetos da Solução Final”, capturado em Buenos Aires em maio de 1960 e levado a julgamento em Israel em 1961.

3 ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (p.22)

4 Em razão de objetivarmos apontar questões pertinentes ao anti-semitismo, focaremos o estudo no tratamento destinado a estes durante o regime nazista.

5 ROUSSET, David. *Les Jour de notre mort*. Paris, 1947 (in ARENDT, op.cit., p. 22)

6 Leni Riefenstahl – cineasta alemã. Diretora dos filmes de propaganda do Terceiro Reich: *Olympia* e *O Triunfo da Vontade*

7 TUCHERMAN, Ieda. *Breve história do corpo e de seus monstros*. Lisboa: Vega, 1999. (p. 102)

8 VILLAÇA, Nízia e GÓES, Fred. *Em nome do corpo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. (p.48)

9 FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (p.309)

10 Utilizaremos principalmente observações feitas nos livros *Historia da Sexualidade (volume I)*, *Em Defesa da Sociedade* e *Microfísica do Poder*.

11 FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (p.304)

- 12 FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. (p.131)
- 13 FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (p.302)
- 14 FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. (pags.128-130)
- 15 FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder – Rio de Janeiro: Graal, 1984. (p.271)
- 16 FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005 (p.101)
- 17 FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. (p.140)
- 18 Teoria elaborada na França entre 1850 e 1900 pelos alienistas, fundamentada no princípio da hereditariedade das anormalidades e da loucura
- 19 Segundo levantamento feito pelo diretor Peter Cohen para seu documentário “Arquitetura da Destruição”, médicos nazistas eram os responsáveis por determinar quais pacientes seriam submetidos à denominada “Eutanásia” e os doentes judeus foram altamente “privilegiados” neste projeto, sendo sempre indicados para a morte.
- 20 DUMOND, Louis. Individualismo. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. (p. 155)
- 21 FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (p.305)
- 22 Idem p.305 e 306
- 23 Idem p.101
- 24 LENHARO, Alcir. Nazismo “O triunfo da Vontade”. São Paulo: Ática, 2003. (p.70)
- 25 FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999 (p. 117)
- 26 ARENDT, Hannah Origens do Totalitarismo – anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (p.520)
- 27 Termo utilizado por Elias Canetti: “Designo cristais de massa grupos pequenos e rígidos de homens, muito bem delimitados e de grande durabilidade, os quais servem para desencadear as massas” - CANETTI, Elias. Massa e Poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, (p. 72)
- 28 Esta descrição está contida no livro de Himmler: Nazi Conspiracy, citada por Hannah Arendt em Origens do Totalitarismo p. 435
- 29 Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Encenações do Corpo (Körper-Inzenierungen), da Universidade Livre de Berlim. Entrevista disponível em: <http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/1918,1.shl>
- 30 H.S Chamberlain – teórico inglês que influenciou as teorias do racismo nazista. Discípulo de Gobineau, pai da escola antropológica que utilizava a frenologia – “ciência” que associa o comportamento do homem com as medidas externas de seu crânio. Chamberlain era genro de Richard Wagner, ídolo de Hitler
- 31 LUZURIAGA, Lorenzo. História da Educação e da Pedagogia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985. (p.212)
- 32 LUZURIAGA, Lorenzo. História da educação e da pedagogia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985. (p.212)
- 33 Livro de autoria de Guths Muths- pedagogo alemão, criador da ginástica pedagógica moderna, editado em 1817
- 34 CANETTI, Elias. Massa e Poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. (p. 312)
- 35 LEVI, Primo. Os afogados e os sobreviventes. São Paulo: Paz e Terra, 2004. (p.102)
- 36 FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999 (p. 118) FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1987. (p.118)
- 37 Idem p. 119
- 38 LEVI, Primo. Afogados e Sobreviventes. (p. 101) - normas sobre a arrumação da cama eram levadas ao extremo, quem não as cumprisse era punido pública e severamente e havia dois funcionários encarregados denominados “bettnachzieher” (controladores de cama) que se encarregavam de conferir sua arrumação ao final.
- 39 LEVI, Primo. É isto um homem? Rio de Janeiro: Rocco, 1998. (p.22)
- 40 Idem p. 30
- 41 Idem p. 31
- 42 ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo – anti-semitismo, imperialismo, totalita-

- risimo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (p.530)
- 43 LEVI, Primo. É isto um homem? Rio de Janeiro: Rocco, 1998. (p.32)
- 44 LEVI, Primo. Os afogados e os sobreviventes. São Paulo: Paz e Terra, 2004. (p.104)
- 45 FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999 (p. 204) FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1987. (p.204)
- 46 LEVI, Primo. Os afogados e os sobreviventes. São Paulo: Paz e Terra, 2004. (p.42)
- 47 LEVI, Primo. Os afogados e os sobreviventes. São Paulo: Paz e Terra, 2004. (p.66)
- 48 “Aos Einsatzkommandos, que nas retaguardas da frente russa metralhavam os civis à beira das valas comuns que as próprias vítimas eram obrigadas a cavar, era distribuído álcool à vontade, de modo que o massacre fosse encoberto pela embriaguez” (idem p. 26)
- 49 ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo – anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (p.505)
- 50 BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998. (p.46)
- 51 A evolução dos projetos das câmaras de gás é descrita no documentário “Auschwitz” – a fábrica de morte do império nazista, produzido pela BBC e citado na filmografia deste trabalho.
- 52 BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998. (p.46)
- 53 ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo – anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (Notas p. 505)
- 54 Idem (Notas p. 505)
- 55 LEVI, Primo. Os afogados e os sobreviventes. São Paulo: Paz e Terra, 2004. (p.108)
- 56 ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo – anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (p.488)
- 57 Idem p. 498
- 58 ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo – anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (p. 503)
- 59 Idem p. 504
- 60 Fonte: <http://www.morasha.com.br>
- 61 Sobrevivente e um dos líderes da revolta do gueto de Varsóvia a (in BAUMAN p. 171)
- 62 LEVI, Primo. É isto um homem? Rio de Janeiro: Rocco, 1998. (P.15)
- Idem p. 16
- 63 LEVI, Primo. Os afogados e os sobreviventes. São Paulo: Paz e Terra, 2004. (p.96). Na mesma obra o autor diria sobre o ato de evacuar em público que: “em poucas semanas o mal-estar se atenuava até desaparecer: sobrevinha (não para todos!) o costume, o que é um modo caridoso de dizer que a transformação de seres humanos em animais já estava a meio caminho” (p. 97)
- 64 LEVI, Primo. É isto um homem? Rio de Janeiro: Rocco, 1998. (P.24)
- 65 Idem p. 26
- 66 LEVI, Primo. Os afogados e os sobreviventes. São Paulo: Paz e Terra, 2004. (p.103).
- 67 LEVI, Primo. Os afogados e os sobreviventes. São Paulo: Paz e Terra, 2004. (p.98).
- 68 LEVI, Primo. É isto um homem? Rio de Janeiro: Rocco, 1998. (p.35)
- 69 Idem p. 31
- 70 LEVI, Primo. Os afogados e os sobreviventes. São Paulo: Paz e Terra, 2004. (p.98).
- 71 Idem p. 69
- 72 Segundo a sobrevivente Maria Yefremov, em entrevista à pesquisadora Sofia LEVY, publicada no livro Sobre Viver
- 73 Termos gregos que designam o corpo respectivamente vivo e morto.
- 74 LEVI, Primo. Os afogados e os sobreviventes. São Paulo: Paz e Terra, 2004. (p.11)
- 75 Idem p. 107
- 76 Referência em FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder – Rio de Janeiro: Graal, 1984. (p.80)
- 77 Referência no filme Arquitetura da Destruição
- 78 FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder – Rio de Janeiro: Graal, 1984. (p.150)
- 79 ESPINOSA, Baruch. Coleção Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (p.254)

# Sociabilidade e colaboração em um coletivo artístico: estudo de caso do projeto “Queer Fiction”<sup>1</sup>

**Alex Cabistani**

Mestrando em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Comunicação com ênfase em Comunicação Midiática pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: alex@cabistani.net

## Resumo

O artigo apresenta uma análise das estratégias de comunicação utilizadas pelos integrantes do projeto “Queer Fiction”, coletivo artístico localizado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, dedicado à produção fotográfica, performática e em vídeo, tendo por tema o erotismo, o fetichismo e o sadomasoquismo. Através da comunicação mediada por computador, o grupo planeja suas performances em espaços específicos das cidades, quando expõe também sua produção audiovisual. Recorrendo às noções de coletivismo e colaboração artística de ROSAS (2003, 2005), analisamos os discursos textuais e visuais de transgressão apresentados pelo grupo, cuja postura estética e política, numa perspectiva foucaultiana, inscreve-se numa estratégia de poder que faz “falar o sexo” através do questionamento dos cânones artísticos e sexuais.

**Palavras-chave:** arte; erotismo; cibercultura.

## Abstract

*The article presents an analysis of the communication strategies used by the members of “Queer Fiction” project, artistic collective located in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, dedicated to the photographic production, performances and videos, with themes as the eroticism, the fetishism and the SM practices. Through the computer mediated communication, the group traces their performances in specific spaces of the cities, when it also exposes its audiovisual production. Falling back upon the notions of collectivism and artistic collaboration of ROSAS (2003, 2005), we analyzed the textual and visual speeches of transgression presented by the group, whose aesthetic and political posture, in a foucaultian perspective, enrolls a strategy of power that makes to “speak the sex” through the questioning of both artistic and sexual canons.*

*Keywords: art; eroticism; cyberculture.*

## Introdução

*Toda pessoa, ao menos nos sonhos, habitou o mundo da imaginação pornográfica por algumas horas, ou dias, ou mesmo por períodos ainda mais longos de sua vida; porém somente os habitantes permanentes fabricam os fetiches, os troféus, a arte.*  
Susan Sontag in “A imaginação pornográfica”

93

O notável impacto que as chamadas novas tecnologias da comunicação e da informação vêm exercendo sobre diversos setores da vida em uma crescente minoria da população global, reconfigurando sociabilidades, memórias, universos simbólicos e modos de se viver o público e o privado, é observável também na esfera da produção e do consumo artísticos. Entre rupturas e continuidades, retomadas e inventividades, as neotecnologias surgem como possível caminho à difusão das obras, proporcionando novos suportes à arte e hibridizações de linguagens, potencializando o contato dos artistas entre si e destes com seus públicos, em uma escala e velocidade nunca vistas na história. Para ROSAS (2003), “o que diferencia a atual voga de manifestações coletivas no Brasil são o caráter político de boa parte delas, assim como o uso que muitas fazem da internet, seja via listas de discussão, websites, fotologs e blogs ou simplesmente comunicação e ações planejadas por e-mail”.

De forma similar, as diferentes sociabilidades que florescem nos novos meios vêm dando visibilidade às questões das chamadas minorias, subculturas, culturas subalternas ou periféricas, vivências alternativas aos modelos hegemônicos. Insere-se neste caldo a diversidade sexual e a expressão de desejos, sexualidades e afetos em dissonância com o poder dominante. Na pluralidade das formas, seja pelo prisma de militância, do ativismo, da organização coletiva ou de um uso narcíseo, atomizado, individualista, performático, simulacral ou hedonista das mídiatizações, é visível que as tecnointerações estão tirando da sombra as sexualidades heterodoxas ao poder androcêntrico heterossexual. Na intersecção entre imagens, textos e sons nos interstícios do poder, vigora um novo estatuto daqueles que não tinham (e talvez ainda não tenham) o reconhecimento de seu direito civil e humano de expressão/visibilidade do desejo à luz do dia na ágora concreta de carne e pedra. Dessa confluência entre cibercultura, erotismo e arte surgiu a idéia para o presente artigo.

Com o objetivo de compreender algumas questões sobre a criação artística coletiva, bem como sobre a sociabilidade envolvida nesse processo, buscou-se analisar os espaços e as estratégias de comunicação usados pelos integrantes do projeto “Queer Fiction”, coletivo artístico localizado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, dedicado à produção fotográfica, performática e em vídeo. Baseando-se na produção textual e visual veiculada pelo grupo na Internet, pretende-se articular uma visão teórico-prática sobre coletivismo e colaboração artística

(ROSAS), juntamente com aspectos da bioeconomia das redes (MUSSO) e da inscrição dos corpos e identidades em estratégias de poder (FOUCAULT). Iniciamos com uma análise do espaço comunicacional centralizador da proposta do grupo.

#### O site [www.queerfiction.net](http://www.queerfiction.net)

Servindo como espécie de manifesto do grupo, o texto de abertura do site traz algumas chaves de leitura àqueles que pretendem apreciar a produção do coletivo: “Queer Fiction propõe redescobrir o significado transgressor da experiência erótica através da atitude estética, buscando a anulação das categorias do correto e do proibido, do belo e do sujo, a partir do questionamento dos papéis e afirmação da diversidade de corpos e desejos” (QUEER FICTION, cf. bibl.). A noção de *queer*, presente no nome do projeto, extrapola a referência homossexual que o termo tradicionalmente carrega, buscando abarcar todos os comportamentos sexuais considerados socialmente insólitos. Conforme explica o *mentor* Ferdinand Bardamu, no fórum de discussão da comunidade que o grupo criou no site de relacionamentos Orkut<sup>2</sup>, o *queer*,

em termos gerais, seria aquele que é estereotipado como bizarro, mas que não se preocupa com o problema da aceitação de uma maioria que se julga «politicamente correta» - ele não deseja ser integrado. (...) Procuramos dar visibilidade a todas as formas alternativas de expressão do desejo que geralmente são alvos de intolerância pela sociedade. Portanto, queer pressupõe mais que uma atitude estética, mas também um posicionamento ideológico crítico.

Tal postura político-estética pode ser contemplada nas 29 fotos do site (a maioria em preto-e-branco), que solicitam do espectador a revisão de conceitos estabelecidos como “correto, proibido, belo, sujo”. A questão do poder envolvido no jogo dos papéis sexuais é problematizada na seqüência de três fotos em que um homem de máscara algemado é dominado por uma mulher de botas pretas cano alto e é *instado* a lamber a ponta da bota e do chicote (ilustração I). Outro trio de fotos traz uma mulher deitada *vestindo* máscara e um “consolo” (*dildo*) adaptado por tiras a sua cintura. A prótese peniana *em riste* ganha cor vermelha numa das fotos, ocasião aproveitada para um *close* nos lábios vaginais da modelo (il. II).

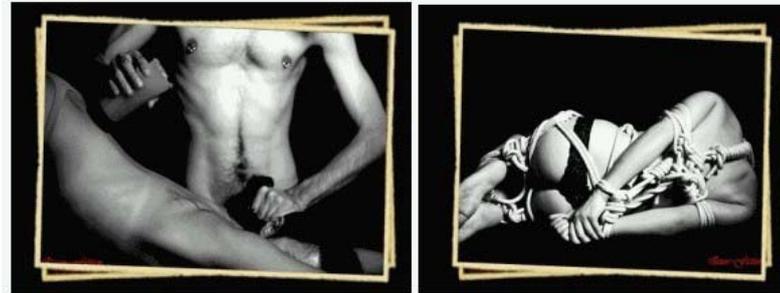
Ilustrações I e II – fotos do site [www.queerfiction.net](http://www.queerfiction.net) (sem títulos)



A temática da violência é resgatada nas duas fotos em que um homem, segurando uma mulher pelos cabelos (como que a afastá-los, mas sugerindo também dominação), derrama a cera quente de uma vela por sobre as costas dela (il. III), ou nas fotos em que a modelo aparece amarrada por cordas, correntes ou fivelas (*bondage*), evidenciando detalhes fetichistas como sapatos femininos, *lingerie*, meias arrastão ou unhas femininas longas (il. IV). Diz o texto *about us* do site:

A experiência erótica guarda uma violência criativa, única capaz de nos arrebatara para fora do cotidiano mortificante e fundar nossa singularidade existencial. Por isso, é necessário assumir um novo compromisso de representação estética do erótico, através do questionamento das possibilidades do desejo, tomando a via do resgate da violência constitutiva da experiência erótica. (QUEER FICTION)

Ilustrações III e IV – fotos do site [www.queerfiction.net](http://www.queerfiction.net) (sem títulos)



95

A relativização do que seja a violência em uma experiência erótica (já que nestes casos supostamente houve consentimento entre as partes sobre os códigos e limites das práticas), não parece minorar a aflição que o espectador não acostumado com práticas sadomasoquistas pode sentir frente a algumas cenas, como a do modelo masculino com agulhas hipodérmicas fincadas superficialmente sobre a pele do tórax, ou a da modelo (com auréola de plumas na cabeça e meias arrastão) que colhe com a língua a cera que cai de uma vela (il. V).

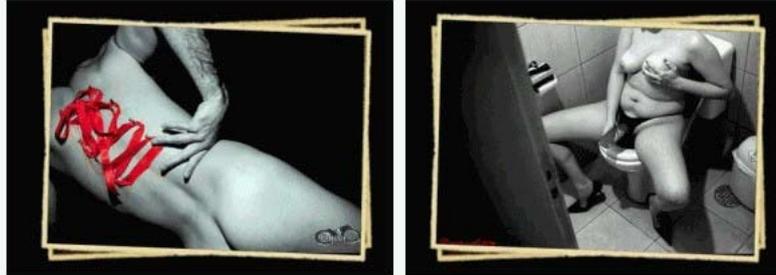
Ilustrações V e VI – fotos do site [www.queerfiction.net](http://www.queerfiction.net) (sem títulos)



O questionamento dos limites e interseções entre prazer e dor se materializa nas fotos sobre corset (il. VI e VII), um tipo de espartilho de fitas preso na pele das costas por agulhas hipodérmicas, confeccionado numa mulher (única foto totalmente colorida do site) e num homem (tendo a foto em preto-e-branco, e só o artefato colorido em vermelho). Outras fotos retomam

os jogos sexuais entre ativo e passivo, dominador e dominado, homem e mulher, falo e falta, como a da modelo que masturba com os pés um homem algemado, ou a em que uma modelo de máscara, corpete e botas segura seu escravo pela corrente, o qual pratica ou simula praticar sexo oral nela.

Ilustrações VII e VIII – fotos do site [www.queerfiction.net](http://www.queerfiction.net) (sem títulos)



Na maior parte das imagens, apela-se para o uso de máscaras ou para o recurso de “cortar” a cabeça dos modelos fora do enquadramento, como nas da mulher no vaso sanitário com um *dildo* preso à cintura, simulando a masturbação masculina (il. VIII). Na ausência total ou parcial de rostos, o grupo acaba por construir uma *identidade anônima coletiva* que convida o espectador a refletir sobre sua própria condição de sujeito sexual.

96

Sem ciberdeslumbres tecnocêntricos, mas estendendo às malhas da rede e da cidade um desejo que transborda os limiares do orgânico, o grupo tece um corpo que se afirma ao ser questionado, se liberta ao ser imobilizado, se impõe ao ser humilhado, permanece ao ser transformado. De seu lugar de fala é possível vislumbrar uma inquietude *fáustica* por transcender as imposições biológicas e histórico-culturais sobre o corpo e seus usos, a qual se expressa pelas modificações corporais, pelas próteses fetichistas e pelas técnicas de sadomasoquismo, artifícios que *desnaturalizam* o corpo e o põem para circular sob a forma de arte. Assim, a sua condição de “corpo contemporâneo que não consegue fugir das tiranias (e das delícias) do *upgrade*” (SIBILIA, 2003: 13) busca, através da tecnologia, a superação da finitude e das limitações espaciais, instaurando-se como processo e produto de uma vivência contestadora.

Além do recurso do site como forma de divulgação do material fotográfico, o grupo faz uso de uma comunidade no Orkut para articular suas ações de produção (como decidir sobre quem será fotógrafo ou modelo e detalhes sobre local e figurino). Tal dinâmica social é assunto do tópico a seguir.

### Queer Fiction no Orkut

A comunidade do projeto na rede social digital orkutiana conta com 130 membros e foi fundada em 12 de outubro de 2006, visando a “reunir os participantes, admiradores e todos aqueles que fazem da arte da transgressão um

esporte de combate”. O tópico “objetivos” explica que, além de reunir os amigos e simpatizantes do coletivo, o espaço pretende estimular novas parcerias, bem como articular trabalhos futuros e novos experimentos em fotografia e vídeo contendo o tema do erótico e do pornográfico.

Ao contrário do que talvez se pudesse imaginar, a interação entre os membros se dá de forma amistosa, longe da pré-noção de violência que ronda o universo sadomasoquista e fetichista. Como em outras comunidades do Orkut, os integrantes assinalam os aniversários de seus amigos, às vezes deixando transparecer os papéis de dominação-submissão que os unem:

L., vc merece demais nosso abraço, sempre super gentil e carinhosa com todos (até mesmo com ursos insignificantes como eu), o que nos deixa emocionados e felizes!

Em um post do fórum, um integrante abre a discussão sobre espaços (virtuais ou não) de consumo de artigos fetichistas ou sadomasoquistas: “Caro F: Por acaso sabes de uma Sex Shop aí em POA que venda capuzes masculinos em couro?”. Ao ser atendido, responde:

Gostei muito das informações, não conhecia a ‘F.S.’. Há realmente poucas opções de lojas com artigos sadomasoquistas. Aqui em Brasília visitei algumas, mas os produtos eram de baixa qualidade, mais adequados para ‘brincadeiras’ do que para a realização de uma cena. Valeu!

97

A temática se amplia com a publicação do endereço de mais de quinze lojas em Porto Alegre dedicadas ao comércio de fantasias eróticas ou de carnaval, lingerie, filmes, acessórios BDSM (bondage e sadomasoquismo), produtos de sex shop e sapatos. O tópico mais concorrido no fórum, entretanto, é “Idéias de futuros ensaios”, no qual os participantes do projeto extravasam através de sugestões as suas fantasias sexuais e estéticas, numa competição de enunciados pelo grotesco mais original:

Mishima e uma punheta ao santo: O escritor japonês Yukio Mishima descreve, em sua obra «Confissões de uma máscara», uma cena em que ele se masturba observando a imagem de São Sebastião (o jovem soldado romano amarrado numa árvore com o corpo ferido por flechas). Fico tentando reproduzir essa cena mentalmente - um jovem corpo masculino extasiado, masturbando-se diante de uma imagem de São Sebastião. Podíamos prestar uma homenagem ao escritor Mishima...

Uma idéia que eu tive: O cenário é o típico quarto de menina, com o rosa predominando, cheio daqueles ursinhos, bibelôs, Hello Kitty e outras coisinhas mimosas. As personagens são garotas de camisolas brancas ou rosas, aqueles chinelinhos felpudos (tipo o do último ensaio) ou pantufas (ou mesmo havaianas), meias de florzinhas, todo aquele visual tão fofo quanto o quarto, bem «patricinha» mesmo. Em algum canto do quarto, debaixo da cama ou mesmo dentro de um armário, um homem acorrentado/amarrado em posição incômoda, maltratado, suplicante, de péssimo aspecto. E as meninas brincam e fofocam, alegremente, indiferentes ao sofrimento do homem, prostrado lá como uma

caça, um animal.

Outra idéia: Homens sendo utilizados como móveis e utensílios (mesinhas, cadeira, tapete, etc). Uma mulher conduzindo um homem pela coleira, como cachorro. Sei que essa temática já é batida, mas ainda assim dá pra inovar. Pensei numa imagem dela metendo o rosto dele dentro do pote de ração ou água, ou surrando-o. E usando o chinelinho branco felpudo (mas isso já é coisa minha rsrs).

Outra coisa que, eu acho, seria importante explorar: diversas formas de humilhação masculina, entre elas o cuspe. Sim, cuspe. Eu e S., fervorosos adeptos, já conversamos muito sobre esse pitoresco fetiche, e consideramos uma forma de humilhação que pode ser magnificamente explorada na fotografia. Exploro esse tema, atualmente, na forma de contos.

Uma defuntinha sensual: Ainda não explorada a idéia de necrofilia. Uma mortinha de rosto branco azulado deitada sobre uma mesa de metal fria. Algumas flores de plástico pra fazer uma bela coroa de defunto... e um safado tirando uma casquinha da pobre moça !! hahaha Seria bem divertido e bonito !

98

Outra idéia: Hoje, brincando com a minha barba, a S. se perguntou «O que será que Papai Noel faz com as crianças malvadas?» e começou a desenhar todo um cenário de BDSM natalino ... ficamos pensando, bem, ele precisa de um chicote pra tocar as renas mesmo, podia usá-lo nas crianças más. Não sei vocês, eu fiquei rindo às ganhas com a idéia, resolvi propor.

Também já imaginei um ensaio temático desse tipo, mas, no meu caso, eram «Mamães Noéis» mesmo... botas pretas até o joelho, sainhas vermelhas com pompons, bem eróticas. Daria dois belos ensaios, um com 'Papais' e outro com 'Mamães'... Daí o moleque senta no colo da Mamãe Noela, pra receber os presentes; só que os pais dele informam Mamãe Noela de que ele foi um mau menino durante o ano; ela vai pegando todos os presentes destinados ao menino (muitos) e desembulhando-os; o moleque espanta-se com o conteúdo dos pacotes: chicotes, chibatadas, palmatórias, cintas, muitos modelos de chinelos; espanta-se mais ainda com o uso que Mamãe Noela começa a fazer deles: põe o moleque de bruços nos seus joelhos, arria suas calças e começa a surrar-lo a valer com todos aqueles acessórios; depois pergunta se ele gostou dos presentes. E Feliz Natal!

Ensaio temático: Eu gosto da idéia de um ensaio temático, com as auxiliares da mamãe noel, com um gorrinho de papai noel e uma roupinha sexy como o V. diz. Eu tenho dois gorros de natal muito lindos, de primeira. Eu topo um ensaio temático. E depois teríamos de pensar no ensaio das coelhinhas da páscoa... Coelhinho da páscoa, que trazes pra mim ? Um ovo, dois ovos, um relho, enfim!!

Os “Queers”, como se autodenominam, também fazem uso do Orkut para divulgação de blogs e fotologs de integrantes e simpatizantes, bem como

de festas com temática fetichista. Aproveitam o espaço para propor projetos e analisar coletivamente o resultado de seus ensaios fotográficos e participações em eventos e espaços culturais. Trocam links de vídeos e também comemoram datas como o Dia Internacional da Mulher e o Dia Internacional do BDSM. As dinâmicas que aparecem na ciberinterações do grupo refletem o que Rosas, citando o alemão Cristoph Spehr (“teórico maior da colaboração online”) toma por importante a respeito dos grupos colaborativos:

Entre alguns pontos fundamentais, Spehr defende a noção de que as relações devem se basear na liberdade e igualdade de uns para com os outros e com a cooperação; que as regras devem ser estabelecidas, negociadas (e cumpridas) para que a cooperação funcione; que conflitos que surjam ao longo dessas negociações podem construir o respeito mútuo, a independência na cooperação e nos tornar mais fortes; e que organização, lealdade para com as pessoas, não com as instituições, e autoconfiança, são elementos essenciais. (ROSAS, 2003)

Tal sintonia e intimidade entre o grupo puderam ser atestadas em um jogo misto de futebol, chamado “Jogo da Vergonha”, bastante comentado na comunidade do Orkut. Outras formas de interação do coletivo na cidade são relatadas no tópico a seguir.

99

### Queer Fiction nas cidades de concreto

Para articularem suas ações, os integrantes do coletivo, além de usarem recursos teleinformáticos, costumam encontrar-se em cafeterias e *shopping centers*. Em uma edição da festa “Lasciva”, ocorrida em junho de 2006 no Clube NEO, em Porto Alegre (espaço dedicado principalmente à música eletrônica), o grupo participou com fotos, vídeos e performances, o que repercutiu em sites da cena *underground* local:

O ápice da festa ocorreu no momento em que três lindas mulheres munidas com seus chicotes e devidamente caracterizadas com máscaras e roupas extremamente sexys surgiram na pista trazendo consigo um homem algemado e completamente dominado. Todos estavam prontos para entrar em êxtase com aquela sessão de sadomasoquismo, inclusive o público que rapidamente já se prontificou a criar um círculo à volta dessas personagens tão fantasiosas e sensuais. A performance deveras foi classe A! O público ficou inebriado com aquela apresentação que dava gosto de ver, também participou e agitou muito.

Quando não se faz presente carnalmente, o coletivo envia o material audiovisual para exposição, estabelecendo outras parcerias e usando a rede para divulgação dos eventos<sup>4</sup>. É o caso da festa “Os sete pecados capitais” na Áudio Delicatessen, a cargo do projeto [www.luxuria.com](http://www.luxuria.com), e do Sarau Erótico do Lov.e Club, ambos em São Paulo. A atuação do Queer Fiction também se dá pelo interior do Rio Grande de Sul, em eventos como a “Fetish Fest” do bar Mafondo, em Santa Maria, o que rendeu o seguinte comentário na comunidade do Orkut:

A viagem foi divertida, e fomos muito bem recebidos; era um local agradável, e pessoas bem amáveis. M. e C. fizeram shibari, a seguir houve demonstrações de spanking e velas para o pessoal ter uma idéia, as meninas estavam belíssimas, foram demonstrações muito bonitas, como as melhores que já vi em eventos similares por este mundo afora... precisamos dar parabéns muito especial para elas! (Infelizmente, mal se pôde filmar, porque a bateria não funcionou como devia... falha minha aqui.) A N. permaneceu em Santa Maria, o resto voltou no sábado mesmo; no caminho de volta, F. acabou nos joelhos da N. para uma surra que todos acharam merecida, ela teve de ser rigorosa com o pobrezinho. Estávamos de volta no fim da tarde, cansados mas felizes com a bagunça.

A atuação performática do grupo se dá geralmente por: “confeção de um corset ao vivo, onde o tecido é a pele humana; sessão de dominação & spanking com dominadoras e submissos; e desejo através da imobilização: demonstração de bondage (imobilização) com cordas”<sup>5</sup>, muitas vezes com a participação do público. As festas abertas com temática fetichista das quais participam envolvem um código de vestimenta (*dress code*) específico, que vai de sadomasoquismo e fetiche a vinil, couro, *pin-up*, *glam*, *all black* e mesmo temas religiosos. Pessoas fora do código pagam mais caro ou cedem a preferência de entrada. Além de festas, o coletivo prestigia outros eventos ligados ao underground, como o Porto Alegre Tattoo Festival.

Embora a conjunção arte-tecnologia-política em que se insere o grupo não seja original, ela assume matizes próprios nos países periféricos do capitalismo globalizante, sobretudo nas iniciativas de colaboracionismo que usam a tecnologia sem, entretanto, colocá-la no centro de suas estratégias:

Se essa junção sempre esteve presente lá fora, o atual beco sem saída do neoliberalismo parece haver despertado a consciência de vários grupos no Brasil, que passaram a criar fora das instituições estabelecidas com performances, intervenções urbanas, festas, tortadas, filmagens in loco de protestos e manifestações, ocupações, trabalhos com movimentos sociais, culture jamming e ativismo de mídia. À diferença dos coletivos high tech europeus e americanos, os coletivos brasileiros atuam nos interstícios das práticas tradicionais da cultura instituída, em ações até agora de um viés mais low tech. Mesmo assim, a maioria deles surge ou age graças à internet. (ROSAS, 2003)

Através de certa *economia desejan*te (GUATTARI & ROLNIK, 2005), o coletivo em questão pensa o papel do corpo, não o reduzindo às questões da mera representação estético-midiática nem às questões das relações entre sujeitos, mas em ligação direta com a produção de *objetos de desejo* e com os modos de subjetivação correspondentes a eles, aproximando vida e arte do tema da morbidez:

A arte, sem dúvida, não está restrita à representação do horror, mas esse mecanismo coloca a arte, sem prejuízo, no plano do pior, ao mesmo tempo em que a pintura do horror revela a brecha para toda possibilidade. É por isso que nós devemos nos deter nos contornos que a arte adquire em sua vizinhança com a morte. Se, cruel, a arte não nos convida a

morrer de arrebatamento, pelo menos tem a virtude de pôr um instante de nossa ventura num plano igual ao da morte (BATAILLE, 1949: 6).

Estendendo sua atuação junto ao público em lugares específicos das cidades, Queer Fiction amplia seu conceito de rede para além da dicotomia espaço ciber-cultural/espaço concreto, tema do item seguinte.

### A tessitura do corpo erótico

Ligada ao arranjo da trama têxtil e, curiosamente, à organização sistêmica dos tecidos orgânicos, a gênese do conceito de rede que impregna nosso universo simbólico contemporâneo traz em si a idéia do que reveste, do que prende e também do está por dentro; uma noção circulatória dentro-fora, centro-periferia que se torna paradigma de nossas relações produtivas e antiprodutivas capitalistas. “A rede simboliza definitivamente – em ato e em representação – o vínculo selado entre os três elementos da religião saint-simoniana: a associação, a comunicação e a comunhão” (MUSSO, 2004: 27).

A polissemia do termo “rede”, que passa por uma idéia de ramificação dinâmico-estrutural instável no tempo (“mais complexa que a árvore, mas menos que a fumaça”), pode ser entendida também através de uma meta-ligação em que “tudo é vínculo, transição e passagem, a ponto de confundirem-se os níveis que ela conecta”, uma tecnologia do espírito. A noção de rede como matriz técnica, que desterritorializa e reterritorializa espaço-temporalmente os fluxos, permitiria “a comunicação, a comunhão e a democratização pela circulação igualitária dos homens. A redução geográfica das distâncias físicas, ou mesmo a intercambiabilidade dos lugares, graças às vias de comunicação, significa redução das distâncias sociais, isto é, democracia” (MUSSO, 2004: 29-34).

É questionável a idéia de que proximidade e circulação promovam por si só democracia, já que o que flui tem - patentes e nada virtuais - determinações de ordem econômica, política, ideológica, moral e social (a própria exclusão digital e os acirramentos do preconceito são também frutos da “rede”). O mérito maior desse conceito é, inclusive, promover dois movimentos aparentemente paradoxais: “Conforme o modo de funcionamento da rede, está-se de um lado ou do outro, pois a metáfora da rede é bicéfala: vigilância da circulação e circulação da vigilância”. (MUSSO, 2004: 34)

Na transição de uma metafísica para uma bioeconomia das redes, o corpo inscrito em suas tramas colhe as benesses de olhar e ser olhado enquanto paga o preço da visibilidade controlada. “No crepúsculo das ‘Luzes’ e no ‘nascimento da Clínica’, quando o saber cede ao ver, como sublinha Michel Foucault, a rede designa o espaço do território sobre o qual se conectam dispositivos de fortificação ou de circulação. Controlar ou fazer circular, essa é a ambivalência original da rede”. (MUSSO: 2004, 22)

A noção de poder como situação estratégica complexa em uma determinada sociedade, e que vem à tona no primeiro volume da “História da Sexualidade” de Foucault, torna-se valiosa para que se compreenda a erótica do uso dos prazeres como uma articulação entre sujeitos, saberes, poderes e discurso. Um poder reticular que surja de todos os lugares sociais, através da multiplicidade das correlações de força, como jogo incessante e dinâmico de lutas e afrontamentos, que vá além de um mapeamento binário entre dominados e dominadores, parece abarcar uma conceituação rica para entender a variação contínua e polivalente dos discursos a respeito do corpo (FOUCAULT, 2001: 88-97). Sob essa perspectiva mais ampla, Foucault assinala uma transformação do exercício da política entre o final do século XVIII e o começo do século XIX, na qual as relações de poder investidas nos corpos tornam-se uma grande medicina social, capaz de governar a vida, a produtividade no trabalho, a intimidade, o convívio e o lazer daqueles que passariam a ser designados população. “A biopolítica – por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas” (REVEL, 2005: 26).

102

O biopoder, “elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (FOUCAULT, 2001: 132), exerce na contemporaneidade seu papel junto à fluidez dos espaços abertos, aparentemente desregulamentados e de livre circulação. Sua ação se dá menos pelo cerceamento disciplinar e mais pelo controle simbólico do *deixe viver* de políticas que cultivam, ordenam e canalizam forças em vez de barrá-las ou destruí-las. “Agora, pulverizadas em redes flexíveis e flutuantes, as relações de poder são injetadas e reforçadas pelas inovações tecnocientíficas, passando a recobrir a totalidade do corpo social sem deixar praticamente nada fora de controle” (SIBILIA, 2003: 163).

Na permanente reinvenção cultural do que é normal ou patológico, belo ou não, a configuração das *identidades* tende a passar, cada vez mais, pela noção de biopoder e pela percepção do *que o corpo é ou representa ser*, processo que se sobrepõe a um modelo convencional de identidade baseado principalmente em dispositivos psíquicos internos, valores e projetos morais, traços psicológicos de temperamento, personalidade e de vínculos afetivos e de solidariedade com o próximo. O gradual deslizamento para esta identidade somática (ou *bioidentidade*) estimula uma gestão de si focada na imagem e na *performance* corporal, o que se materializa na busca incessante pelo corpo *adequado* (ou na estigmatização do corpo desviado do padrão), na manutenção contínua de mentes e corpos e na configuração e difusão do que se é com base nos usos privados e públicos que o sujeito faz de seu corpo como ser sexual, trabalhador, consumidor, cidadão etc.

Desse ponto-de-vista, a *biossociabilidade* que os integrantes do Projeto

Queer Fiction constroem através das redes constitui-se em estratégia de contrapoder, através de um discurso coletivo de *transgressão* por meio da visualidade midiaticizada (na produção em vídeo e fotografia) e outras sensorialidades (nas performances), marcado por rupturas neotecnológicas (em sua sociabilidade virtual, agregando outras possibilidades de interação e articulação tática) e por continuidades (ao retomarem certa tradição estética questionadora dos cânones artísticos e dos discursos sexuais, como as vanguardas do início do século XX, por exemplo). Num empréstimo da noção de *transgressão* de Bataille, Foucault molda uma compreensão tático-estratégica de *resistência* como possibilidade de criar espaços de lutas e de agenciar possibilidades de transformação em toda parte. A resistência se dá, “necessariamente, onde há poder, porque ela é inseparável das relações de poder; assim, tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações”. (REVEL, 2005: 74-76)

Percebe-se ainda, pela perspectiva foucaultiana, não mera reação às interdições da expressão de certas sexualidades (embargos através de jogos de verdade médico-religiosos que se foram cristalizando ao longo da história das civilizações ocidentais), mas a imersão da estratégia do grupo em uma estratégia maior de poder que não mais tolhe o desejo (como preconiza a Hipótese Repressiva), mas faz, cada vez mais e com mais intensidade, “falar o sexo”, canalizando de forma produtiva e adequada o discurso libertador/libertino no seu “devido lugar social”, onde possa ser entendido, buscado ou tolerado (os espaços “alternativos”, “exóticos”, “bizarros”, sejam virtuais ou concretos).

Este é um dos riscos da circulação de qualquer ideologia no contexto reificante contemporâneo, mesmo sob o signo da contestação. Se, por um lado, iniciativas como o Projeto Queer Fiction buscam resgatar certo espírito questionador e experimentador, atualizando-o pela via das neotecnologias,

por outro lado, os gestos radicais da arte parecem ter sido absolutamente cooptados. Se entendemos a lógica mais visceral do capitalismo contemporâneo, mesmo os grandes rebeldes – por rebeldes entenda-se aqueles que violaram/transgrediram os códigos correntes dentro de suas áreas – já foram devidamente absorvidos por um mecanismo que até se dá ao luxo de criar seus próprios oponentes. Os situacionistas tinham uma expressão para isto: eles a chamavam recuperação. O mercado recupera mesmo aqueles que o desafiam dentro de suas diretrizes (...) (ROSAS, S.d., grifos do autor)

Tal lógica mercantil opera não apenas no nível do modo de produção material, mas principalmente no âmbito da produção simbólica, retroalimentando indiferenças, apagamentos, desqualificações e silêncios, atravancando processos de singularização, de diferença e de expressão de outras sensibilidades, vivências e relações nos vários âmbitos do humano:

O desejo amoroso não tem nada a ver com a bestialidade ou com uma problemática etológica qualquer. Quando ele assume essa feição estamos diante de algo que é exatamente da natureza do tratamento do desejo na subjetividade capitalística. Há um certo

tratamento serial e universalizante do desejo que consiste precisamente em reduzir o sentimento amoroso a essa espécie de apropriação do outro, apropriação da imagem do outro, apropriação do corpo do outro, do devir do outro, do sentir do outro (GUATTARI & ROLNIK, 2005: 339).

A visibilidade instantânea e a baixo custo que a Internet proporciona, para além dos espaços consagrados à arte e ao corpo, pode ofuscar, frustrar ou seduzir quem se aventura a expor seu desejo ao outro, como também pode abrir caminho para a conjunção de outros encontros, outras eróticas, outros coletivos, outras tessituras, outros devires. Interrogar, como Foucault, os jogos de verdade, não à procura d'O Discurso Verdadeiro, mas da compreensão de como as “verdades” se constituíram nas sociedades, permite ao Homem pensar(-se) “quando se identifica como louco, como doente, como desviado, como trabalhador, como quem vive ou fala, ou ainda como homem de desejo” (REVEL, 2005: 87).

### Considerações finais

Consolidando uma proposta estética e ética de corpos desejanter/desejados que vai da articulação teórica e passa à mobilização, organização, produção artística, divulgação e captação de novos públicos e simpatizantes de sua causa, o Projeto Queer Fiction parece adotar em sua sociabilidade as noções de associação, comunhão, partilha, coletividade e participação, itens constitutivos do que se entende por comunicação. Para ROSAS (2003), “a divisão de tarefas, o compartilhamento de valores e a liderança coletiva caracterizam em grande parte essas organizações”, para além do acesso aos aparatos high-tech:

Se a tecnologia não é fundamento básico destes grupos para ações tipo hacktivism, net arte ou similares, é por meio dela, contudo, que se dá a dinâmica de ação e propagação das atividades destes grupos na vida real. Pois uma palavra-chave de todos estes coletivos é a colaboração, bem como termos irmãos como livre cooperação, comunidade, interação e rede são senhas para uma transformação que está se dando em escala global. (ROSAS: 2003)

Se a crítica à apropriação heteronormativa do desejo e do corpo do outro precisa passar por uma estética genital do chocante; se o sexo, para libertar-se, necessita ser entendido como relação de força entre dominantes e dominados; e se uma política erótica de diferença ainda se faz pelo fetiche das máscaras que provêem anonimato aos sujeitos, é de se perguntar se algum dia as sexualidades insólitas se inscreverão em outros territórios para além do crime, além do pecado, além do proibido controlado, ou se estes são justamente seus territórios próprios de intervenção social e de estranheza: O pornográfico passa a conjugar-se com o poético, para enfim explicitar os crimes do desejo, sendo o corpo e sua manipulação obscena os elementos responsáveis pela forma e conteúdo. Como Georges Bataille afirmou: A ‘animalidade’, ou a exuberância sexual, é em nós aquilo que faz com que não possamos ser reduzidos a coisas. A ‘humanidade’,

pelo contrário, 'no que tem de específico, no tempo do trabalho, é aquilo que, à custa da exuberância sexual, tende a fazer de nós coisas. (QUEER FICTION)

À reflexão sobre os riscos da “coisificação” do corpo, da crescente desmobilização política em prol da experiência simulacral do erótico proporcionada pelas neotecnologias e da transformação do desejo em moeda simbólica e concreta do consumo capitalista, soma-se a ponderação sobre o lugar da arte na vida contemporânea, ao abdicar das curadorias oficiais e dos espaços consagrados da arte dita maiúscula:

Se renunciar à “Arte” é difícil para alguns, é porque talvez ainda não se tenha entendido que a entrega à vida (ou à “realidade”, como alguns preferem chamar) não significa a nulificação do estético. Muito pelo contrário, o “artista” aqui é o pensador, o criador de estratégias de ação, o arquiteto de atos que vão reverberar – a intensidade desta reverberação é claro que dependerá dos meios, finalidade e impactos planejados – nesta mesma “realidade”. (ROSAS, 2005)

Tal diluição dos cânones artísticos e eróticos nas práticas cotidianas, subvertendo valores ditados pelo poder instituído, é consoante com a noção, cara a Foucault, de fazer de sua vida uma obra de arte, um apuro que implica no cuidado de si, o que remete também ao cuidado do outro. A luta coletiva por uma ética e estética solidárias às peculiaridades e expressões individuais é sempre uma alternativa ao derrotismo, visto que as distribuições de poder e as apropriações de saber em sociedade “não são formas dadas de repartição, são ‘matrizes de transformações’” (FOUCAULT, 2001: 94). Na resistência à contínua medicalização da vida, na crítica ao hipócrita reducionismo da sexualidade às questões reprodutivas da espécie e na renúncia à ortopedia social que adestra corpos e mentes e nos faz consumidores ideais de produtos e estilos padronizados de vida, quem sabe aí esteja nosso devir-gente. Talvez no sórdido que nos aguça os sentidos, talvez em nosso asco e nosso gozo, esteja a perdição que nos salva.

### Referências bibliográficas

BATAILLE, Georges. *The cruel practice of art*. Disponível em: Georges Bataille Electronic Library [[http://supervert.com/elibrary/georges\\_bataille](http://supervert.com/elibrary/georges_bataille)]. 1949. Acesso em 10/08/2007.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: A vontade de saber*. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 7.ed. rev. Petrópolis: Vozes, 2005.

MUSSO, Pierre. *A filosofia da rede*. In: PARENTE, André (org.) *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

ORKUT. Comunidade Queer Fiction. Disponível em: <http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=21896288> . [acesso em 30/07/2007].

QUEER FICTION. Disponível em: <http://www.queerfiction.net> . [acesso em 30/07/2007].

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROSAS, Ricardo. *Nome: coletivos, senha: colaboração*. Disponível em: <http://www.rizoma.net/interna.php?id=170&secao=intervencao> . 2003. [acesso em 30/07/2007].

\_\_\_\_\_. *Notas sobre o atual estado do coletivismo artístico no Brasil*. Disponível em: <http://www.rizoma.net/interna.php?id=229&secao=artefato> . 2005. [acesso em 28/07/2007].

\_\_\_\_\_. (Ins)urgência. Disponível em: <http://www.rizoma.net/interna.php?id=210&secao=artefato> S.d. [acesso em 28/07/2007].

SIBILIA, Paula. *O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

### Notas

1 Uma versão deste artigo foi apresentada ao GT “Tecnologias e estéticas da Comunicação” do II Congresso de Estudantes de pós-graduação em Comunicação (CONECO). PUC-Rio, 14 a 16 de novembro de 2007.

2 <http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=21896288>

3 NEUMEISTER, Maíra. Disponível em: <http://www.bloodhall.spyslan.com/materias2.htm>

4 [http://bivoltagem.blogspot.com/2007\\_06\\_01\\_archive.html](http://bivoltagem.blogspot.com/2007_06_01_archive.html)

5 <http://www.poabeat.com.br/modules/soapbox/article.php?articleID=795>

# Midiatização, identidades e cultura na contemporaneidade

**Daiana Stasiak**

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Comunicação Midiática da Universidade Federal de Santa Maria. Membro do Grupo de Comunicação Institucional e Organizacional Cnpq. E-mail: daiastasiak@gmail.com

**Eugenia M.R.Barichello**

Professora do Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFSM. Doutora em Comunicação pela UFRJ e Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação Institucional e Organizacional - UFSM/CNPq. E-mail: eugeniabarichello@gmail.com

## **Resumo**

Este artigo visa discutir como o processo de midiatização traz novas abordagens no que se refere à construção de identidades e culturas e o modo como esses fatores podem interferir nas perspectivas dos estudos do campo da comunicação na sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Midiatização; Internet; Comunicação e Cultura.

## *Abstract*

*This paper aim to discuss how the mediatization process bring news approaches about the build of identities and cultures and how this factors can to interfere in the perspectives of communications researches in the contemporary society.*

**Keywords:** *Mediatization; Internet; Communication and Culture.*

## 1. Introdução

A sociedade contemporânea está imersa em um espaço midiático (Sodré, 2002), regido pelas novas tecnologias e moldado pelo virtual, no qual a comunicação centralizada, unidirecional e vertical é transformada, especialmente pela ambiência proporcionada pelas redes digitais. Nesse contexto, a mídia deixa de ser um campo fechado em si, de utilidades apenas instrumentais, e passa à condição de produtora dos sentidos sociais.

A Internet tem sido considerada o vetor principal destas alterações, pois, de forma simultânea, instantânea e global, traz a possibilidade de interação em tempo real através dos suportes tecnológicos (computador, telefone, televisão) e dessa forma modifica a questão espaço-temporal, alterando, sobretudo, os modos de sociabilidade.

No presente texto, a Internet não será abordada apenas como mídia de convergência técnica (texto, som e imagem) e possibilidades interativas, mas, também, como uma ambiência que transforma as informações na própria experiência, além de servir como parâmetro para as demais mídias, já que os fluxos da Internet estão reestruturando os produtos das mídias tradicionais.

Acresce-se ao acima exposto que a fluidez de informações e a interatividade presentes nos processos comunicacionais possibilitados pela ambiência da Internet atualizam a perspectiva de alguns conceitos abordados nos estudos de Comunicação. Este artigo traz considerações acerca das perspectivas de construção dos sujeitos e identidades, em meio à fragmentação trazida pelo grande número de informações e mudanças sociais, também versando sobre as culturas que refazem suas práticas imersas num mundo globalizado.

Para melhor refletir sobre os conceitos postos em discussão, o texto está subdividido em quatro partes: a primeira trata do processo de midiáticação; a segunda aborda a internet como mídia; a terceira tece considerações sobre as noções de sujeitos, identidades e culturas na atualidade; e a quarta traz as considerações finais que apontam para a importância do debate a respeito do contexto sociotécnico da atualidade e suas repercussões teóricas para o campo da Comunicação.

## 2. O processo de midiáticação

Sodré (2002) discorre sobre as novas tecnologias como modos que transformam a pauta de interesses costumeiros em direção a uma qualificação virtualizante da vida. O autor entende a globalização como a teledistribuição mundial de pessoas e coisas, considerando a Revolução da Informação contemporânea como sucessora da Revolução Industrial; considerando que os avanços técnicos

trazem a capacidade de acumular dados, transmiti-los e fazê-los circularem rapidamente. Processo que propicia a midiaticização e traz à tona um novo tipo de formalização da vida social, que implica em uma outra dimensão, ou seja, em formas novas de perceber, pensar e contabilizar o real.

O espaço midiaticizado caracteriza a hibridização das formas discursivas como texto, som e imagem, o que ocasiona o chamado hipertexto. Por sua vez, esse formato acelera o processo de circulação de informações e ambienta a comunicação em um plano sistêmico de estruturas de poder, gerenciado pelo Estado e por grandes organizações, transformando a vida humana nas suas formas de sociabilização.

A midiaticização manifesta-se em um cenário de heterogeneidades trazidas, em sua maioria, pelos avanços tecnológicos, onde a natureza da organização social não é, de modo algum, linear e homogênea, mas descontínua. Essa asserção é explicada por Fausto Neto, ao propor que

por muito tempo os paradigmas vigentes nas teorias comunicacionais apostavam na idéia de que a convergência das tecnologias nos levaria a estruturação de uma sociedade uniforme, com gostos e padrões, em função de um consumo homogeneizado... mas o que vemos é a geração de fenômenos distintos e que se caracterizam pelas disjunções entre estruturas de oferta e de apropriação de sentidos (2005, p.3).

A rede tecnológica ambienta o processo comunicacional e, como produto dessa configuração, tem-se a prevalência da forma sobre o conteúdo, no qual a imagem torna-se mercadoria a serviço de uma nova gestão da vida social. Sodré (2002) considera que na mídia linear ainda ocorre uma representação construída, um efeito irradiativo do referente que o produziu. Porém, no meio digital, o usuário adentra e se move através da interface gráfica, de modo que a representação tradicional é substituída pela vivência apresentativa.

A Internet pode configurar-se como um meio que proporciona outras possibilidades e parâmetros para a construção da identidade dos sujeitos, na medida em que esta forma midiática permite hibridizações com outras formas do real histórico, com potencial de transformação da realidade vivida. Hoje, o receptor começa a se apropriar do mundo em seu fluxo real através de simulações, ou seja, através de uma outra modalidade de representação social e de um novo regime de visibilidade pública.

Segundo Jesus M. Barbero (2004), a globalização não legitima somente a ideologia mercantil ou o desenraizamento cultural, mas afeta, ainda e principalmente, o plano dos imaginários cotidianos das pessoas, de modo que comecemos a compreender algumas dimensões da globalização precisamente quanto às transformações nos modelos e modos da comunicação.

O termo sociedade da informação circula no espaço público e nas mídias há cerca de vinte anos. Para Dominique Wolton (2003), a década passada formou a idéia de que a dinâmica da informática transformou tudo ao mesmo tempo, saúde, educação, entretenimento e serviços:

a significação cultural da internet parece ser mais importante do que a batalha econômica e industrial, pois essas redes condensam todas as aspirações da sociedade individualista de massa: indivíduo, números, igualdade, liberdade, rapidez, ausência de obrigações... Uma espécie de nova figura do universal que se liberta dos territórios, autorizando as comunidades a reforçar suas identidades e seus laços por meio das redes extraterritorializadas (WOLTON, 2003, p.338).

Giddens (1991), ao tratar da temática da reflexividade institucional, propõe o uso da informação ou do saber com vistas à reprodução de um sistema social. Essa representação é o conteúdo tornado real pelas tecnointerações, processo que vem alterando costumes, afetos e valores.

A vida prática é permeada pela diversidade de regras e condutas originadas nos estratos sociais e no ambiente empresarial. Nesse processo de regramento, cada vez mais a midiatização dá perspectivas de uma ética atravessada por injunções da ordem do “ter de” e do “dever de”, fundamentadas pela tecnologia e pelo mercado. Logo, a mídia encena uma nova moralidade objetiva com poder simultâneo, instantâneo e global, que se manifesta através das tecnologias da comunicação. “Com a internet, mais do que encenação há verdadeira virtualização do mundo, com possibilidades de caos e acaso” (SODRÉ 2002, p.50-51).

A Internet é um meio de comunicação, de interação e de organização social. Ela abrange todos os âmbitos sociais, transforma os conceitos de educação e interfere diretamente na conjuntura organizacional, colocando-nos diante da emergência de uma nova coletividade totalmente *on-line*, justificada pela definição de sociedade em rede (CASTELLS, 1999).

John B. Thompson considera o desenvolvimento dos meios de comunicação como a concretização de novos modos de condução do indivíduo no espaço:

Alguns dos mais importantes desenvolvimentos das novas tecnologias de comunicação, tais como as redes de comunicação baseadas em computadores e a difusão direta por satélite podem ser entendidas, em parte, como desenvolvimentos que ampliam a acessibilidade no espaço e no tempo enquanto dão aos usuários dessas tecnologias maior flexibilidade e maior controle sobre as condições de seu uso (p.226-227).

A especificidade antropológica das tecnologias comunicacionais está na abolição do espaço físico tradicional e na abertura para a possibilidade de um novo tipo de consciência global. É preciso ter esta compreensão para entender a “passagem da comunicação de massa [centralizada, vertical e unidirecional] para

a dimensão tecnológica do virtual” (SODRÉ, 2002, p.75).

A mídia tem o poder de iluminar fatos, permear os discursos sociais e influenciar as decisões dos indivíduos. É um jogo de aparências sociais que se constrói pela heterogeneidade de idéias apresentadas, cujos fatos se tornam cada vez menos lineares e o sentimento de indecisão cresce entre os indivíduos, completando a sensação de fragmentação de opiniões.

Sodré (2002) defende que está vigorando um novo tipo de controle moral, o publicitário-mercadológico, no qual a prescrição ética se encontra implícita no discurso, “aja assim porque é moderno, porque é melhor”. Enfim, o discurso ilumina fatos e constrói um real próprio do campo midiático, que se traduz também no novo modelo de presença do sujeito no mundo.

No contexto da mídia contemporânea, o receptor acolhe o mundo em seu fluxo real; os fatos são reapresentados a partir da simulação de um tempo vivo, o que gera a evidência de que “tempo real e espaço virtual operam midiaticamente o redimensionamento da relação espaço-temporal clássica” (SODRÉ, 2002, p.20).



Desse modo a mídia deixa de ser um instrumento e passa à qualidade de produtora de sentidos sociais, capazes de transformar os modos de sociabilidade e influir na constituição das representações e formação da identidade do sujeito caracterizando, assim, a sociedade midiaticizada. Nesse contexto, consideramos a internet como a mídia que melhor ilustra as possibilidades da comunicação contemporânea.

### 2.1. Internet como mídia

A interação entre a ciência, a pesquisa universitária e os programas de pesquisa militar fazem parte da origem da Internet, desenvolvida a partir de 1969 nos Estados Unidos. Porém, no modo como a entendemos atualmente, ela formou-se em 1994, com o surgimento da World Wide Web.

Castells considera a internet como o tecido de nossas vidas, qualificando-a como a rede das redes de computadores. Para ele, a Internet é, e será ainda mais, um meio de comunicação de relação essencial sobre o qual se baseia uma nova forma de sociedade em que já vivemos, e,

nesse sentido, a internet não é simplesmente uma tecnologia; é o meio de comunicação que constitui a forma organizativa de nossas sociedades...A internet é o coração de um novo paradigma sociotécnico, que constitui na realidade a base material de nossas vidas e de nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação. O que a internet faz é processar a virtualidade e transformá-la em nossa realidade, constituindo a sociedade em rede, que é a sociedade em que vivemos. (2004, p.287)

Tais mudanças influenciaram vários aspectos individuais e sociais, dentre as quais podemos citar: as alterações nos modos de sociabilidade e pertencimento dos sujeitos; as transformações nos modelos de gestão das instituições; as influências nas relações de troca econômica e no âmbito político; a capacidade de estocagem de grandes volumes de dados e sua transmissão instantânea. Todas essas se atrelam cada vez mais à vivência diária e passam a constituir nossa realidade.

O campo econômico talvez seja o que melhor transpareça as alterações trazidas pelo advento das redes. A mobilidade de grandes massas e capitais, por exemplo, influencia diretamente nos métodos e gestões organizacionais. Assim, já se torna comum afirmar que o desenvolvimento das redes digitais transforma radicalmente a vida do homem contemporâneo, tanto nas relações de trabalho quanto na sociabilização e no lazer.

Sodré (2002) considera que a mídia é a principal responsável pelos processos de interação social, bem como pela construção social em si. Nesse contexto, a Internet é considerada uma ambiência que permeia o indivíduo, seus modos de vida e os valores sociais, caracterizando uma nova qualificação atual da vida, a qual denomina *bios* virtual. Complementando essa abordagem, Dênis de Moraes afirma que “a intensificação midiática atravessa, articula e condiciona o atual estágio do capitalismo, cujo pilar de sustentação é a capacidade de acumulação financeira numa economia de interconexões eletrônicas” (2006, p.34).

Nesse novo *bios*, a mídia como poder simultâneo, instantâneo e global se manifesta através das tecnologias da comunicação, transformando os modos de acolher os fatos do mundo. Se antes o receptor acolhia informações representadas e isentas de seu fluxo original, agora há um novo regime de visibilidade pública, onde o mundo é acolhido em seu fluxo de tempo real, configurando uma nova modalidade de representação.

Conforme Sodré (2002), as tecnologias que englobam o computador e as redes virtuais não modificam o conceito de *medium*, entendido como canalização e ambiência, que são estruturados com códigos próprios. Já que

medium, entenda-se bem, não é o dispositivo técnico (...) é o fluxo comunicacional, acoplado a um dispositivo técnico e socialmente produzido pelo mercado capitalista, em tal extensão que o código produtivo pode tornar-se “ambiência” existencial. Assim, a Internet, não o computador, é medium (SODRÉ, 2002, p.20).

O sistema de redes digitais se caracteriza pela integração de diferentes veículos em um único *medium* - a Internet - construindo um novo ambiente. Portanto, a comunicação digital permite ir além da disponibilização e do acesso às informações, pois proporciona que essas se tornem a própria experiência devido à convergência técnica e às possibilidades interativas que podem ser estabelecidas entre os indivíduos (usuários). Logo, do ponto de vista dos estudos da

comunicação, acreditamos que esse contexto influi diretamente nas abordagens contemporâneas acerca dos sujeitos, identidades e culturas.

### 3. Algumas considerações sobre sujeitos, identidades e culturas contemporâneas

A fluidez de informações e a interatividade presentes nos processos comunicacionais que ocorrem na ambiência da Internet desafiam não somente organizações que precisaram adequar suas práticas ao novo cenário sociotécnico, mas também e, sobretudo, como abordamos nesse artigo, trazem a tona a urgência de perspectivas compreensivas e/ou (re)interpretativas de alguns conceitos abordados nos estudos de Comunicação. Para ilustrar esse contexto, apresentamos uma conclusão exposta por Orozco (2007):

investi décadas de minha vida de pesquisador em comunicação a estudos de recepção da televisão, especialmente junto ao público infantil. O que noto, hoje, é que a linha de pesquisa da recepção dos meios de comunicação está sendo desafiada pela interatividade, que coloca outras telas para competir com a tela da televisão. Devo reconhecer, com humildade, que não sei como recomodar estudos da recepção diante da interatividade promovida pela Internet, iPod e celular. Este é um ótimo desafio para se entender o que se passa com os usuários destas tecnologias<sup>1</sup>.

113

Para este autor, a Internet transforma a realidade e desafia o desenvolvimento de novos estudos sobre o processo de recepção que possam contemplar a transformação de um sujeito receptor em um sujeito que é produtor dos produtos de comunicação, processo que o caracteriza como sujeito-audiência.

A erosão das identidades tradicionais, segundo Orozco (2006) é consequência do jogo de mediações, principalmente a midiática e a tecnológica. As identidades hoje se caracterizam por serem menos essencialistas e mais amalgamadoras, pois se constroem sobre as hibridizações. Um exemplo claro dessa proposta é ilustrado pelos movimentos sociais, que lutam pelo reconhecimento utilizando não somente o microfone e a câmera de vídeo, mas também os *chats* e os *websites*, os quais permitem a exibição do áudio/vídeo e colaboram para rápida disseminação dos fatos. Essas novas possibilidades virtuais tornaram-se estratégias de visibilidade imprescindíveis à atuação dos “sujeitos-audiência” e, cada vez mais, fazem parte desses movimentos.

Outro aspecto a ser considerado é a visão de um tempo móvel, uma das características mais pertinentes da dinâmica midiática, porque submete as audiências a um acúmulo de sensações sem projeção temporal, distanciadas da experiência concreta do indivíduo. Assim, podemos considerar que observar a realidade, ver uma novela ou um documentário parece ter o mesmo valor. Nesse contexto, o computador e a Internet catalisam essas sensações, ao proporcionar a interação entre os indivíduos.

A escola talvez seja o exemplo mais ilustrativo acerca das transformações provocadas pelas mídias e novas tecnologias, as quais alteram as posições dos indivíduos em relação a essa instância de mediação. Segundo Orosco,

O quarto em que se usa o computador ou e/ou se vê televisão se torna cenário de várias vivências e experiências; embora sejam vicárias e virtuais transformam-se em ‘lições’ para a vida. O que se aprende aí resulta muitas vezes mais relevante do que aquilo que se aprende em instituições educativas formais. (2006, p.96).

Para o autor, antes o livro ocupava a última palavra para os jovens, mas hoje, os sujeitos-audiência, através de imagens que são lidas como expressões de verdade puras e inquestionáveis, constroem seu pretense conhecimento baseados na imitação, e não no descobrimento e exploração do saber.

Posição diferente da exposta por Martín-Barbero ao afirmar que:

É nas novas gerações que a cumplicidade entre a oralidade e a visualidade opera mais fortemente, não porque os jovens não saibam ler ou leiam pouco, mas sim, porque sua leitura já não tem o livro como eixo e centro de cultura. Deste modo, é a própria noção de leitura que está em questão, obrigando-nos a pensar a desordem estética que as escritas eletrônicas e a experiência audiovisual introduzem. (p. 74, 2006)

114

As considerações acima expostas nos levam a refletir sobre a construção das identidades dos sujeitos na contemporaneidade. Afinal, a noção de uma identidade unificada, fixa e estável passa a ser entendida em sua constante construção e no processo de identificação. À medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos colocados diante de uma multiplicidade de identidades possíveis, com cada uma das quais que poderíamos nos identificar. Para Hall (2000), esse processo produz o sujeito pós-moderno, para o qual a identidade torna-se uma «celebração móvel», ou seja, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados, nos sistemas culturais que nos rodeiam.

Laclau apud HALL (2000) usa o conceito de “deslocamento”, que caracteriza a “pluralidade de centros de poder”, no qual a sociedade é atravessada por diferentes divisões e antagonismos que, conseqüentemente, trazem diferentes identidades aos indivíduos.

Ao considerar a questão da construção da identidade contemporânea, Martín-Barbero discorre sobre a «multiplicação dos referentes» que, de acordo com o autor, surge na esteira das transformações midiáticas e tecnológicas. O processo de multiplicação de referentes levaria à fragmentação dos sistemas e do próprio indivíduo, que viveria uma integração parcial e incerta das diversas dimensões que o conformam como a escola, a família, a igreja, etc.

Nesse contexto, Martín-Barbero acredita que a interatividade possibili-

tada pela Internet reconfigura o real, principalmente pelo fato de alterar o simbólico. Processo este que contribui fortemente para que vivamos não apenas em uma época de grandes mudanças, mas sim em uma grande mudança de época:

A revolução tecnológica introduz em nossas sociedades não tanto uma quantidade inusitada de novas máquinas, mas sim um novo modo de relação entre os processos simbólicos – que constituem o cultural – e as formas de produção e distribuição dos bens e serviços: um novo modo de produzir, confusamente associado a um novo modo de comunicar, transforma o conhecimento em força produtiva direta. (Martin-Barbero, 2006 p. 54)

Até bem pouco tempo, falar de identidades era falar de raízes, costumes, tempo longo e memória simbolicamente densa. Mas falar de identidades hoje implica também falar em migrações e mobilidades, redes e fluxos, instantaneidade e fluidez.

As mudanças nas subjetividades e identidades reconfiguram também a cultura. Nesse contexto, Hall (2000) propõe que a globalização e a evolução tecnológica causam impactos sobre a identidade, sobretudo a cultural, pois as sociedades modernas possuem as características da mudança constante, rápida e permanente. Ao colocar diferentes áreas do globo em interconexão, a globalização faz com que as perspectivas de transformação social atinjam virtualmente todo o mundo. Afinal, não há somente uma maior circulação de produtos, mas sim uma rearticulação das relações entre culturas e entre países, no qual o poder econômico é descentralizado e as culturas estão mais híbridas devido ao crescimento das possibilidades de se desterritorializarem.

Já Canclini (2001) propõe que a cultura, assim como a Arte e a Comunicação, está refazendo suas práticas a partir da globalização. Ele acredita que é preciso desenvolver tecnologias de comunicação globalizadas, com programas que ampliem o conhecimento massivo e criem o consenso social; ou seja, o autor defende que a mídia tem a capacidade de transformar e inovar em termos de cultura. Afinal, a globalização se efetiva muito mais nos produtos da mídia (cinema, televisão, informática), e o fato de um pequeno número de empresas produzirem o que é veiculado globalmente acarreta prejuízos para os indivíduos.

Ao definir o processo de globalização, Canclini (2001) inclui a presença e relevância do imaginário. O autor expõe que a interdependência em escala mundial coloca todos em um estado de interação e co-presença, pois

Pensar la globalización como una consecuencia lógica de la convergencia de cambios económicos, comunicacionales y migratorios no impide concebirla a la vez como un proceso abierto que puede desarrollarse en varias direcciones. Esto se insinúa en la comparación de los imaginarios de niños jugando fútbol en la calle, de los bolivianos transterrados, el caballo bicéfalo en la frontera México-EUA y el mexicano actuando italianidad en Edimburgo. (2001, p.64)

Estas abordagens colocam-nos diante de questões que nos levam a refletir sobre as teorias da Comunicação e a necessidade de atualização e reavaliação de paradigmas.

#### 4. Considerações finais

A globalização e as transformações midiáticas estão inegavelmente imbricadas. A capacidade da telerrealização, ou seja, de realização virtual, característica principal da midiatização, traz explosões e implosões para as identidades. Os sujeitos deixam de viver em um tempo linear e passam a participar de uma realidade onde o tempo é circular, na qual as identidades são construídas pela negociação do reconhecimento pelos outros. Esses fatores somados afetam todo o círculo social que nos rodeia, principalmente no que tange às culturas.

O redesenhar das subjetividades, das identidades e da cultura podem ser percebidos sobretudo nos modos de comunicação. As programações presentes nas mídias refletem uma sociedade que revalida alguns paradigmas, ao mesmo tempo em que se desfaz de outros. A Comunicação passa a ocupar lugar estratégico pois, assim como a industrialização e a urbanização mudaram o ritmo e as características da vida no século XIX, as linguagens midiáticas tem alterado decisivamente os modos de vida atuais.

Na atualidade, a Internet oferece novos sentidos sociais para o espaço e para o tempo, ou, melhor, há uma reorganização das subjetividades, das identidades e das culturas, devido ao contexto tempo-espacial que está diante dos indivíduos. Debater essa imersão em uma nova ambiência comunicacional é imprescindível para os estudos da Comunicação, pois a democracia, o trabalho, a arte, o entretenimento e a vida cotidiana estão sujeitos a novas tramas, que levam a novas maneiras de perceber e agir em relação ao real.

#### Referências Bibliográficas:

BARBERO, J. M, *Globalização comunicacional e transformação cultural* In: MORAES, Dênis de. (org) Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BARBERO, J. M, *Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século*. In: MORAES, Dênis de (org). A sociedade midiatizada. Rio de Janeiro, Mauad, 2006.

BARICHELLO, Eugenia Mariano da Rocha. *Estratégias comunicativas interacionais nas organizações contemporâneas*. In: KUNSCH, M. M.K. Handbook de Comunicação Organizacional. São Paulo, 2007.

- CANCLINI, N. G, *La Globalización imaginada*. Buenos Aires: Paidós. 2001
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.  
 \_\_\_\_\_. Internet e Sociedade em rede. In: MORAES, Dênis de. (org) *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FAUSTO NETO, A. *Midiatização, prática social-prática de sentido*. Apostila de conteúdos, UNISINOS, 2005.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*, São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- HALL, S. *Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro. DP& A. 2000.
- MORAES, Dênis de (org). *A sociedade midiatizada*. Rio de Janeiro, Mauad, 2006
- OROZCO, G.G, *Comunicação Social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos*. In: MORAES, Dênis de (org). *A sociedade midiatizada*. Rio de Janeiro, Mauad, 2006
- SODRÉ, Muniz. *O ethos midiatizado*. In: *Antropológica do Espelho. Por uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- WOLTON, D. *Pensar a comunicação*. Brasília, DF: Editora UNB, 2004.

#### Notas

- 1 Orozco Guillermo. Da interação à interatividade. Em: [www.cibersociedad.net/congress2006/gts/comunicacio](http://www.cibersociedad.net/congress2006/gts/comunicacio). Acesso: 15 jul 2007.

# Pressupostos para uma televisão efetivamente pública: desafios de uma comunicação para além do Estado e do mercado

**Luiz Felipe Ferreira Stevanim**

Graduando da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-SESu/MEC). Orientado pelo Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal. E-mail: lfstevanim@yahoo.com.br.

## **Resumo**

O propósito deste artigo é uma abordagem teórica dos conceitos que norteiam o ideal de televisão pública. Para tanto, parte da análise de noções como Estado, mercado e o próprio ideal de “coisa pública”. Através desse referencial, é possível pensar na efetivação desse modelo de televisão no Brasil e nos desafios históricos a enfrentar.

**Palavras-chave:** Televisão pública; cidadania; Estado de Direito

## *Abstract*

*The purpose of this paper is a theoretical approach of the concepts considered ideal for public television. In order to do that, it makes the analysis of concepts like state, market and the ideal of “public sphere” itself. Through this references, it is possible to think about the implementation of this television model in Brazil and the historical challenges to face.*

**Keywords:** *Public television; citizenship; State of Rights*

## 1. Por um sentido de público

Na história brasileira recente, a televisão assumiu centralidade social, com importante papel na definição do imaginário coletivo. Contudo, a estrutura dos meios de comunicação reflete antes as velhas práticas clientelistas do que os anseios reais da população – num momento em que os públicos desenvolvem demandas cada vez mais complexas.

A alternativa de uma comunicação pública revelou-se bem-sucedida em alguns casos, mesmo no Brasil, porém envolve o risco (quando atrelada aos interesses do mercado ou do governo) de apenas reforçar as estruturas vigentes – o que lhe roubaria completamente o sentido. Em geral tomada como um processo dirigido pelo Estado, a criação de uma televisão pública requer sobretudo a participação conjunta de diversas instâncias da sociedade.

No mês de maio de 2007, sociedade civil, representantes do poder público e especialistas da área participaram do I Fórum Nacional de TVs Públicas<sup>1</sup>. Ao mesmo tempo, o governo federal lançou a proposta de criação de uma televisão dessa natureza – inicialmente apontada como um canal do Poder Executivo, agora já concebida como uma fusão estratégica da estrutura dispersa existente.

A iniciativa surge em momento decisivo para o setor das comunicações no país, em que o sentido habitual de interesse público vivencia profundas modificações a partir dos processos de desregulamentações e desestatização. Nesse contexto, no qual contradições se acentuam, qual papel pode caber a uma comunicação que se assuma como pública?

Este trabalho se propõe a analisar o cenário em que se insere a proposta de uma televisão pública. Para isso, parte da abordagem de conceitos fundamentais envolvidos no debate, como Estado, entretenimento, mercado e, sobretudo, um pressuposto básico que norteia essa iniciativa – o ideal de bem público. A concepção de uma alternativa que assim se coloque passa pela revisão do modelo atual de comunicação, o que significa um profundo reordenamento do sentido que a comunicação assume em sua realidade.

## 2. O conceito de público como ideal: da esfera burguesa à comunicação para todos

Aquilo que hoje entendemos como público ou “coisa pública” coloca-se no limite entre o Estado e o mercado, como um ideal que está além das duas esferas. Conceito norteador no campo da política, guarda uma contradição que acaba por defini-lo: algo que é comum a todos e que não pertence a ninguém em particular.

O advento da esfera pública se deu paralelamente à consolidação do capitalismo burguês, na Europa da segunda metade do século XVIII. Jürgen Habermas (1984) descreve esse processo como a ativação de um espaço de discussão e ação política, empreendido por um público intelectualizado. Esse é o contexto no qual se dá o surgimento do ideal moderno de “público”.

Entretanto, Hannah Arendt (1997) dá a este conceito uma origem ainda mais remota: para ela, já na *pólis* grega, existe uma oposição clara entre esfera privada ou íntima e esfera pública ou comum. A vida política (*bios politikos*) significa para os cidadãos gregos um cotidiano de ação e participação. No entanto, só é cidadão aquele que tem a sua propriedade ou esfera privada, ou seja, é mesmo essa esfera que define a existência de um espaço político de compartilhamento. Não é diferente na ordem capitalista moderna, que se configura pela liderança da burguesia no processo político e intelectual. Por outro lado, a esfera pública de que fala Habermas não é uma simples dicotomia ao que é privado, mas o conjunto das “pessoas privadas reunidas em um público” (1984, p.42), que se configura por sua capacidade de julgamento.

O jornalismo nasce desse exercício crítico e possui um caráter inicial combativo. Como instrumento da burguesia, sua intenção é, num primeiro momento, derrubar a ordem vigente de privilégios, característica do Antigo Regime, e em seguida, consolidar um Estado de Direito que

pretende, à base da esfera pública em funcionamento, uma organização do poder público tal que garanta a sua subordinação às exigências de uma esfera privada que se pretende neutralizada quanto ao poder e emancipada quanto à dominação. (HABERMAS, 1984, p.104)

O Estado de Direito moderno, ainda que em sua origem seja sustentado pela hegemonia burguesa, pretende-se neutro e universal. Como ideal, é um Estado de todos e para todos. O sentido que adquire é um duplo movimento de interiorização da ética pública e de respeito ao espaço privado individual. Desse modo, passa a ter o significado de “poder público” (HABERMAS, 1984, p.45).

As imagens que se formaram no Ocidente moderno muito devem a essa esfera pública burguesa, dada a característica do jornalismo e, posteriormente, da comunicação de massa, de definir identidades coletivas (CANCLINI, 1995). Em grande parte, o imaginário ocidental desenvolveu-se a favor ou contra a ordem burguesa estabelecida, sendo este último o caso, por exemplo, do socialismo. Na América Latina, sobretudo é a televisão, como nos lembra Jesús Martín-Barbero em consecutivos trabalhos, que responde pela representação e atribuição de sentidos para a população.

Mas há uma contradição estrutural no cenário de comunicação latino-americano, pois é o mercado o grande protagonista da assim idealizada esfera

pública. Milton Santos relaciona esse contexto a um processo perverso de globalização, no qual “informação e dinheiro mundializados acabam por se impor como algo autônomo face à sociedade” (2005, p.65). Uma análise da estrutura histórica dos meios de comunicação na América Latina evidencia que o domínio do setor privado não é recente.

O componente financeiro na comunicação é um forte definidor das políticas editoriais. A dependência da publicidade em geral traça um limite para o exercício jornalístico, diante da questão: uma matéria que compromete um anunciante importante será publicada? Além disso, o envolvimento de donos de jornais com o cenário político mostra a falência de um modelo que se fundamenta exclusivamente sobre o privado. Entretanto, estar a serviço de interesses é uma realidade no jornalismo desde seu advento; primeiro, através da oposição burguesa ao *establishment*; em seguida, ao adquirir um caráter manipulativo sob uma nova configuração que objetivava o sucesso financeiro.

O deslocamento de sentido da esfera pública acompanhou as modificações do capitalismo: ao longo de sua evolução nos séculos XIX e XX, crescem a concentração de capitais e a intervenção do Estado nos negócios. Os jornais se tornam empresas lucrativas. Com isso, “o setor público se imbrica com o setor privado” (HABERMAS, 1984, p.208), provocando uma mudança nos papéis e funções do Estado e do mercado. De todas as conseqüências, a mais notável é a impossibilidade de delinear o ideal de “coisa pública”, processo intensificado com as práticas neoliberais desenvolvidas a partir dos anos 1970.

Não há sentido para a televisão pública fora de sua afirmação como alternativa comunicativa e elemento modificador das estruturas sociais vigentes. Como tal, a gestão deve ser afastada do controle do Estado, o que corresponderia a uma comunicação em benefício do grupo político dominante. Em sua origem ideal, o conceito de público coincide com o espaço de autonomia que hoje caracteriza a sociedade civil, instância capaz de gerir os interesses comuns aos grupos sociais e aos cidadãos.

Não é nova a experiência de uma entidade gestora da televisão, seguindo os modelos da BBC de Londres ou da Fundação Padre Anchieta, em São Paulo. No que diz respeito à gestão pública sobre os meios de comunicação, o caso brasileiro mais bem-sucedido é o Comitê Gestor de Internet, cujos pressupostos poderiam servir de base para uma rede pública de televisão.

No complexo de questões advindas de uma dinâmica de globalização, ao lado da emergência digital das tecnologias de comunicação está a intensificação das contradições sociais e os debates envolvendo características culturais. O discurso da televisão pública está ligado a um outro, compreendido nos últimos anos, que é a recuperação de uma identidade latino-americana (conclusão que

pode ser tirada a partir da leitura de obras como *Televisão Pública: do consumidor ao cidadão*, com apoio do Projeto Latino-Americano de Meios de Comunicação).

Na América Latina e em especial no Brasil, uma série de fatores de repercussão histórica colabora para agravar a questão da comunicação e dos sentidos que assumem instâncias como Estado, mercado e sociedade. Dado que o mercado organiza-se a partir do interesse privado, a pergunta é: em que medida o Estado se desviou das atribuições do ideal de bem público? No caso da implantação de uma televisão que de fato seja orientada por pressupostos públicos, cabe trazer à cena a hipótese de degradação histórica do Estado como instrumento capaz de produzir bens efetivamente públicos.

### 3. O papel do Estado: quem é o dono da “coisa pública”?

O pioneirismo do setor privado tornou-se uma marca do campo das comunicações no Brasil. Nas situações em que o Estado foi protagonista, sua atuação configurou-se mais por comunicação estatal do que pública, como na antiga tradição de propaganda de governo, que teve como momento importante a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), durante o Estado Novo.

Laurindo Leal Filho registra que “os serviços públicos de radiodifusão foram sempre complementares ao modelo privado” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006, p.21) quando não estiveram submetidos a ele, mas aponta quatro momentos importantes de atuação do Estado no sentido propriamente público: a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, por Roquette Pinto, base da futura TVE Brasil; a criação da TV Cultura de São Paulo; a Constituição de 1988 que definiu as concessões públicas; e a Lei do Cabo, em 1995, que possibilitou a existência de emissoras universitárias, legislativas e comunitárias.

A postura do Estado brasileiro no setor das comunicações reflete a prática do patrimonialismo entranhada na política brasileira, que se caracteriza pela “apropriação privada dos recursos do Estado, seja pelos políticos ou funcionários públicos, seja por setores privados” (SORJ, 2001, p.13). É vasta a literatura sobre o tema; entretanto, Bernardo Sorj ressalta que, ao contrário de uma visão comumente difundida na opinião pública e no meio acadêmico, essa prática não é inerente a nossa cultura, mas exercida com base nos interesses de grupos sócio-econômicos específicos.

Do ponto de vista histórico, o também chamado clientelismo possui um forte componente econômico, presente desde a fase colonial, porém, sofreu um processo de modernização com a centralização política e administrativa empreendida a partir de 1930. O Estado brasileiro assumiu a responsabilidade de

gerenciar os conflitos sociais advindos dos fenômenos de industrialização e urbanização, ao passo que seu objetivo passou a ser “modernizar o aparelho de Estado, na busca do universalismo de procedimento” (NUNES, 2003, p.48). Como ideal, representava um Estado acessível igualmente a todos.

Na prática, o “Estado de compromisso” significou a ampliação da burocracia, através de agências estatais e autarquias. Por outro lado, aumentar a extensão do poder público não possibilitou o aumento de sua eficiência, e sim o desvirtuamento de seu propósito de “bem comum”. O patrimonialismo foi absorvido pela máquina burocrática, levando a uma “verdadeira *colonização do Estado* por interesses privados e a uma perda do sentido público” (SORJ, 2001, p.15). Tal processo acompanha o que Jürgen Habermas havia percebido como *mudança estrutural da esfera pública*.

Na análise habermasiana, ainda há outro componente nesse quadro, pois a modificação do Estado se dá paralelamente a um deslocamento de sentido na comunicação, com o surgimento dos veículos de massa. No caso do Brasil, em que os meios de comunicação, e especialmente a televisão, se inscrevem como elemento básico no cotidiano da população, outro não poderá ter sido o processo.

O predomínio de interesses privados atingiu a atuação do Estado também no setor das telecomunicações. Durante os ciclos autoritários, Estado é confundido com governo e a mesma lógica persiste no período posterior. Em conhecido estudo sobre a relação entre mídia e política, Venício Lima (2004) aponta a permanência de velhos atores clientelistas no cenário atual dos meios de comunicação, no âmbito tanto da administração pública quanto da legislação regulatória.

Se essa hipótese de um Estado que se utiliza da manipulação da comunicação pode parecer herança de uma abordagem apocalíptica da mídia, basta recordar o primeiro pronunciamento de Hélio Costa, ministro das Comunicações, a respeito da proposta de televisão pública. O argumento inicialmente sustentado era de que o governo criaria um canal de fala porque tinha pouco espaço na imprensa comercial – evidência de que ainda não está clara a distinção entre veículo público e estatal, pelo menos para grande parte das classes dirigentes.

A defesa de que a burocracia estatal precisava ser enxugada ganhou força a partir dos anos 1970, com os discursos que pregavam a ideologia do “Estado mínimo”. A visão do Estado como problema, nas palavras de Helena Motta Barreto (2000), foi construída paralelamente ao processo de desestatização, que na prática representou o declínio das atribuições do Estado principalmente em relação aos direitos sociais. O que se percebe, então, é que as reformas da máquina estatal, cujo objetivo era o aumento de sua eficiência, trouxeram consigo

uma contradição: em que medida os benefícios foram garantidos igualmente para toda a população, em especial os mais pobres?

As privatizações se deram num contexto internacional de expansão do mercado financeiro e das redes digitais de comunicação. Além da necessidade de acompanhamento dos avanços tecnológicos, a globalização exigiu dos veículos de comunicação uma postura de conivência para com os pressupostos neoliberais, o que estava na essência do jornalismo em seu advento como instrumento de expressão da burguesia. Por outro lado, com a intensificação dos conflitos sociais em todo o mundo, nunca foi tão necessária uma postura de fato “pública” da comunicação, que encontra na televisão um de seus alicerces.

Em trabalho sobre a televisão pública na América Latina, Martín-Barbero defende que o Estado deve contrabalançar a presença do mercado no setor das comunicações, um dos mais vulneráveis aos processos de concentração de propriedade (RINCÓN, 2002). Entretanto, diante das profundas mudanças no papel do poder público ao longo das últimas décadas, ainda não está respondida uma questão de ordem estrutural: que Estado deve ser esse?

124

A postura de independência, tanto em relação ao mercado quanto ao Estado, que é uma das bandeiras mais importantes do ideal de televisão pública, requer o total afastamento do jogo político-partidário, característica da formulação de políticas públicas com base em critérios tecnocráticos. A visão que privilegia aspectos universalistas, efetivada através do insulamento burocrático, é uma via de mão dupla: nas palavras de Eli Diniz, “conduziria ao aprimoramento da qualidade das decisões”, enquanto por outro lado, devido à extensão da máquina burocrática, pode passar “ao largo dos procedimentos rotineiros de controle democrático” (DINIZ, p.38). No caso da comunicação pública, qual sentido pode ter um empreendimento que careça de transparência?

A defesa de uma televisão que atue pela consolidação democrática, pelos direitos dos cidadãos e pela valorização da diversidade cultural, principais pontos da carta produzida no I Fórum Nacional de TVs Públicas, é incompatível tanto com o uso da máquina pública para benefícios particulares quanto com o movimento de declínio das responsabilidades do Estado que caracteriza a onda neoliberal.

No caso da América Latina, há ainda um agravante na elaboração e execução das políticas públicas: um histórico marcado pela presença do autoritarismo. Também na comunicação de massa, a interferência do governo federal foi definida a partir da lógica ditatorial, “pela censura e pela legislação para que a televisão fosse um instrumento de segurança e controle, de centralização simbólica e de integração nacional” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006, p.06), como afirmou o ministro da cultura Gilberto Gil em documento do referido Fórum.

O colombiano Germán Rey, em sua abordagem do tema, não vê uma total indissociabilidade entre Estado e mercado no cenário da televisão pública. Se as reformas estatais empreendidas geraram em contrapartida “efeitos sociais perversos” (BARRETO, 2000), não significa que a idéia de modernização seja incompatível com o conceito de democracia. Segundo Germán Rey, especialmente

“(...) em sociedades como as da América Latina, com grandes heterogeneidades e inclusive com problemas de integração, o papel necessário do Estado para garantir as regras e o ambiente para a estabilidade econômica e o crescimento, e enfrentar os efeitos socialmente negativos da dinâmica econômica através de mecanismos de regulamentação (...) é fundamental para aumentar as oportunidades daqueles que geralmente são excluídos pelos mecanismos do mercado.” (RINCÓN, 2002, p.85-86)

A regulamentação do mercado contradiz a ideologia difundida com a globalização econômica, que se baseia na ampliação do “papel político das empresas na regulação da vida social” (SANTOS, 2005, p.38). É o que se nota no recente caso de posicionamento das emissoras de rádio e televisão, através de seu órgão representativo (a Abert), contra a legislação que define a classificação dos programas por faixa etária. O discurso defendido pelas empresas de comunicação é o da autonomia do consumidor na escolha do que deseja assistir. Entretanto, utilizando as definições básicas de Nestor García Canclini (1995), o consumidor reconhece o que o cidadão precisa?

Nesse contexto se insere a distinção tantas vezes abordada pelos críticos de mídia entre interesse do *público* e *interesse público*. Por definição, a sociedade civil coloca-se como instância principal na defesa dos direitos do cidadão na mídia, através de suas organizações reivindicativas, mas ao Estado cabe o papel de regulador, profundamente desviado por interesses de ordem privada.

Entretanto, há um limite para a ação do poder público, que é aquele que distingue um agente da dinâmica social de um ator monopólico ou hegemônico. Mesmo no caso da proposta de criação de uma emissora pública pelo governo federal, o princípio de independência não estaria comprometido, caso a ampliação e o fortalecimento das redes já existentes (Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, a Acerp, e Radiobrás) acontecesse “de maneira horizontal”, em parceria com instâncias de representação da sociedade civil. Embora as declarações sejam nesse sentido, este ainda é um desafio para o setor no Brasil.

#### 4. O mercado na comunicação e a indústria do entretenimento

O debate a respeito das funções de uma televisão pública envolve o seu posicionamento diante do mercado, tanto em relação a vínculos financeiros quanto à interiorização da lógica competitiva que permeia os veículos de comunicação comerciais. Essa lógica se sustenta pela presença de conglomerados de

mídia, “que se proclamam como ‘players’ do negócio do ‘entertainment’” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006, p.15), segundo Eugênio Bucci.

Está claro que a televisão pública se coloca como espaço de expressão e representação para os conteúdos simbólicos que não são inseridos na matriz comercial, principalmente os que se referem ao complexo das diversidades culturais. Por outro lado, esse posicionamento, que corre o risco de se especializar em audiências minoritárias, não contraria a vocação de comunicação de massa que é característica da televisão? Essa é a visão que compartilham autores como Diego Portales Cifuentes, Valério Fuenzalida e Germán Rey, que percebem um sentido para a empresa pública de comunicação somente se visar atingir grandes públicos.

É nesse ponto que emerge uma das polêmicas-chaves do projeto de uma televisão que é pública, porém, não deixa de ser um veículo de massa: a questão da audiência. Guillermo Orozco (cf. RINCÓN, 2002) sustenta uma abordagem do termo que fuja aos aspectos meramente quantitativos, ao privilegiar o receptor em suas percepções e mediações (campo que se fortaleceu a partir da matriz dos estudos culturais ingleses). Segundo ele, “as audiências sempre se apresentam como uma interrogação empírica” (RINCÓN, 2002, p.239) e precisam ser compreendidas a partir do contexto político-social em que se inserem.

126

Por parte dos veículos de comunicação, enxergar o público como uma incógnita que precisa ser compreendida, mais do que conquistada, requer que seja dado a ele um status que não se resume a um mero índice de audiência, mas abrange a posição de cidadão. Os conteúdos da televisão pública não têm sentido se não forem produzidos sob essa ótica. Portanto, é com tal definição de audiência que a comunicação no sentido público deve se compromissar.

No que diz respeito ao conteúdo, esse é o principal ponto que distingue a matriz pública da comercial, para o telespectador. Entretanto, uma televisão diferenciada teria êxito se abrisse mão do entretenimento, que tem sido um alicerce fundamental da comunicação de massa até então?

Eugênio Bucci escreveu um texto curiosamente intitulado “A TV Pública não faz, não deveria dizer que faz e, pensando bem, deveria declarar abertamente que não faz entretenimento”. Como se vê, a defesa do ex-presidente da Radiobrás vai de encontro a um vasto histórico de pesquisas na América Latina, que apontam o papel da comunicação na formação do imaginário popular, em âmbito nacional, regional ou local, com destaque para a telenovela (BARBERO; REY, 2001). Mas a crítica de Bucci se direciona a uma espécie de entretenimento que Benjamin Barber afirma ter se tornado fonte de lucros para as grandes empresas ao passo que se constituiu “essa nova raça de homens e mulheres que são os consumidores” (MORAES, 2004, p.41).

É forte o argumento de que o entretenimento é da natureza da televisão, contestado com ênfase por Eugênio Bucci, ao defender que assim se configura antes por uma construção social do meio do que por uma imposição técnica. Por outro lado, Bucci não atentou para o fato de que o entretenimento *como o vemos hoje* vendido pela indústria é que desvirtua o caráter público, não o gênero em si.

A relevância do entretenimento se coloca para uma abordagem da televisão que “ênfatiza e privilegia o jogo de subjetividades, sensibilidades, emoções, gratificações e prazeres”, segundo Orozco (cf. RINCÓN, 2002, p.237). Nas palavras de Omar Rincón, é falsa a idéia de que a sociedade é um “efeito televisivo”, pois existe um tecido social do qual a televisão é antes “uma dessas instituições produtoras de sentido” (2002, p.17). O que se nota, na verdade, é uma situação na qual jornalismo e entretenimento se submetem completamente a interesses privados.

Quando se tornou uma indústria, a comunicação sofreu uma profunda alteração no sentido clássico atribuído à esfera pública: uma modificação que foi do engajamento político aos objetivos de lucro. Dá-se uma mudança estrutural no desenho das organizações de mídia, no qual “o jornalismo se vê cada vez mais restrito à condição de mero departamento dentro das empresas” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006, p.15). Por outro lado, foi no âmbito da ética ou do fazer jornalístico que se realizou a principal alteração, ao se tomar o lucro como uma prioridade em lugar da informação.

O que se verificou foi um processo no qual a lógica empresarial atingiu o campo da comunicação e as organizações jornalísticas tornaram-se de fato empresas. Dênis de Moraes (2004, p.187) percebe na mídia um duplo papel de reforço ideológico da globalização e de atuação como agente econômico em mercados desregulamentados.

Diante desse cenário, a comunicação pública, se assim o deseja ser, não pode se manter indiferente. A efetivação de uma televisão dessa natureza se coloca contra as duas tendências apontadas por Dênis de Moraes, pois só teria sentido caso promovesse uma profunda revisão do sentido de público.

No Brasil, o cenário de concentração de propriedade é agravado por “um ambiente historicamente acolhedor” (LIMA, 2001, p.95), em que os meios de comunicação na sua origem estabeleceram-se como oligopólios. Por si só, a existência de uma televisão que fosse realmente pública já seria um sinal importante contra essa configuração histórica: entretanto, quais seriam suas chances de sobrevivência no terreno tênue do apartidarismo e da independência mercadológica?

O ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Franklin

Martins, enfatizou a necessidade de se pensar um modelo de financiamento para a televisão pública – a mesma discussão foi um dos pontos centrais do Fórum Nacional de Televisões Públicas. Embora ainda não se tenha chegado a um consenso, que obviamente só pode se dar ao longo da elaboração do projeto, um pressuposto deve nortear qualquer que seja a proposta: a natureza do financiamento é fundamental para garantir o caráter público, ao passo que a pluralidade das fontes de recursos ajudaria a desvincular o empreendimento de um financiador hegemônico.

As tendências do mercado, tanto de difusão da ideologia hegemônica quanto de desregulamentação, significam, como o próprio Dênis de Moraes atesta, “a deslegitimação ideológica de qualquer formulação alternativa ou contestadora” (2004, p.188). Se o advento da esfera pública efetivou-se através da contestação da ordem estabelecida (HABERMAS, 1984), a televisão no sentido público envolve um trabalho de resgate, tanto pela abertura de espaços para ideologias contra-hegemônicas quanto pela necessidade de um Estado de Direito efetivo, em outras palavras, presente, mas não invasivo.

O debate a respeito da televisão pública, apesar de dever sua ocorrência em grande parte ao agendamento do governo federal, não se sustenta ao largo dos esforços da sociedade civil organizada – como foi o caso do Fórum Nacional de TVs Públicas, que embora tenha partido de uma iniciativa do Ministério da Cultura, concretizou-se graças à sustentação junto a organizações representativas interessadas no tema e na definição de rumos concretos para a comunicação pública no país.

O protagonismo dessa instância denominada sociedade civil pode coincidir com a expansão do ideário neoliberal, a partir da delegação das atribuições do Estado a terceiros, processo apontado por Evelina Dagnino (2004) como “convergência perversa” entre democratização e neoliberalismo. Por outro lado, a reativação da sociedade civil e dos movimentos sociais, que teve lugar nos últimos anos, representou um novo contexto de participação, no qual o ideal de esfera pública encontra um reforço de seu sentido.

É nesse cenário de hegemonia do mercado e de demandas sociais complexas que se coloca o debate da televisão pública. Discussões que giram em torno da “democratização da comunicação”, expressão hoje largamente difundida, fortaleceram-se a partir da perspectiva de ação da sociedade civil. Além disso, se tomado o sentido original de público, a comunicação é indissociável da prática democrática, pressuposto que uma televisão pretendida como pública contribuiria para consolidar.

## 5. Conclusão

No conjunto de questões que distinguem a televisão pública da comercial, o próprio conceito de público destaca-se ao permear as práticas de gestão, financiamento e programação, a partir de um ideal daquilo que é tomado como “bem comum”. Entretanto, o interesse público deveria ser uma meta de conduta para todos os veículos de comunicação, não apenas aqueles que se definem como públicos.

O predomínio do mercado trouxe interesses de ordem financeira para o terreno das prioridades da comunicação. No Brasil, ainda que, sobretudo agora, o setor privado tenha exercido um protagonismo indiscutível, o Estado atuou na comunicação quase sempre com base na lógica de colonização do poder público por interesses privados, o que constitui o patrimonialismo (SORJ, 2001, p.13). Isso desvirtuou completamente o sentido ideal da comunicação e do público.

Desse modo, um caráter público para a comunicação significa dinamizar esse quadro estagnado, inclusive estabelecendo alternativas de como fazer televisão, que poderiam se transferir para a matriz comercial. Conceber isso parece estranho em um país em que as televisões públicas sempre estiveram atrás das iniciativas privadas – mas ainda assim já são notáveis, nas realizações presentes, compromissos com a inovação da linguagem e a diversidade cultural, que ajudariam a comunicação comercial a entender que também ela não pode se afastar do princípio básico de interesse público.

No entanto, gerar modelos para a televisão privada não é o único papel da iniciativa pública. Desde sua origem com o sentido atual, na consolidação da ordem burguesa, e em sua consecutiva universalização, o conceito de público sempre apresentou uma característica de independência que o coloca como instância entre Estado e mercado, mas para além deles.

Portanto, a prática de uma televisão pública encampada por esse ideal significa obrigatoriamente uma maneira diferente de pensar o entretenimento, a audiência, o jornalismo e a própria linguagem televisiva – ou seja, uma televisão pública não coincide com os interesses comerciais a não ser com o prejuízo de desvirtuar-se.

A participação dessa instância chamada sociedade civil e a possibilidade de diálogo e monitoramento corresponde, na essência, àquilo que é idealmente concebido como público. Discursos como esse parecem afastados da realidade política brasileira. Para o modelo público de televisão, isso pode significar um risco de ser absorvido ou um campo em que sua atuação representaria um importante desafio de consolidação democrática.

## Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BARBERO, Jesús Martín; REY, Germán. *Os Exercícios do Ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. SENAC: São Paulo, 2001.

BARRETO, Helena Motta Sales. *Crise e Reforma do Estado Brasileiro*. Juiz de Fora, Minas Gerais: Editora UFJE, 2000.

CANCLINI, Nestor García. *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?* In: MATO, Daniel (coord). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.

DINIZ, Eli. *Uma Perspectiva Analítica para a Reforma do Estado*. In: Lua Nova: Revista de Cultura e Ciência Política. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1998, nº 45.

FÓRUM NACIONAL DE TVS PÚBLICAS. *Manifesto pela TV Pública Independente e Democrática*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LIMA, Venício A. de. *Mídia: Teoria e Política*. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2004.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *I Fórum Nacional das TVs Públicas: Diagnóstico do Campo Público de Televisão (Caderno de Debates vol.1)*. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *I Fórum Nacional das TVs Públicas: Relatório dos Grupos Temáticos de Trabalho (Caderno de Debates vol.2)*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

MORAES, Dênis de (org). *Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e insulamento burocrá-*

*tico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília: ENAP, 2003.

RINCÓN, Omar. *Televisão Pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Projeto Latino-americano dos Meios de Comunicação, Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SORJ, Bernardo. *A Nova Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

### Notas

1 Este fórum aconteceu em Brasília, entre os dias 8 e 11 de maio de 2007, por iniciativa do Ministério da Cultura, num processo que mobilizou segmentos representativos do setor e da sociedade civil.

# “Tropa de Elite é osso duro de roer, pega um, pega geral, também vai pegar você”: os corpos da Tropa.

**Liliany Samarão**

Mestranda em Comunicação Social pela UERJ.

Trabalha corpo, gênero e publicidade. E-mail: [lilianysamarao@gmail.com](mailto:lilianysamarao@gmail.com).

Fazer crítica a filmes no seu lançamento, ao meu ver, é demasiado perigoso. Uns fazem críticas ao assistir o filme uma única vez, outros, sem terem visto, penduram-se na opinião alheia e, assim, tecem seus comentários. Lemos quase sempre a mesma coisa. No caso de *Tropa de Elite* não foi diferente: leu-se sobre a fotografia do filme, sobre a direção, sobre o roteiro, sobre os atores e, claro, sobre as imagens que chegavam ao povo por meio da cópia ilegal. Parece que temos de comemorar os números: *Tropa* foi o filme brasileiro mais visto em 2007. Não sei mencionar números certos – e não é esse mesmo meu objetivo – mas alguns milhões foram perdidos para a indústria da cópia. Os milhões ganhos nos cinemas, segundo fontes dos jornais, ainda não pagaram o custo final do filme. O que acontece, no certo, é que a sociedade acaba ficando envolta por opiniões de especialistas, de curiosos, de oportunistas e assim vai. Por isso, esta visão sobre *Tropa* talvez seja diferente dos comentários já feitos até agora.

Sou pesquisadora e meu objeto de estudo é o corpo, suas transformações e como ele está inserido na sociedade. Ou melhor falando, nas sociedades, as muitas dentro de uma só, aquelas que embora diferentes formam a sociedade brasileira. Assim, *Tropa* se transformou em um curioso objeto de análise. Uma análise que aconteceu na primeira vez que assisti ao filme, mas que só se concretizou na segunda vez, quando atentei a detalhes perdidos da primeira vez.

É inegável o poder que um roteiro pode ter nas grandes telas do cinema. As dimensões da tela também têm seu carisma e, assim, a mágica acontece. Mas, é necessário apontar que *Tropa* não foi analisada no seu ponto mais alto: os confrontos. Não os confrontos armados, não os confrontos pessoais, não os confrontos contra o certo e o errado. Mas os confrontos entre os corpos dos personagens que habitam o roteiro: confrontos culturais, pessoais, sociais. Confrontos para além das críticas já feitas e leituras já percebidas até agora sobre o filme. A história diz mais do que o cotidiano dos policiais militares, suas tarefas, seus meios de burlar o sistema; diz mais do que o curso de formação de “caveiras” (como se chamam os policiais que fazem parte do BOPE), das humilhações que passam e dos perigos que enfrentam. Os confrontos revelam pedaços da sociedade, de como ela se comporta, de como ela é maquinada, do que ela é composta.

*Tropa* mostra corpos tão sujeitos ao meio e à cultura que acabam sendo o próprio enredo da história: é o corpo do policial militar, é o corpo do caveira (que são malhados e fortes), é o corpo do estudante, do “dono” do morro, dos moradores das favelas. São tantos corpos diferentes, em completa submissão, usando um termo de Foucault, pesquisador citado e “discutido” no filme, mas que em plena sujeição se comunicam e interagem. Um corpo “avança” no território alheio e é pelo outro reconhecido: quem não reconhece e distingue o corpo da estudante rica da PUC e da mulher da favela que foi à ONG pegar camisinha?

Numa das cenas do filme, estudantes da universidade apresentam seus trabalhos e discutem a obra de Foucault, *Vigiar e punir* (1989), mas a discussão não dá uma dimensão, ao meu ver, total da obra do sociólogo (até porque não é essa a intenção do filme): nessa mesma obra, além de instituições e poder, Foucault também discute o corpo. Como exemplo, cita o corpo do prisioneiro e como ele é submetido às regras e disciplinas. Para Foucault surge o corpo dócil, um corpo encontrado na sociedade, seja ele o corpo do prisioneiro, do policial ou do cidadão comum. A docilidade do corpo está no modo como sua postura, sua utilidade e sua funcionalidade são submetidas à disciplina, tornando o corpo, assim, um corpo dócil. Para Foucault “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transmitido e aperfeiçoado” (op. cit., p.125).

Desse modo, vários corpos dóceis podem ser vistos e entendidos em *Tropa*: o corpo do policial Fábio é diferente do corpo do “aspira” Neto que, por sua vez, é diferente do corpo do “aspira” Matias, mesmo quando Neto e Matias, no curso do BOPE, são submetidos às regras do também docilizado capitão Nascimento.

134

Os corpos dos alunos da faculdade também são dóceis. A cena que mostra todos na sala de aula, discutindo Foucault, mostra isso: estão todos sentados, enfileirados, à frente do professor, com seus corpos submetidos às disciplinas impostas a todos os alunos. No pátio da faculdade, mesmo longe da disciplina da sala de aula, os alunos de classe A são facilmente diferenciáveis das pessoas que aparecem na recreação proporcionada pela ONG que está instalada no morro. Aqui, uma questão crucial aparece: a docilização dos corpos acontece em referência ao meio aos quais as pessoas estão inseridas, ou seja, a cultura de cada grupo da sociedade decide como a submissão dos corpos vai acontecer (MAUSS, 1974).

Por isso, os corpos dos estudantes na festa da faculdade são diferentes dos corpos dos moradores do morro no baile *funk* que anima os minutos iniciais do filme. O meio no qual está inserido dociliza os corpos de todos na sociedade. O corpo é uma forma de expressão plena de intencionalidade e poder significação, como diria Merleau-Ponty (1971). *Tropa* utiliza – talvez sem saber – dessa intencionalidade e dessa significação e trabalha o corpo de forma que ele transmita algum tipo de sentido, por meio de seus movimentos, ao receptor. Assim, o meio a que o indivíduo está inserido faz toda e qualquer diferença em relação ao corpo que está inserido em outra “realidade” cultural.

É importante frisar que os corpos de *Tropa* são, assim como qualquer outro corpo, segundo Denise Siqueira (2006), objetos de reconstrução cultural e social e, por isso, “moldados” para um fim específico, nem que esse fim seja

artifício de inclusão dos indivíduos aos seus pares. São corpos transformados em elementos culturalmente submetidos. Para Siqueira “culturalmente o corpo é símbolo e signo, portador de mensagens, de atos físicos e psíquicos. Como produto social e paradigma de práticas culturais, nele a sociedade constrói significados e espelha-se” (op. cit. p.59). É importante essa percepção aberta do indivíduo e de como seu corpo está inserido nesse processo, possibilitando leituras diversas e múltiplas conexões com a cultura.

Há, certamente, muitos meios de se ‘escrever’ a cultura da sociedade contemporânea. Talvez a melhor delas seja com a arte, no caso deste ensaio, o cinema. *Tropa* é um diálogo corporal – e porque não emocional – das muitas camadas sociais encontradas na sociedade. Talvez nesse sentido, em meio a uma metrópole globalizada e em constante mudança, que o corpo – também em constante mudança, vai ser representado, disciplinado, docilizado e inserido no cotidiano da sociedade. Sociedade essa que, submetida culturalmente, continuará a ser alvo de observação: seja por meio do cinema, seja por meio da TV ou de qualquer outra forma de análise disponível e legitimamente inserida no nosso meio.

135

E assim, *Tropa de Elite* chegou à elite do cinema nacional. Pelo sim, pelo não, assista. Afinal, como diz a música do início: “pega um, pega geral, também vai pegar você”.

#### Referências Bibliográficas:

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1989.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EDUSP, 1974.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. *Corpo, comunicação e cultura: a dança contemporânea em cena*. Campinas: Autores Associados, 2006.

# Expediente

## **CONSELHO EDITORIAL**

Carlos Alexandre Moreno - UERJ

Christiane Luce Gomes - UFMG

Denise Siqueira - UERJ

Euler David de Siqueira - UFJF

Fernando Gonçalves - UERJ

João Maia - UERJ

Mônica Fort - PUC/PR

Nízia Villaça - UFRJ

Ricardo Ferreira Freitas - UERJ

Ronaldo Helal - UERJ

Stéphane Hugon - Paris V

## **EDITORA**

Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup> Denise Siqueira - UERJ

## **EDITOR WEB**

Prof.Dr.Fernando Gonçalves UERJ

## **EDITORAS EXECUTIVAS**

Ma. Lilianny Samarão

Ma. Ana Amélia Erthal PPGCom/UERJ

## **EDITORAÇÃO ELETRÔNICA**

Pina Brandi - ERP/FCS/UERJ

## **DIAGRAMAÇÃO**

Ma. Ana Amélia Erthal PPGCom/UERJ

## **REVISORAS**

Ma. Lilianny Samarão

Ma. Letícia Perani PPGCom/UERJ

## **PROJETO GRÁFICO**

Marcos Maurity - ERP/FCS/UERJ